

FACULDADE E SEMINÁRIO TEOLÓGICO DA FÉ REFORMADA

COHEN UNIVERSITY AND THEOLOGICAL SEMINARY

**A CONTROVERSIA JUDAICO CRISTÃ E A LIBERDADE GENTILICA NA
CARTA AOS GALATAS.**

Por

Luciano Cozendey dos Santos

Arujá- SP

2016

**A CONTROVERSIA JUDAICO CRISTA E A LIBERDADE GENTILICA EM
CRISTO NA CARTA AOS GALATAS.**

POR

Luciano Cozendey dos Santos

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutor em Ciências da
Religião do curso de doutorado da Cohen
University and Theological Seminary.

Orientador:
Pr. Dr. Noel Jorge da Costa

Arujá-SP

2016

LUCIANO COZENDEY DOS SANTOS

**A CONTROVERSIA JUDAICO CRISTÃ E A LIBERDADE GENTILICA EM
CRISTO NA CARTA AOS GALATAS.**

BANCA EXAMINADORA:

_____de_____de 2016.

Olhar para a vida com o olhar de gratidão, faz as coisas mais belas e felizes. Quantas pessoas foram instrumentos do Senhor para que este dia agradável acontecesse. Família, pastores que investiram em minha vida, minha esposa Janine e meus filhos Davi e Ana sophia, que todos os dias são agentes motivadores para que meus passos continuem firmes. A Honrosa e operosa Igreja Batista Central em Resende e, sobre tudo, o meu Deus, que escreve com uma pena que nunca borra, fala com uma língua que nunca erra e age com uma mão que nunca falha (C.H.Spurgeon). A todos, minha Gratidão.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 CARTA AOS GÁLATAS	20
2.1 A epístola e sua importância	20
2.2 Gálatas: sua terra e sua gente	21
2.3 A composição da carta	23
2.4 Compreendendo a origem da controvérsia.....	25
2.5 Os judaizantes e seu <i>modus operandi</i>	27
2.5.1 Reconstituindo os passos da pregação judaizante	28
2.6 Aceitação da lei pelos gálatas.....	30
2.7 Uma situação complexa	32
2.8 Missão vinda de Deus.	33
2.9 O Cristo vivo	35
3 JUDAIZANTES E GENTIOS.....	38
3.1 Nas primeiras comunidades Cristãs.....	38
3.2 Judaizantes	45
3.3 Gentios.....	52
3.3.1 A missão aos gentios em Lucas	54
3.3.1.1 Aos judeus primeiro e aos gentios depois	56
3.3.1.2 A divisão de Israel.....	57
3.3.1.3 Uma historia trágica	60
3.3.1.4 A lei, Israel, e os Gentios	61

4 A RELAÇÃO ENTRE LEI E GRAÇA.....	63
4.1 O que é lei?.....	68
4.1.1 Mandados	68
4.1.2 Preceitos	69
4.1.3 Estatutos	69
4.1.4 A Lei	69
4.2 A função da lei	69
4.2.1 Refletir a Natureza de Deus	71
4.2.2 Promover o Temor a Deus	71
4.2.3 Revelar o nosso Crescimento com Deus	71
4.3 O que é graça?.....	72
4.4 Tipos de graça.....	72
4.4.1 Graça Salvífica	72
4.4.2 Graça Comum	73
4.4.2.1 Razões da Graça Comum	74
4.4.2.1.1 Redimir os que serão Salvos	74
4.4.2.1.2 Demonstrar a Bondade.....	74
4.4.2.1.3 Demonstrar a Glória de Deus.....	74
4.4.3.1 Exemplos de Graça Comum	74
4.4.3.1.1 O Domínio Físico.....	75
4.4.3.1.2 O Domínio Intelectual.....	75
4.4.3.1.3 O Domínio Moral.....	75
4.4.3.1.4 O Domínio Criativo.....	76
4.4.3.1.5 O Domínio Social.....	76
4.4.3.1.6 O Domínio Religioso	76

4.4.3 Graça Barata.....	77
4.4.4 Graça Preventiva.....	77
4.4.5 Graça Irresistível.....	78
5 CRISTO NOS LIBERTOU PARA A LIBERDADE.....	79
5.1 A alegoria de Sara e Agar.....	82
5.2 A metáfora da redenção.....	84
5.2.1 A redenção em Israel	86
5.2.2 Redenção/libertação: duas palavras para uma mesma imagem.	89
5.3 Maldição/escravidão.....	90
5.3.1 A liberdade em sentido absoluto.....	93
5.3.2 A liberdade no Antigo Testamento	96
5.3.2.1. (Uma) aliança para a liberdade	96
5.3.2.2 Jesus: o livre e o libertador	103
5.4 Revelação, comunidade e missão	106
5.4.1. Jesus: fonte de liberdade	107
5.4.2 Sobre a etimologia.....	110
5.4.3. A nova criação.	116
5.4.4 O homem bíblico.	118
6 A LIBERDADE CRISTA	120
6.1 Justiça da lei ou da fé?	123
6.2 Justiça de Deus	125
6.3 A justificação sob a ótica paulina	128
6.3.1 Justificação e batismo.....	129
6.3.2 Justificação em Gálatas.....	130

6.3.3. Justificação e liberdade.....	135
6.3.3.1. Da carne à liberdade	136
6.3.3.2. Da liberdade como servidão.	137
6.3.3.3. Da liberdade como fruto do espírito.....	138
6.3.3.4 Liberdade e lei de Cristo.	140
7 CONCLUSÃO.....	142
7.1 Lições e provocações de Gálatas.	142
7.2 Liberdade e modernidade	143
7.3 A lei.....	143
7.4 Ecumenismo	144
7.5 Sobre o sentido da fé	145
7.6 Porque os cristãos não guardam a lei?	146
7.7 Perversões Judaicas que ainda causam discussões na Igreja.....	154
8 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	162

RESUMO.

Este trabalho pretende abordar a controvérsia entre os judaizantes com os cristãos gentílicos, usando para esta investigação a carta de Paulo aos Gálatas. Abordaremos o tema da liberdade cristã e mostrando que em Cristo fomos liberto de toda prática de rituais que tinham a finalidade de nos justificar diante de Deus. Apresentaremos uma investigação para que possamos buscar entendimento no contexto bíblico eclesiástico, tendo como alvo a compreensão do desenvolvimento do conhecimento a respeito dos gentílicos e dos judaizantes no contexto bíblico, examinando as perversões judaicas que ainda causam dissensões na Igreja, e também, o contraste em lei e graça. Buscando uma correlação com os Cristãos de berço e os milhares que passam a prática Cristã depois de uma determinada idade. Procurando também, avaliar o preparo das comunidades Cristãs para receber, ensinar e cuidar dessas vidas “diferentes”, ou seja, com costumes, práticas e às vezes até mesmo caráter forjado em tantas coisas que estão longe da vida cristã. Os resultados obtidos mostram que verdadeiramente a Igreja não está totalmente preparada para lidar com pessoas que não estão contextualizadas com os valores da igreja hoje. Por isso, novos métodos devem ser analisados e apresentados para que esses “novos cristãos” possam receber sobre suas vidas tanto as bênçãos quanto as cobranças inerentes ao meio eclesiástico no qual estão sendo inseridos, podendo assim, serem preparados de forma eficaz para que possam responder as exigências Cristãs. Uma das características marcantes da cultura judaica, e ao mesmo tempo uma das importantes razões pelas quais o cristianismo não pode se manter ligado a ela foi o exclusivismo. Com o advento do Cristo, que é a manifestação do amor ao mundo e com o advento de

Pentecostes o Cristianismo se caracterizou em sua base, histórica, teológica e cultura, como inclusivista. Portanto, qual seria o parâmetro para que o cristianismo continuasse sendo alvo de um judaísmo extremo que durante a história cristã causou tantos e tantos problemas, como o desentendimento a respeito da circuncisão, gerando o primeiro concílio da Igreja. Buscando trazer uma compreensão bíblica, portanto, concreta a respeito deste importante assunto, com isso de alguma forma atrair a atenção para esses detalhes que não podem deixar de serem analisados.

ABSTRACT

This work intends to address the controversy between the Judaizers with the Gentile Christians, through the Apostle Paul's Epistle to the Galatians researching. We will address the theme of Christian liberty and showing that in Christ we were delivered from all practice of rituals that were meant to justify us before God. We introduce an investigation that we can understand in the church biblical context, targeting the understanding of the development of knowledge concerning the Gentiles and Judaizers in the biblical context, examining the Jewish perversions which still cause dissension in the Church, and also the contrast between law and grace. Seeking a correlation with the cradle of Christians and the thousands who come to Christian practice after a certain age. Looking for also to evaluate the preparation of the Christian communities to receive, teach and take care of these different people's lives, ie, customs, practices and sometimes even a character forged in so many things that are far from Christian life. The results show that the Church truly is not fully prepared to deal with people who are not contextualized with the values of the church today. Therefore, new methods should be analyzed and presented to those "Christians" can receive on their lives both blessings as the charges inherent to the ecclesiastical environment in which they are being inserted and can thus be prepared effectively so they can respond the Christian demands. One of the hallmarks of Jewish culture, and at the same time one of the important reasons why Christianity can not hold on to its exclusivism. With the advent of Christ, which is the manifestation of the love of the world and with the advent of Pentecost Christianity was characterized at its base, historical, theological and culture, as inclusivist. So what would be the parameter to Christianity continued

extreme Judaism target and during Christian history caused many, many problems, such as disagreement about circumcision, creating the first council of the Church. Seeking to bring a biblical understanding, so concrete about this important issue, somehow attract attention to those details that can not fail to be analyzed.

GLOSSÁRIO

Ap.:	Apocalipse
At.:	Atos dos apóstolos
a.C.:	Antes de Cristo
cf.:	Confira
Col.:	Colossenses
Cor.:	Coríntios
d.C.:	Depois de Cristo
Dt.:	Deuteronômio
E.G.:	Egressos
Ex.:	Êxodo
Fl.:	Filipenses
Gl.:	Gálatas
Gn.:	Gênesis
Hb.:	Hebreus
Ibidem:	No mesmo lugar
Is.:	Isaías
Jer.:	Jeremias
Jo.:	João
Jub.:	Jubileus
Lc.:	Lucas
Lv.:	Levítico
LXX:	Septuaginta
Mc.:	Marcos
Mt.:	Mateus

Ne.:	Neemias
Op. cit.:	Obra citada
Rm.:	Romanos
Rs.:	Reis
s:	Seguinte
Sam:	Samuel
Sl:	Salmos
ss:	Seguintes
Ts.:	Tessalonicensses
v.:	Versículo
vv.:	Versículos

1 INTRODUÇÃO

No decorrer desta pesquisa procuramos, inicialmente, fazer uma pormenorizada apresentação da Carta aos Gálatas, a fim de situar o leitor nas grandes questões que provocaram o aparecimento desse escrito, entre outras questões menores, para em seguida desenvolver o grande tema da liberdade, ora tentando defini-lo a partir do lugar em que se encontra: Gl 5,1, ora tentando situá-lo no conjunto literário de todo o escrito. Desse modo, estaremos trilhando dois caminhos inevitáveis perguntando-nos em que lugar especificamente a liberdade se encontra no corpo da Epístola, ao mesmo tempo em que, procuramos explicá-la, na tentativa de definir o seu correto significado.

A igreja teve seu início na cidade de Jerusalém. Evidentemente, nos primeiros anos de sua história, as atividades da igreja limitaram-se àquela cidade e arredores. As sedes gerais da igreja daquela época eram o Cenáculo, no Monte Sião, e o Pórtico de Salomão, no Templo.

Todos os membros da Igreja Primitiva eram judeus e tanto quanto podemos perceber nenhum dos seus membros, bem como nenhum dos seus integrantes da companhia apostólica, a princípio, podia crer que os gentios fossem admitidos como membros da igreja. Quando muito admitiam que o mundo gentio se tornasse judeu, para depois aceitar a Cristo.

Os judeus da época se dividiam em três classes, e as três estavam representadas na Igreja de Jerusalém. Os Hebreus eram aqueles cujos antepassados haviam habitado a Palestina durante várias gerações; era eles a verdadeira raça Israelita. Seu idioma era chamado “língua hebraica”, a qual, no

decorrer dos séculos, havia mudado de hebraico clássico do Antigo Testamento para o dialeto que se chamava aramaico ou siro-caldaico.

Os judeus gregos ou helenitas eram descendentes dos judeus da dispersão, isto é, judeus cujo lar ou cujos antepassados estavam em terras estrangeiras. “Evidentemente sempre houve uma rivalidade entre esses grupos na cultura judaica”.

¹Depois da conquista do Oriente por Alexandre o Grande, o grego chegou a ser o idioma predominante em todos os países a este do Mar Adriático e até mesmo em Roma e por toda a Itália.

Por essa razão os judeus de ascendência estrangeira eram chamados “gregos” ou “helenitas” apesar de a palavra “heleno” referir-se a grego. Era o ramo da raça judaica mais numerosa, mais rica, mais inteligente e mais liberal. E os prosélitos, que, eram pessoas não descendentes de judeus, as quais renunciavam ao paganismo, aceitavam a lei judaica e passavam a pertencer à igreja judaica, recebendo o rito da circuncisão.

A leitura dos primeiros seis capítulos de Atos dos Apóstolos dá-nos a entender que durante esse período o apóstolo Simão Pedro era o dirigente da igreja. Mas com a conversão de Paulo, a teologia passou de simples para sistemática e Paulo começa a ter dificuldades para que os gentios convertidos ao cristianismo fossem aceitos pelos judeus sem entrarem debaixo do julgo da lei judaica que queriam fazer com que todas as pessoas convertidas ao cristianismo fossem circuncidadas também.

Esse fato gerou o Concílio de Jerusalém, pois em todas as sociedades ou comunidades organizadas, há sempre duas classes de pessoas: os conservadores, olhando sempre para o passado; e os progressistas, olhando para o futuro. Assim

¹ STOTT, John R. W. A Mensagem de Atos. Santa Catarina: ABU, 1990.Pg.133.

aconteceu naqueles dias. Os elementos ultrajudeus da igreja sustentavam que não podia haver salvação fora de Israel. Por essa razão, diziam, todos os discípulos gentios deviam ser circuncidados e observar a lei judaica.

Entretanto os mestres progressistas, encabeçados por Paulo e Barnabé, declaravam que o evangelho era para os judeus e para os gentios, sobre a mesma base da fé em Cristo, sem levar em conta as leis judaicas. Entre esses dois grupos surgiu então uma controvérsia que ameaçou dividir a igreja. “uma coisa era não deixar o evangelho corromper-se, outra era não permitir a fragmentação da igreja.”²

Finalmente, realizou-se um concílio em Jerusalém para resolver o problema das condições dos membros gentios e estabelecer regras para a igreja no futuro. Convém registrar que nesse concílio estiveram representados não somente os apóstolos, mas também os anciãos e “toda a igreja”. Paulo e Barnabé, Pedro e Tiago, irmão do Senhor, participaram dos debates.

Chegou-se, então, a esta conclusão: a lei alcançava somente os judeus e não aos gentios crentes em Cristo. A partir desse momento, começou o período de transição de uma igreja cristã judaica pra uma igreja de todas as raças e nações. Todavia, esse concílio não solucionou por completo esse problema, que, de acordo com a carta aos Gálatas, continuou sendo motivo de preocupação do Apóstolo.

Atualmente, muitas igrejas têm tido dificuldades no tratamento de novos membros. Esse problema entre judaizantes e gentílicos ainda é uma realidade presente na igreja atual. A quantidade de pessoas que chegam às igrejas, na sua maioria, tem problemas familiares, problemas de caráter e de conduta. Na maioria das vezes, essas pessoas têm uma incrível dificuldade de se adaptarem a uma comunidade formada por pessoas no evangelho desde o nascimento.

² STOTT, John R. W. Op. Cit. Pg.287

O objetivo da Pesquisa é buscar conscientizar as igrejas, para a necessidade de se obter um preparo maior no tratamento de pessoas que se convertem sem conhecer princípios bíblicos, orações ou dogmas.

No decorrer desta pesquisa procuramos, inicialmente, fazer uma pormenorizada apresentação da Carta aos Gálatas, a fim de situar o leitor nas grandes questões que provocaram o aparecimento desse escrito, entre outras questões menores, para em seguida desenvolver o grande tema da liberdade. Desse modo, estaremos trilhando dois caminhos inevitáveis perguntando-nos em que lugar especificamente a liberdade se encontra no corpo da Epístola, ao mesmo tempo em que, procuramos explicá-la, na tentativa de definir o seu correto significado.

Na verdade, como tentaremos mostrar, Paulo faz do princípio fundamental da liberdade o marco teórico em torno do qual toda a sua escritura é criativamente pontuada. Como variações de um mesmo tema, o Apóstolo costura a sua temática com diferentes e complexos elementos retirados, tanto do Primeiro, como do Segundo Testamentos. Desse modo, há na Carta aos Gálatas, uma síntese perfeita entre uma paixão avassaladora pelo ressuscitado e, ao mesmo tempo, uma cerrada argumentação doutrinal, densamente concatenada, linear, coerente, sem absolutamente quebras, mas cheia de direção.

A pesquisa se faz necessária porque Deus tem acrescentado cada vez mais vidas à igreja e temos conhecimento, através da palavra, que esse número só tende a crescer. A igreja precisa se apropriar dos Conhecimentos Espirituais para que esta nova geração não seja menosprezada. Não podemos mais viver um evangelho de choro, lágrimas e continuar vendo pessoas, por quem Cristo também morreu,

sofrendo e padecendo pela dificuldade de adaptação em igrejas despreparadas para a grande colheita.

2 CARTA AOS GÁLATAS

2.1 A epístola e sua importância

A Carta aos Gálatas, embora esteja entre as cartas relativamente breves do Apóstolo, nem por isso figura como menos importante no corpo doutrinal paulino. Nela encontramos, como num longo esboço, as principais e fundamentais linhas teológicas de raciocínio do Apóstolo. Paulo procurou responder aos seus interlocutores a partir de temas fundantes e, que permanentemente se entrecruzam nos Testamentos, tais como: a lei e a liberdade, a promessa, a graça, a obediência, a fé como pressuposto de uma vida cristã, o batismo, a adoção filial, o amor como fruto do Espírito, entre outros.

Há, na Carta aos Gálatas, outro aspecto interessante: o de que em nenhuma outra carta Paulo se deixa revelar tão abertamente. O Apóstolo nunca se mostrou tão apaixonado e nervoso como aqui. Ele parece dar-se por inteiro, sem disfarces, com todos os sentimentos que dele podemos captar: surpresa, indignação, tristeza, angústia, ternura e amor, filiação para com os seus na fé. Nesse aspecto, “São Paulo escreve esta Epístola, a mais violenta de todas, cheia de indignação e ironia amarga (5,12), mas também cheia de um amor apaixonado”

Dois outros aspectos devem ser pontuados quando tratamos da importância da leitura de Gálatas. Primeiramente, há o fato de esta Carta haver registrado o início do crescente distanciamento entre cristianismo e judaísmo, provocado pelo conflito com os judaizantes. A história da Igreja primitiva e nela, do cristianismo, foi assumindo identidade própria.

Em Gálatas vemos a Igreja que vai conquistando a própria personalidade, desapegando-se progressivamente do judaísmo, com o qual, de início, se confundia. Isso aconteceu não sem dificuldades, choques e hesitações internos, superados, no entanto, sob a direção do Espírito.

Em segundo lugar, não devemos esquecer que Gálatas, juntamente com Romanos, são cartas inspiradoras da reforma protestante, justamente por causa do seu tema: A reivindicação da liberdade cristã.

Finalmente, pelo fato de sempre despertar no leitor moderno certa atração, motivada pelo seu raciocínio e por suas linhas argumentativas, especialmente no que tange à idéia de liberdade, pressuposto básico da cultura ocidental moderna, devemos ainda determinar até que ponto há realmente uma proximidade entre os escritos do Apóstolo e a modernidade, de forma concreta no termo liberdade.

2.2 Gálatas: sua terra e sua gente.

Ao revelar a presença de nomes celtas, gregos, romanos e frígios, os estudos epigráficos mostram que a região habitada pelos gálatas constituiu-se numa complexa formação étnica e cultural.

O nome geográfico e político Galácia são usados em dois sentidos. O primeiro significado designa o Planalto da Anatólia Central entre o Ponto, a Bitínia, e a Licaônia. O nome deriva dos gauleses que invadiram a Macedônia, Grécia, e Ásia Menor em 279 a.C. e anos seguintes; finalmente eles se estabeleceram na Anatólia, onde formaram um reino. Em 64 a.C. a Galácia tornou-se um estado dependente de Roma, e nos anos seguintes o território do reino foi ampliado pelas regiões vizinhas. No segundo sentido, Galácia designa a província romana da Galácia, estabelecida

em 24 a.C., depois da morte do último rei, Amintas; Incluía a região da Galácia e as regiões da Pisídia, Panfília, e parte da Licaônia. Depois desta data, o nome Galácia foi usado para designar a província.

No ano 21 ou 22 a.C., o Imperador Augusto dividiu a Galácia, dando-lhe nomes correspondentes a três tribos gálatas que correspondiam a três povoados transformados em cidades por decreto imperial.

Quanto à região em que habitavam, os livros a descrevem como um lugar de grandes contrastes e de um clima de extremos: no verão um calor causticante, no inverno um frio avassalador, refletindo o clima e suas diferenças, talvez, um traço da personalidade do povo celta, daquele lugar. Consiste em uma vasta série de terras altas, áridas, descampadas e encostas íngremes. É quase desprovida de árvores, exceto talvez, em alguns lugares nas fronteiras do Norte; e a falta de sombra torna o calor do verão mais exasperante, enquanto no inverno o clima é rigoroso [...] Não há praticamente nenhum aspecto notável e um pedaço é igual ao outro. As cidades estão longe uma das outras, separadas por longos trechos do mesmo território, cansativo, poeirento, quente e árido no verão, coberto de neve no inverno.

Estudos revelam que estradas romanas cruzavam a Galácia no tempo de Paulo. De qualquer modo, no que se refere à economia dos gálatas, era incrementada pela produção e criação de ovelhas, com a exploração da lã. Havia também o cultivo da vinicultura, mas na verdade, a produção de cereais, como o trigo, destacava-se como principal atividade, constituindo-se como base da economia galática.

O povo gálatas, como boa parte das tribos indo-européias, era marcadamente guerreiro, acostumado desde muito às derrotas e conquistas. Alguns escritores antigos nos informam que existiam regras e costumes característicos da

personalidade gálata. Através desses relatos foi possível conhecermos um pouco mais de seu cotidiano, como por exemplo, o modo como faziam suas refeições e as disposições de seus membros à mesa. Tudo isso refletia o modo como se organizavam em sua estrutura hierárquica tribal.

Outros detalhes nos chegam desses escritos e narram o apetite voraz desse povo. Gostavam de cantar seus feitos e eram, em todo mundo, tidos como destemidos guerreiros. O fato é que, embora com o alto número de casamentos inter-raciais, a adoção da religião local e do grego como segunda língua, não conseguiram modificar sua forma de organização.

Entre alguns povos, os gálatas eram pouco considerados, vistos como bárbaros e desprovidos de certa civilidade. Entre os gregos, os gálatas não gozavam de muita simpatia, sendo considerados por estes, como uma raça misturada, simplórios, imprevisíveis, cruéis, sem perseverança e, fáceis de enganar.

2.3 A composição da carta

A composição da Carta aos Gálatas não representa uma discussão pacífica. Muitos exegetas discordam no tocante à data da Epístola. Nada mais compreensível, tendo em vista tratar-se de um escrito antigo, cujo esforço de pesquisa deveria ser encarado como tarefa de aproximação, nunca de conclusão.

Conforme o ponto de vista que diz que a Epístola estava endereçada a Galácia do Norte, a Epístola não poderia ter sido escrita antes de 49/50 d.C., quando teve início a segunda viagem missionária de Paulo (At 16,6), e foi mais provavelmente escrita depois de 52 d.C., quando começava a terceira viagem e Paulo visitara a Galácia pela segunda vez (At 18,23), visto que sua referência ao

fato de ter-lhes pregado pela primeira vez (Gl 4,13) - literalmente 'a vez anterior' (em grego *to proteron*) - subentende duas visitas feitas a eles.

Conforme a Teoria da Galácia do Sul, a Epístola poderia ter sido escrita antes disso; as palavras (Gl 1,6) de fato deixam subentendida uma data não muito distante da primeira viagem missionária (47/48 d.C.), enquanto que a expressão a primeira vez (Gl 4,13) poderia ser entendida à luz do fato que, no curso da primeira viagem, Paulo e Barnabé visitaram o Sul da Galácia por duas vezes, indo de Antioquia da Pisídia para Derbe, e daí de volta para Antioquia da Pisídia (At 14,21).

Longe naturalmente da presunção de querer solucionarmos os conflitos de interpretação em torno da composição da carta, o que podemos observar é que há, pelo menos na maioria dos autores lidos, certa unanimidade acerca de alguns temas, como por exemplo, a incontestável integridade literária, refletida na Carta. Além disso, não podemos duvidar de sua autoria.

São muitos os testemunhos antigos que atribuem esta carta a Paulo, e todos são tão unânimes em confirmá-lo que, se Gl não fosse sua, deveríamos duvidar também da existência do sol. Ou então, deveríamos inventar outro Paulo, em tudo igual ao primeiro, e atribuir-lhe a autoria de Gl.

Por último, tentando inserir, na cronologia paulina, a Carta aos Gálatas, esta deveria ocupar o seu lugar como aquela que precedeu imediatamente à Carta aos Romanos, visto que os temas tratados na primeira vinculam-se estreitamente aos da segunda, especialmente a doutrina da justificação. Se em Gálatas Paulo escreve de modo apaixonado e nervoso, em Romanos tem a oportunidade de considerar mais demoradamente os temas prefigurados em Gl.

Mediante tais fatos fazermos um estreito esquema de ligações entre Gl e Rm teríamos o seguinte:

Gl 1,15-16	Rm 1,1-5	Separação para o apostolado.
Gl 2,15-21	Rm 3,19-28	Justiça da fé.
Gl 3,6-25,29	Rm 4,1-25	Abraão.
Gl 3,26-28	Rm 6,3-5	Batismo.
Gl 4,1-7	Rm 7,1-8,16	Servidão e liberdade.
Gl 4,21-31	Rm 9,6-13	Lei e promessa.
Gl 5,13-15	Rm 13,8-10	Liberdade e amor.
Gl 5,16-26	Rm 8,12 ss	Vida no espírito.

Sendo assim, poderíamos reconhecer nitidamente que o fio condutor do pensamento em Rm está prefigurado em Gálatas. Já a polêmica específica de Gálatas é transposta em Romanos, para questionamentos fundamentais, a argumentação é mais refletida; a demonstração, mais cerrada.

2.4 Compreendendo a origem da controvérsia

Em suas observações, os biblistas são claros quando tratam do surgimento da grande divergência que envolveu Paulo e os judaizantes. De fato, não se tratava de problemas corriqueiros, ou de pequenas crises internas, comumente registradas por murmúrios de Igrejas.

De notícias inquietantes de que alguns haviam convencido os cristãos da Galácia de que eles não podiam ser cristãos corretos sem serem circuncisos e sem observar a Lei de Moisés. Eles lembraram que Paulo não era um dos doze, mas apenas uma espécie de apóstolo secundário, e que seu Evangelho não era o mesmo seguido pelos outros apóstolos.

O Evangelho estava correndo sério perigo entre os gálatas. Missionários de fora haviam penetrado nas comunidades. A posição deles era de um cristianismo judaizante ao extremo, exigiam dos gentios cristãos da Galácia a circuncisão (Gal 5,2s; 6,12s) Confundiam as jovens comunidades declarando que, sem a circuncisão, exigida pela Lei Mosaica, não há salvação. O apóstolo tinha que enfrentar uma contra-missão judaizante, cujas teses esvaziavam o Evangelho de seu conteúdo essencial ('eram outro evangelho', 1,7) e que reduzia a nada a cruz de Cristo (Gl 2,1; 3,13; 5,11; 6,12- 14).

Para além desses diagnósticos, concordes em sua maioria, surge naturalmente a pergunta: Quem eram esses forasteiros e de onde vinham? Na Carta aos Gálatas, Paulo os chama de modo genérico e desprezível como "pessoas" (Gl 1,7), "alguém" (Gl 1,9), "eles" (Gl 4,17; 6,13). Além de serem intrusos, segundo a Carta, podemos colher outras informações: eram cristãos de origem judaica, pelo nascimento ou pela conversão, circuncidados (Gl 6,13), que consideravam a mensagem transmitida aos gálatas como "Evangelho" (Gl 1,6). O fato é que tais informações se repetem no modo com que os teólogos vêem o conflito. Há, porém, escritores que, além da constatação do problema existente, procuraram mapear sua origem, seu princípio.

Quando fundou as Igrejas da Galácia, Paulo atuou como emissário de Antioquia. Todavia, sob pressão de Jerusalém, a comunidade antioquina optou por uma versão de cristianismo completamente judaica, que Paulo não aceitava (Gl 2,11-21). Seu fracasso em persuadir aqueles que outrora patrocinaram sua campanha missionária na Europa, de que estavam sendo injustos com membros pagãos da Igreja, levou-o a um rompimento.

A verdade é que ao considerarmos esse alinhamento da visão cristã, mais judaica por parte de Antioquia e por parte da Igreja-Mãe, Jerusalém, teríamos que admitir como natural a pressão sobre as Igrejas irmãs, e naturalmente, sobre as comunidades fundadas por Paulo. Estava formado, portanto, o quadro da origem da Carta aos Gálatas: de um lado Paulo, reagindo com indignação aos intrusos judaizantes, de outro, estes, alegando que Paulo, por fazer certas concessões, perdera sua autoridade sobre as Igrejas da Galácia, já que eram fundações antioquinas. O que vieram fazer, então, os judaizantes? Restabelecer a disciplina e reimplantar o que consideravam o autêntico cristianismo.

2.5 Os judaizantes e seu *modus operandi*

Houve, no modo de agir judaizante, algo absolutamente grave e cruel no tocante ao tratamento dado a Paulo, especialmente por quem se dizia vindo da parte de Deus Pai, e de seu Filho Jesus. Começaram suas ações lançando dúvidas sobre a própria pessoa de Paulo ao divergir num primeiro momento, não de suas convicções profundas, mas tentando torná-lo desacreditado. As acusações feitas a Paulo de malicioso são ataques às suas credenciais de evangelizador. Com

tamanho artifício, o fato de colocarem em crise sua idoneidade de missionário de Cristo, talvez tenha feito com que seus inimigos tenham se julgado vencedores.

Como segunda linha de ataque a Paulo, procuraram convencer com toda força e clareza que este teria omitido algumas certezas fundamentais do cristianismo e que somente eles poderiam anunciá-las de modo completo e perfeito, mostrando-lhes a face verdadeira do cristianismo. Talvez por tudo isso seja plenamente compreensível a reação nervosa e apaixonada de Paulo. Embora ele não estivesse frente-a-frente com seus opositores, não poderíamos acusá-lo de falta de percepção do que estava ocorrendo.

Portanto, se quiséssemos falar resumidamente das razões dos judaizantes, no tocante à natureza dos problemas em Gálatas, diríamos: as testemunhas qualificadas, fidedignas, são unicamente os chefes de Jerusalém, pois estes conheceram o Mestre e dele receberam diretamente a autoridade. Depois disso, se Paulo tivesse alguma autoridade esta, ter-lhe-ia sido concedida por Jerusalém. Finalmente, após haver partido em missão para a Síria e Cilícia, tomou no ensino do Evangelho, uma direção própria, fazendo concessões não autorizadas pelas primeiras testemunhas, como a não obrigatoriedade da circuncisão, das observâncias alimentares, e outras, com o intuito de agradar os gentios. É assim que o Apóstolo Paulo teria provocado à desaprovação dos Doze, fato evidenciado em Antioquia, no confronto com Pedro.

2.5.1 Reconstituindo os passos da pregação judaizante

Devemos compreender que em Gálatas, criou-se certa confusão com a presença dos judaizantes, porque ainda era recente a presença do cristianismo na

Galácia e, portanto, ainda não havia criado profundas raízes. Em seguida, porque os judaizantes apresentavam-se como autênticos representantes do verdadeiro Evangelho, e o faziam por meio de uma pregação retórica coerente e bem concatenada. Eis as suas diretivas: Abraão é o marco de tudo, o modelo de todo fiel, pois foi o primeiro a abandonar o culto aos ídolos e converter-se ao Deus Verdadeiro.

Depois de abraçar a fé no Deus Único, Deus o fez pai de uma grande nação, mais do que isso, de todas as nações. Pela boca de um anjo, todas as famílias da terra, por determinação divina, foram abençoadas em Abraão, neste e, em toda a sua descendência (Gn 15,5). Surgiu então da parte de Deus para com Abraão, uma aliança perpétua e o sinal desta aliança: o mandamento da circuncisão (Gn 17,23), além de outros sinais, como o calendário festivo (Jub 15,1-2) e os sagrados requisitos dietéticos (Gn 2,11-14). Desse modo, Abraão tornou-se antecipadamente um fiel observador da Lei, que seria promulgada no Sinai pelo mediador Moisés (Ex 19) e confirmada, agora e para sempre, pelo Messias. Em resumo, a Lei seria um dom dos céus, revelada para Abraão, promulgada em Moisés e confirmada plenamente pelo Messias.

Em meio a toda essa pregação judaizante, a pergunta é: Como deveriam agir os pagãos a fim de serem descendentes abençoados de Abraão? Pois também haviam se tornado irmãos por meio de Ismael e de Agar, a serva (Gn 15), dos que nasceram de Sara, a mulher livre (Gn 21,1-7)!

As respostas a tais indagações, depois de estabelecidos os parâmetros da pregação judaizante, nos parecem inevitavelmente óbvias: após abandonar os falsos ídolos e fugir do impulso do mal, deveis converter-vos à Santa Lei de Deus, como nosso Pai Abraão, abraçando o mandamento da circuncisão e todos os outros sinais a ele revelados. Então, o que é preciso para serem fiéis observadores, considerados verdadeiros descendentes de Abraão? Abandonar o antigo modo de vida e observar fielmente a Lei de Abraão.

Se, de fato, essa foi a pregação judaizante, e não estava alinhada ao pensamento Paulino, compreendemos então os judaizantes quando afirmam aos gálatas que Paulo, verdadeiramente, não os havia evangelizado, chamando para si a missão de arrancá-los da escravidão e conduzi-los ao verdadeiro Evangelho, o que passa necessariamente pela fiel observância da Lei, como haveria ensinado Abraão. Paulo se perdera em concessões para atrair os gálatas à conversão, omitindo pontos basilares da vivência do Evangelho.

2.6 Aceitação da lei pelos gálatas

Depois de procurar explicar, pela ótica dos judaizantes, o lugar de Abraão na história da salvação. “ Porque tão facilmente os gálatas teriam se deixado fascinar pelo discurso dos judaizantes. A resposta a essa questão parece estar, de um lado, na formação psicológica do povo gálata, e de outro, no modo evangelizador de Paulo”¹⁸. O fato é que Paulo reconhecia a importância e a bondade da Lei (Rm 15,4; 1 Cor 10,6), e dela se utilizava em seu discurso ético (Rm 7,7; 12, 19 s; 1 Cor 9,9; 2 Cor 8,15). O Apóstolo, em sua práxis apostólica, não é o que rigorosamente poderíamos chamar de um legislador, um criador e sistematizador de leis.

Era costume de Paulo, ao fundar uma comunidade, dar algumas instruções gerais que tinham a finalidade de indicar aos novos fiéis que agora se esperava deles um novo estilo de vida (1 Ts 4,1-12). O apóstolo esperava que eles descobrissem por si mesmos o que essa encarnação do evangelho significava na prática

A complexidade da realidade era bastante aterradora, o fardo da responsabilidade bastante grande e, em face desse medo, o pormenor concreto e preciso da lei fornecia refúgio e sensação de segurança. Os humanos podiam afastar o olhar da realidade e focalizá-lo exclusivamente na lei.

Nesse contexto, no qual a vinda do Senhor estava próxima e os cristãos tinham de ficar irrepreensíveis, compreende-se que a explicação da lei como lei teria papel limitado. Paulo não desenvolveu nem Halacá precisa para reger o comportamento, nem sistema para expiação de faltas cometidas após a conversão.

Os gálatas, portanto, ficaram entregues à sua liberdade e responsabilidade em procurar viver criativamente sua nova religião. O fato de aderirem ao discurso legalista dos judaizantes revela que ainda não estavam preparados para encarnar o Evangelho em suas vidas. A Lei, sem dúvida, arrancava-lhes tal angústia e respondia claramente como deveriam se comportar. Dava-lhes uma direção cotidiana e um porto seguro. Ao imaginarmos os gálatas vivendo sob regras claras, em sua sociedade tribal, quer do ponto de vista social ou religioso, deveríamos, sem dúvida, compreender a dificuldade diante dos desafios da nova conversão.

2.7 Uma situação complexa

A situação vivida por Paulo na Galácia foi, sem dúvida, algo inaudito. Em nenhuma outra comunidade o Apóstolo havia enfrentado um conflito tão delicado e de matizes tão complexos. Nem seus percalços em Corintos (2 Cor 10-15), nem tampouco os desapontamentos do seu passageiro mal-entendido com os tessalonicenses exigiram tanto da sua inteligência. A deliberada oposição revelada pelo relato vindo da Galácia era um assunto completamente diferente. Havia a possibilidade, muito real, de que sistematicamente se estendesse às outras Igrejas que fundara sob a égide de Antioquia.

Podemos imaginar que a reação de espanto (Gl 5,7), beirando quase ao desespero (Gl 4,11) não favoreceu nenhuma resolução, a não ser diminuir a tensão psicológica. Seria preciso, nesse caso, mais do que uma atitude básica. Uma reação calculada, inteligente, precisa, é o que exigiria a situação. Assim, Paulo agiu, embora tomado por uma ira moderada. Duas questões importantíssimas e difíceis precisavam de respostas adequadas. Primeiro, a acusação que poderia minar sua credibilidade, sua fidedignidade como Apóstolo do Senhor.

Paulo deveria recuperar a sua condição de Discípulo do Senhor contestada pela ação judaizante. Segundo, demonstrar com toda sua capacidade literária e sua habilidade retórica, que sua pregação não se fundava em saber humano ou, segundo os homens (Gl 3 ss), mas por revelação de Jesus Cristo.

Paulo teve uma reação nervosa à argumentação teologicamente densa, complexa e inteligente, tentando desconstruir a pregação judaizante naquilo que havia de mais convincente. Se assim não procedesse, as comunidades evangelizadas, o cristianismo anunciado e a sua própria pessoa estariam, sem

dúvida, incorrendo em sério risco. O futuro poderia estar comprometido. Em síntese, Paulo precisava restabelecer a sua autoridade e o cristianismo, por ele, incansavelmente anunciado.

2.8 Missão vinda de Deus

Paulo precisava responder com inteligência ao ataque feito pelos judaizantes à sua pessoa, como missionário do Senhor.

Um erro de direção na crítica de seus adversários teria facilitado, de algum modo, tal tarefa, visto que insistiam no fato de Paulo estar distante da comunhão com a Igreja de Jerusalém. Nesse sentido, em favor de Paulo, encontra-se o fato de sua diminuta permanência em Jerusalém. Ademais, poderia haver contra-argumentado do acolhimento dos notáveis da Igreja quanto à confirmação de sua obra (Gl 2,1-10), o que não teria ocorrido tão facilmente se a insistência tivesse recaído sobre Antioquia, cidade em que Paulo residiu por anos e o aceitou como missionário, pelas mãos de Barnabé e, que agora, objetava a sua missão.

A pergunta é: O que faria de Paulo, naquele momento, verdadeiramente um Apóstolo do Senhor? No plano, meramente humano, deixara para trás sua perseguição furiosa à Igreja de Cristo. Em decorrência dessa mudança de atitude, o encontro com o próprio ressuscitado, nas estradas de Damasco (At 9,3) teria provocado a mudança de vida, justificando desse modo, o seu mandato como tendo sido conferido pelo próprio Cristo.

É por isso que Paulo insistia em dizer que seu Evangelho não havia vindo da “parte dos homens, nem por um homem” (Gl 1,1). Sustentando tal afirmação, Paulo estaria antecipando e respondendo à objeção de que a sua missão precisava da

aprovação do Conselho dos Notáveis. Seus adversários podiam assegurar que, para o conteúdo do seu Evangelho, ele dependia da tradição cristã que Jerusalém representava com muita autoridade.

Prevendo essa objeção, Paulo insistiu que “este Evangelho que vos anuncio não é de inspiração humana, aliás, não é por um homem que ele me foi transmitido ou ensinado, mas por revelação de Jesus Cristo” (Gl 1,1).

É importante insistir no encontro de Paulo com o ressuscitado. Isto porque Paulo poderia usá-lo como contraponto à pregação judaizante, primeiro como um acontecimento inusitado, surpreendente e que transformou completamente seu antigo sistema de valores. A aparição de Cristo a Paulo teria sido algo inesperado, violento (1 Cor 15,8). Num segundo momento, descobrindo que o Cristo estava vivo e ressuscitado, coisa que como fariseu negava, forçosamente tal fato remeteu Paulo a reavaliar boa parte de seu arraigado sistema de convicção farisaico.

Se uma das ressonâncias que o nome de Jesus estabeleceu em sua mente farisaica era verdade (isto é, a ressurreição), então as outras, automaticamente, teriam de ser vistas em uma perspectiva completamente diferente. Já não eram as pretensões irreverentes de um louco e seus joguetes, mas verdade absoluta.

A verdade que se abriu para Paulo no encontro com o ressuscitado parece ter sido definitiva em sua vida, na medida em que toda a sua perspectiva da história da salvação (revelação, aliança-escolha, profecia e outros grandes temas da teologia) passou a ser observada a partir da fé no Cristo ressuscitado. Portanto, toda a história da salvação passou a ter em Cristo a sua plenitude.

Seu encontro com Cristo revelou a verdade do que ele outrora considerava falso, forçando uma nova avaliação do que viriam a ser os pólos cristológico e soteriológico de seu Evangelho. Cristo era o novo Adão, a personificação da

humanidade autêntica. A lei já não era obstáculo à salvação dos pagãos; eles podiam ser salvos sem se tornarem judeus.

2.9 O Cristo vivo

Nas primeiras cartas Paulo se deteve apenas no anúncio tradicional da morte salvífica do Cristo, aprofundando sua cristologia, sobretudo, no aspecto da humanidade de Cristo. É em Gálatas que assistimos a formação da típica cristologia paulina e suas implicações na natureza da comunidade cristã.

O Apóstolo lembrou aos gálatas, com a expressão “nascido de mulher”, a pertença comum de Cristo à raça humana. Ademais, Paulo insistiu sobremaneira numa dimensão da vida de Cristo: a sua fé.

Paulo usou, em várias passagens, a expressão fé em Jesus Cristo (Gl 2,16); também em (Rm 3,22). Fé pode ser compreendida com dois significados, crença ou fé-fidelidade. No caso de Jesus, que é um genitivo, pode ser objetiva ou subjetiva. A primeira, a fé em Cristo, foi a mais corrente. Nestes tempos recentes, porém, alguns assumiram a segunda a fé de Cristo.

Ao acolhermos as duas interpretações poderíamos dizer que Cristo é o começo e o fim da fé de todo cristão, causa e, ao mesmo tempo, exemplo. A implicação dessas observações é que a fé-fidelidade é evocada, não em si e por si mesma, mas porque ambos, a causa e o exemplo da fé-fidelidade, são dos cristãos.

A dedicação ativa deles é possibilitada e modelada pela de Cristo.

Tal menção nos permite aprofundar, cada vez mais, a reflexão, na medida em que esta identifica a fé de Cristo com o amor por ele expresso no auto-sacrifício da cruz pelos homens. “A fé age pela caridade” (Gl 5,6). O amor em Cristo e de Cristo revela-se no auto-sacrifício. Esse amor não é apenas um acontecimento, é o poder pelo qual Paulo foi trazido da morte para a vida. O amor de Cristo, sua autodoação consiste num “ato criador [...] essência da humanidade autêntica.

Aos poucos, conseguimos compreender que é somente o amor criador de Cristo na cruz que torna a pessoa autenticamente humana e cristã. Como menciona o belo Hino aos Corintos (1 Cor 13), sem esse amor a pessoa não é nada. Tudo isso nos leva a uma conclusão inevitável: em primeiro lugar, o exemplo de Cristo nos torna autênticos; em segundo, para Paulo, Cristo se tornou a lei: “carregai o peso uns dos outros e assim cumprireis a lei de Cristo” (Gl 6,2).

Podemos vislumbrar cristologias que não se tocam e se excluem mutuamente: a judaizante e a de Paulo. A primeira pregava Cristo como fiel intérprete da lei, e por isso mesmo, não somente a confirmou, como a ela se submeteu, obedecendo-a até o fim.

Na segunda, paulina, a lei estava incluída no Cristo, mas, Cristo era a lei no sentido mais radical. De um só golpe, Paulo substituiu a obediência pela fé-fidelidade e, ao invés de descrever a fé-fidelidade, o que trazia o risco de criar nova lei, exemplificou-a com o comportamento de Cristo.

Assim, olhando para o que Cristo havia se tornado, caberia aos cristãos viver criativamente, seja qual fosse a sua situação, viver a lei de Cristo. Isso porque, no ato de amor Cristo deu uma nova existência a Paulo, fazendo com que sua conduta passasse a ser modelada por Cristo.

Paulo, bem como a comunidade, passaram a ser Cristo na medida em que aprenderam a amar. É nesse sentido que devemos entender expressões como “revestir-se de Cristo”, “ser um só em Jesus Cristo” (Gl 3,27-28).

3 JUDAIZANTES E GENTIOS

3.1 Nas primeiras comunidades cristã

Por decisão do concílio realizado em Jerusalém, a igreja ficou com liberdade para iniciar uma obra de maior vulto, destinada a levar todas as pessoas, de todas as raças e de todas as nações para o reino de Jesus Cristo. “A Convenção dos apóstolos em Jerusalém, ocorrida em torno de 48 d.C, demonstra que, surpreendentemente, a unidade da Igreja não se rompeu e que não aconteceu o afastamento recíproco entre a comunidade primitiva e as demais comunidades cristãs”.³

Supunha-se que os judeus membros da igreja, continuassem observando a lei judaica, muito embora as regras fossem interpretadas de forma ampla por alguns dirigentes como Paulo. Contudo, os gentios podiam pertencer à grei cristã, mediante a fé em cristo e uma vida reta, sem submeterem-se às exigências da lei.

BORGER, assim comenta relação dos gentios com o culto judaico:

“Eles visitavam o templo e observam a lei, comentam as palavras do mestre, suas parábolas e seus ensinamentos, distinguindo-se dos demais judeus pela crença num messias que já viera e que por estranhos designios, teve de morrer para em seguida ressuscitar e só então, após sua volta, terminar sua missão. A chave da fé dos novos sectários, a doutrina farisaica da ressurreição é visceralmente contrária as suas convicções religiosas. A ala dos fundadores opõe-se á introdução dessas noções estranhas ao seu judaísmo contemporâneo”.⁴

Para tomarmos conhecimento do que ocorreu durante os vinte anos seguintes ao concílio de Jerusalém, dependemos do livro de atos dos Apóstolos,

³ BORNKAMM, Gunter. Paulo: Vida e Obra. Santo Andre: Academia cristã, 2009. Pg83

⁴ BORGER, Hans. Uma historia do povo Judeu. São Paulo: Séfer, 1999.pg201

das epístolas do Apóstolo Paulo e principalmente gálatas, e talvez do primeiro versículo da primeira epístola de Pedro, que possivelmente se refere a países talvez visitados por ele. A estas fontes de informações pode - se juntar algumas tradições do período imediato à era apostólica, que parecem ser autênticas.

O campo de atividade da igreja alcançava todo o Império Romano, que incluía todas as províncias nas margens do Mar Mediterrâneo e alguns países além de suas fronteiras especialmente a leste. Nessa época o numero de membros de origem gentia continuava a crescer dentro da comunidade, enquanto o de judeus diminuía.

À medida que o evangelho ganhava adeptos no mundo pagão, os judeus se afastavam dele e crescia cada vez mais o seu ódio contra o cristianismo. Em quase todos os lugares onde se manifestaram perseguições contra os cristãos, nesse período, elas eram instigadas pelos judeus.

Quando observamos a epístola aos Gálatas, algumas questões nos são elucidadas: Paulo escreve para trazer de volta ao evangelho (“ E todos os irmãos que estão comigo, às igrejas da Galácia Gl 1.2”), do qual repentinamente se afastou, um grupo de igrejas na Galácia (“Maravilho-me de que tão depressa passásseis daquele que vos chamou à graça de Cristo para outro evangelho Gl 1.6”).

O novo evangelho que abraçavam não era evangelho nenhum na verdade (“O qual não é outro, mas há alguns de vós inquietam e querem transtornar o evangelho de cristo Gl 1.7”). O verdadeiro evangelho, aquele que Paulo pregou e eles aceitaram, vinha mediante revelação de Jesus Cristo diretamente a Paulo (“ Porque não o recebi, nem aprendi de homem algum, mas pela revelação de Jesus Cristo Gl 1.12”).

É o mesmo evangelho pregado por outros Apóstolos (“Antes, pelo contrário, quando viram que o evangelho da incircuncisão me estava confiado, como a Pedro o da circuncisão; Porque aquele que operou eficazmente em Pedro para o apostolado da circuncisão, esse operou também em mim com eficácia para com os Gentios; E com Tiago, Céfas e João, que eram considerados como as colunas, a graça que me havia sido dada, deram-nos as destros, em comunhão comigo e Barnabé, para que nós fôssemos aos Gentios, e eles à circuncisão Gl2. 7-9”). Isto significa que versões alteradas dele devem ser consideradas necessariamente distorções inaceitáveis.

Nem mesmo visões angelicais ou uma mensagem diferente do próprio Paulo deveria atrair os gálatas para trocar sua primeira fé por uma fé revisada substancialmente (“Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anuncie outro evangelho além do que já vos tenho anunciado, seja anátena Gl1. 8”). Mas o propósito de Paulo não é meramente repreender ou admoestar, ele esforça-se para ser cuidadoso ao dar razões para suas advertências.

Ele descreve cuidadosamente o processo pelo qual Ihe foi concedido o dom do Apostolado, validando assim a verdade da sua mensagem (1.11-21). Ele explica a relação entre a graça e a lei (3.1-4.7) e dá extenso conselho sobre como a vida cristã deve ser vivida (caps.5.6).

O propósito de Paulo ao escrever, portanto é tanto específico quanto abrangente. É específico em sua insistência ao afirmar que aceitar visões alteradas da mensagem Apostólica sobre Jesus Cristo é anular toda a fé cristã. E abrangente no âmbito dos argumentos que Paulo reúne e nas explicações que faz da fé na vida.

Se o objetivo de Paulo ao escrever é opor-se a um falso evangelho, qual é o verdadeiro evangelho? É aí que a pregação de Paulo na Galácia torna-se útil,

segundo o relato em atos (13.12). O livro de atos não registra tudo o que Paulo e Barnabé disseram sobre a primeira viagem missionária, mas registra com algum detalhe os pontos principais de um sermão inteiro de Paulo em Antioquia da Pisídia, no sudeste da Galácia, de um modo geral.

As declarações básicas de Paulo: O Deus de Israel, o verdadeiro Deus vivo, tem trabalhado desde os tempos antigos para salvar um povo dos seus pecados de forma que possam adorá-lo e ser uma presença redentora no mundo.

Essa obra redentora remonta a Abraão e inclui Moisés, Samuel e Davi, como nos revela (“E, levantando-se Paulo, e pedindo silêncio com a mão, disse: Homens israelitas, e os que temei a Deus, ouviram: O Deus deste povo de Israel escolheu a nossos pais, e exaltou o povo, sendo eles estrangeiros na terra do Egito; e com braço poderoso os tirou dela; E suportou os seus costumes no deserto por espaço de quase quarenta anos. E, destruindo a sete nações da terra de Canaã, deu-lhes por sorte a terra deles.

E, depois disto, por quase quatrocentos e cinqüenta anos, lhes deu juízes, até ao profeta Samuel. E depois pediram um rei, e Deus lhes deu por quarenta anos, a Saul filho de quis, homem da tribo de benjamim At13.16-22”). Jesus, descendente de Davi, anunciado por João Batista, é Salvador enviado por Deus (At 13.23-35).

A mensagem que a salvação esta em Jesus foi confiada aos Judeus como Paulo assim como aos não Judeus que a receberem. Enquanto muito Judeus rejeitaram Jesus, até mesmo exigindo sua execução, Deus o ressuscitou dentre os mortos e o fez aparecer vivo a muitas testemunhas (At 13.26-31).

Não apenas testemunhas vivas, mas também os escritos dos profetas do antigo testamento atestam a boa nova de que há salvação em Jesus cristo, o qual

Deus ressuscitou dos mortos (At 13.32-37). Portanto, todos os que ouvem a mensagem sobre Jesus são chamados a recebê-lo e a juntar-se a povo de Deus.

Eles também são duramente alertados para não zombar da mensagem do evangelho, por mais improvável que possa soar aos ouvidos dos que o desprezam (como Paulo antes da sua conversão) e àqueles que ouvem pela primeira vez (AT 13.38-42).

Virtualmente, todos os pontos do Sermão de Paulo em atos 13 são repetidos em Gálatas. Por exemplo, resumindo o evangelho que originalmente os Gálatas receberam Paulo afirma: "Ante cujos olhos foi Jesus cristo exposto como crucificado" (3.1), uma referência clara a sua morte pelo pecado.

Em Gálatas, como em atos 13, Paulo refere-se repetidamente a Abraão, mencionando-o 8 vezes somente em Gálatas 3. Concluímos, então, que o verdadeiro evangelho pregado por Paulo estava centrado na morte redentora de Jesus Cristo, anunciada pelos profetas do Antigo Testamento. À luz da cruz, todos precisam confiar totalmente no auto-sacrifício de cristo para a salvação e vida nova, assim como Abraão confiou na promessa de Deus nos tempos antigos (ver, por exemplo, 3.6-14).

Mas qual era, então, o falso evangelho? Para responder a esta pergunta, devemos considerar os agitadores contra quem Paulo dirige muitos de seus comentários.

Depois de Paulo e Barnabé terem pregado em várias cidades da Galácia e retornado á igreja que os havia enviado na Antioquia da Síria ("E dali navegaram para Antioquia, de onde tinham sido encomendados à graça de Deus para a obra que já haviam cumprido At14.26"), as igrejas da Galácia aparentemente cederam à pressão que os "agitadores" faziam ("Eu quereria que fossem cortados aqueles que

vos andam inquietando Gl5.12”) , cuja compreensão da salvação diferia daquela pregada por Paulo .

Esses personagens sombrios, os quais Paulo não precisou citar nominalmente uma vez que eles eram bem conhecidos por seus leitores, são à chave para compreender o falso evangelho ao qual Paulo se opõe em sua epístola aos Gálatas. Mais uma vez a informação de atos 13,14 entra em cena. O sermão de Paulo em Antioquia da Pisídia (At 13.15-41) obteve uma resposta positiva tanto dos judeus quanto dos convertidos devotos (“E, despedida a sinagoga, muitos dos judeus e dos prosélitos religiosos seguiram Paulo e Barnabé; os quais, falando-lhes, os exortavam a que permanecessem na graça de Deus At 13.43”).

Um convertido devoto era um não judeu que havia aceitado a fé e as práticas judaicas, ainda que sem se tornar um prosélito (convertido pleno), o que, para os homens, envolvia circuncisão. Portanto, convertidos devotos mantinham o status legal de gentio ou pagão, mas estavam envolvidos com o culto judeu. Atos refere-se aos convertidos devotos (literalmente “tementes a Deus “ou “adoradores de deus “e “piedosos”) repetidamente (10.2,22;13.6,26,43,50;16.14;17.4,17;18.7).

Mas também houve uma resposta negativa a mensagem de Paulo. Judeus que não estavam convencidos pelo evangelho instigavam a oposição contra Paulo e Barnabé na Antioquia da Pisídia, contradizendo o que os dois diziam (At13.45-50). Essa mesma oposição surgiu com Icônio (“E havendo um motim, tanto dos judeus quanto dos gentios, com os seus principais, para os insultarem e apedrejarem At14.5”), de onde Paulo e Barnabé fugiram da tentativa de os silenciarem por apedrejamento . Eles seguiram para listra e Derbe onde fizeram muitos discípulos. Mas Judeus da Antioquia e Icônio seguiram seus passos e instigaram uma multidão contra eles.

Paulo foi apedrejado e tido por morto (“Este ouviu falar Paulo, que, fixando nele os olhos, e vendo que tinha fé para ser curado At 14.19”). Muitos anos depois, perto do fim de sua vida, a lembrança desses dias tumultuados de perseguições e sofrimentos ainda era viva em sua mente (“Perseguições e aflições tais quais me aconteceram em Antioquia, em Icônio, e em Listra; quantas perseguições sofri, e o Senhor de todas me livrou 2Tm 3.11”).

Conforme Paulo escreve sua epístola às igrejas dos gentios, parece que a ira daqueles que se opunham a Paulo e Barnabé é transferida para as novas comunidades de fé que ambos fundavam e deixavam para traz (“E, havendo-lhes, por comum consentimento, eleitos anciãos em cada igreja, orando com jejuns, os encomendaram ao Senhor em que haviam crido At14. 23”).

Ele escreve que “há alguns que vos perturbam e querem perverter o evangelho de Cristo” (“O qual não é outro, mas há alguns que vos inquietam e querem transtornar o evangelho de Cristo Gl 1.7”). Ele repreende a inconstância daqueles que servem esse evangelho pervertido, chamando-os de insensatos (“Ò insensatos Gálatas! Quem vos fascinou para não obedecerdes à verdade, a vós, perante os olhos de quem Jesus Cristo foi evidenciado, como crucificado, entre vós? Gl3.1”).

O evangelho de Jesus Cristo os havia libertado dos deuses pagãos, assim como das tradições judaicas que não poderiam salvá-los (4.8-11). Mas agora eles haviam se tornado presas de líderes traiçoeiros com uma mensagem falsa. Paulo denuncia: não o fazem sinceramente, mas querem afastar-vos de mim, para que vosso zelo seja em favor deles. (“Eles tem zelo por vós, não como convém; mas querem excluir-vos, para que vós tenhais zelo por eles Gl4.17”).

3.2 Judaizantes

Especificamente, parece que os agitadores estavam insistindo que a salvação exigia adesão precisa aos costumes judaicos tal como a circuncisão. Todos os que querem mostrar boa aparência na carne, esses vos obrigam a circuncidai-vos, somente para não serem perseguidos por causa da cruz de Cristo Gl. 6.12.

Esses agitadores Judaizantes porque sua mensagem estava centrada em uma combinação de aspectos da mensagem cristã com práticas judaicas às quais eles submetiam até mesmo os gentios. Paulo fica tão consternado com isso que ele escreve: “Tomara até se mutilassem os que vos incitam à rebeldia!” (5.12). “Paulo especifica que a justiça de Deus vem em Cristo”.⁵

O livro de Gálatas foi essencial para a reforma protestante com suas declarações de suficiência única da graça Divina para libertar o desejo humano aprisionado. Depender de regras, mesmo a lei do Antigo Testamento que Paulo elogia (“E assim a lei é santa e o mandamento, santo, justo e bom Rm 7.12”), é abandonar a mensagem do evangelho da graça (“Separados estais de Cristo, vós os que vos justificais pela lei; da graça tendes caído Gl 5.4”).

Paulo fica, então, perturbado pelo fato de as igrejas da Galácia parecerem estar prestes a abandonar a fé que ele lhes havia pregado. Os sentimentos pessoais e a autoridade de Paulo não estão em jogo, mas sim a integridade e a crença dos Gálatas; e finalmente o destino eterno de suas almas.

O amor de Paulo por eles é intenso (“Meus filhinhos, por quem de novo sinto as dores de parto, até que Cristo seja formado em vós; Eu bem quisera agora estar

⁵ SANDERS, E.P. Paulo, a lei e o povo Judeu. São Paulo: Paulos, 2009. Pg.73

presente convosco, e mudar a minha voz; porque estou perplexo a vosso respeito (Gl 4. 19,20"). Portanto, é compreensível sua preocupação pela firmeza da fé que eles professam. Paulo, como seu mestre Jesus, não estava simplesmente com o fato de aquelas pessoas terem uma experiência religiosa.

Ele também estava preocupado com a essência de suas crenças. É por essa razão que Paulo em suas cartas, assim como Jesus em seu ministério diário, gastou tanto tempo ensinando. Ao contrário de algumas interpretações modernas sobre fé, o conteúdo daquilo em que se crê importa.

Crenças equivocadas podem indicar falhas de compreensão ou recusa em aceitar quem Jesus Cristo é na verdade e quão profundamente o pecador é dependente da obra redentora de Cristo. "Nenhuma língua é imparcial, nenhuma cultura é teologicamente neutra. Consequentemente, a tradução e a comunicação transcultural não são tarefas fáceis, se não entendermos isso podemos comunicar um evangelho distorcido"⁶

Paulo sentia que as igrejas da Galácia estavam deslizando para um sistema de crença no qual a verdade de Jesus Cristo e a natureza da salvação que Ele oferece estavam sendo escondidas. Essas eram as verdades pelas quais Cristo havia morrido e Paulo praticamente havia sido morto.

Quando Paulo escreveu aos gálatas, Os judeus estavam presentes em todo o Império Romano, principalmente nas cidades mais importantes. Muitos deles se converteram ao cristianismo e, dentre os convertidos, havia aqueles que queriam impor a lei mosaica sobre os cristãos gentios.

São os já mencionados "judaizantes". Assim como os fariseus e saduceus perseguiram Jesus durante o período mencionado pelos evangelhos, os judaizantes

⁶ HIEBERT, Paulo. G. O evangelho e a diversidade das culturas. São Paulo: Vida Nova, 2010. Pg.141.

pareciam estar sempre acompanhando os passos de Paulo a fim de influenciar as igrejas por ele estabelecidas. Essa questão entre judaísmo e cristianismo percorre o Novo Testamento.

Os judaizantes estavam também na Galácia, onde se tornaram uma forte ameaça contra a sã doutrina das igrejas.

Aqueles judeus davam a entender que o evangelho estava incompleto. Para conseguirem uma influência maior sobre as igrejas, eles procuravam minar a autoridade de Paulo. Para isso, atacavam a legitimidade do seu apostolado, como tinham feito em Corinto.

Os judaizantes chegavam às igrejas com o Velho Testamento "nas mãos". Isso se apresentava como um grande impacto para os cristãos. O próprio Paulo ensinava a valorização das Sagradas Escrituras. Como responder a um judeu que mostrava no Antigo Testamento a obrigatoriedade da circuncisão e da obediência à lei? Além disso, apresentava Abraão como o modelo para os servos de Deus.

Os judaizantes ensinavam que a salvação dependia também da lei, principalmente da circuncisão. Segundo eles, para ser cristão, a pessoa precisava antes ser judeu (não por descendência, mas por religião). Foi para combater as heresias judaizantes que Paulo escreveu aos gálatas e mostrou àqueles irmãos que voltar às práticas e aos cerimoniais da Lei era cair da graça. “Para a liberdade foi que Cristo nos libertou (Gálatas 5:1-10)”. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais, de novo, a jugo de escravidão. Eu, Paulo, vos digo que, se vos deixardes circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará. De novo, testifico a todo homem que se deixa circuncidar que está obrigado a guardar toda a lei. De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei; da graça decaístes. Porque nós, pelo Espírito, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé.

Porque, em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão têm valor algum, mas a fé que atua pelo amor. Vós corréis bem; quem vos impediu de continuardes a obedecer à verdade? Esta persuasão não vem daquele que vos chama. Um pouco de fermento leveda toda a massa. Confio de vós, no Senhor, que não alimentareis nenhum outro sentimento; mas aquele que vos perturba, seja ele quem for, sofrerá a condenação.

Algo parecido tem acontecido na Igreja brasileira nos dias atuais. Alguns judaizantes modernos ensinam que devemos guardar as festas judaicas, ler a Torah nos cultos, etc. É muito comum vermos cristãos usando kipás (bonezinho usado pelos judeus), buscando ligações genealógicas com o povo israelita para que possam obter nacionalidade judia, entre outras coisas.

Até mesmo nos cultos de algumas igrejas, músicas e danças judaicas foram inseridas. Em nome do amor a Israel a bandeira da nação é colocada na igreja, o shofar é tocado e promovem-se as festas com a promessa de uma nova unção sobre a vida de quem participa de tais celebrações. Há igrejas onde as pessoas não podem adentrar ao templo de sandálias ou sapatos e são orientadas a tirar os calçados, pois, segundo ensinam, irão pisar terra santa.

Há notícias de denominações no Brasil onde os assentos foram retirados dos templos e os crentes ficam de joelhos em posição semelhante às usadas pelos judeus nas sinagogas.

Afinal, devemos ter a preocupação de celebrar as festas judaicas, usar kipá, colocar pano de saco, banhar-se de cinzas? O cristão tem essas obrigações? O que diz a Palavra sobre o assunto? Sobre a idéia da guarda do sábado e a sugestão da pastora de que isso faz parte de uma aliança perpétua, verifiquemos o seguinte: Usar a expressão "aliança perpétua" para referir-se à aliança feita entre Deus e

Israel é desconhecer a transitoriedade dessa aliança apontada pela Bíblia. Se não, vejamos.

A Bíblia menciona a existência de duas alianças. A primeira foi firmada entre Deus e o povo de Israel (Êxodo 19.1-8), logo que saiu da terra do Egito e se acampou junto ao Monte Sinai. A aliança foi ratificada com o sangue de animais como se lê em Êxodo 24.1-8. No livro de Hebreus, o escritor se reporta a esta aliança, dizendo: É por isso que nem a primeira aliança foi consagrada com sangue.

Havendo Moisés anunciado a todo o povo todos os mandamentos segundo a lei, tomou o sangue dos bezerros e dos bodes, com água, lã púrpura e hissopo, e aspergiu tanto o próprio livro como todo o povo dizendo: 'Este é o sangue da aliança que Deus ordenou para vós (Hebreus 9.18-20).

Essa aliança não integrava o povo gentio (Salmo 147.19 e 20): "Mostra a sua palavra a Jacó, os seus estatutos e os seus juízos a Israel. Não fez assim a nenhuma outra nação; e, quanto aos seus juízos, não os conhecem". Embora o povo de Israel tivesse prontidão em responder que observaria essa aliança, na verdade, não a cumpriu, de modo que Deus prometeu nova aliança. Essa promessa foi registrada por Jeremias: "Vêm dias, diz o Senhor, em que farei uma aliança nova com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme a aliança que fiz para com seus pais, no dia em que os tomei pela mão para tirá-los da terra do Egito, porque eles invalidaram a minha aliança, apesar de eu os haver desposado, diz o Senhor" (Jeremias 31.31 a 34).

Novamente, o escritor do livro de Hebreus se reporta a essa nova aliança, afirmando que ela já tinha sido estabelecida por Jesus Cristo: "Mas agora alcançou Ele ministério tanto mais excelente, quanto é mediador de superior aliança, que está

firmada em melhores promessas. Pois se aquela primeira aliança tivesse sido sem defeito, nunca se teria buscado lugar para a segunda", (Hebreus 8.6 e 7).

Ainda Paulo, falando sobre a antiga aliança, declara: "Ele nos fez também capazes de serem ministros de uma nova aliança, não de letra, mas do Espírito; pois a letra mata, mas o Espírito vivifica" (" O qual também nos fez capazes de ser ministros de um novo testamento, não da letra, mas do espírito, porque a letra mata e o espírito vivifica 2Co3.6"). Logo, não se pode falar em "aliança perpétua", referindo-se à primeira aliança entre Deus e Israel.

O que talvez a apóstola quisesse, mas não o fez, era dizer que o sábado é um mandamento perpétuo, como se lê em Êxodo 31. 16 e 17. Todavia, ainda assim, ela estaria incorreta. Não procede dizer que a guarda do sábado deva ser observada pelos cristãos hoje. Isto porque a palavra perpétuo não se aplica só ao sábado, mas também a vários outros preceitos que os guardadores do sábado nunca se dispuseram a cumprir, como, por exemplo, a circuncisão pois Gênesis 17.13-14 diz o seguinte: "Com efeito, será circuncidado o nascido em tua casa e o comprado por teu dinheiro; a minha aliança estará na vossa carne e será aliança perpétua.

O incircunciso, que não for circuncidado na carne do prepúcio, essa vida será eliminada do seu povo; quebrou a minha aliança. E agora, teremos que nos circuncidar também? Ou não seria mais coerente guardar o significado espiritual de tais ordenanças e não o seu aspecto cerimonial?

Outro argumento da "apóstola" é a de que o sábado tem origem pagã, ela diz: " Roma teve um imperador que adorava o sol. Daí Sunday (dia do sol) do inglês, domingo. "Por essa questão pagã, a tradição chegou até nossos dias...". Entretanto, esse é um argumento pueril, frequentemente citado por eles para imprimir a ideia de

que a guarda de outro dia que não o sábado é de origem estritamente pagã. Tão pagã quanto a palavra Sunday é Saturday (dia de Saturno), sábado, em inglês. O dia era dedicado ao deus Saturno e prestava-se culto com orgias e muita bebida. Os dias da semana levavam nomes pagãos e não só o domingo.

Constantino, por sua vez, foi o primeiro imperador romano a adotar o cristianismo. Quando o fez promulgou vários decretos em favor dos cristãos, destacando-se o de 7 de março de 321. Vale o argumento de que a guarda do domingo é de origem pagã por ter sido Constantino quem firmou o primeiro dia da semana como dia de guarda, então teria que reconhecer que a doutrina da Trindade também tem origem pagã, pois foi o mesmo Constantino quem presidiu o Concílio de Nicéia, em 325, quando foi reconhecida biblicamente a deidade absoluta de Jesus. Jesus sempre foi Deus verdadeiro ou passou a sê-lo depois do Concílio de Nicéia? E o domingo passou a ser dito como dia de adoração em decorrência do decreto imperial ou os cristãos já o tinham como dia de adoração?

Quanto ao uso do Kipá, atente para o significado desta indumentária judaica segundo judeus messiânicos: “Kipá - Simboliza que há alguém acima de você - O significado da palavra kipá é "arco", que fica compreensível quando pensamos em seu formato. A kipá é um lembrete constante da presença de Deus. Relembra o homem de que existe alguém acima dele, de que há Alguém Maior que o está acompanhando em todos os lugares e está sempre o protegendo, como o arco, e o guiando. Onde quer que vá, o judeu estará sempre acompanhado de Deus”.

É costume judaico desde os primórdios um homem manter sua cabeça coberta o tempo todo, demonstrando com isso humildade perante Deus. É expressamente proibido entrar numa sinagoga, mencionar o nome Divino, recitar

uma prece ou bênção, estudar Torá ou realizar qualquer ato religioso de cabeça descoberta.

Fica o questionamento: é necessário para um cristão usar um kipá para lhe lembrar a presença de Deus? É preciso usar esse gorrinho para não esquecer de que Deus é Soberano e está acima de todos?

Não basta para o verdadeiro cristão o fato de que o próprio Deus habita em nós por meio do Seu Espírito? Fica o questionamento de Paulo aos coríntios: (1 Coríntios 3:16) “Não sabeis que sois santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?”.

3.3 Gentios

Os pregadores ainda operam dentro de um horizonte limitado. As missões do próprio Jesus crêem eles, estava restrita a Israel. E o mesmo se aplica a eles. É claro que, como Jesus, estão preocupados com todo o Israel, não apenas como um resto. Mas o mundo gentio realmente fica fora de sua esfera de ação, embora eles estejam conscientes de que uma missão entre gentios já teve início e seja extremamente improvável que eles se oponham a este ministério.

Além disso, a própria natureza de seu compromisso com Israel, chegando ao ponto de amar seus piores inimigos e convidá-los a seguir Jesus, atesta o fato de que, a longo prazo, sua mensagem não pode ficar confinada a Israel. Eles sabem que João Batista já proclamava que Deus podia suscitar filhos a Abraão de pedras e que, por conseguinte, ele não estava preso a Israel (Mt 3.9). Também repetem ditos de Jesus segundo os quais Gentios podem tornar-se uma acusação aos Judeus: Os

habitantes de Ninive condenarão "esta geração", pois eles se arrependeram em virtude da pregação de Jonas, ao passo que os Judeus de sua própria época não fazem, a despeito da presença de "algo maior do que Jonas" (Mt 12.41).

Assim os gentios efetivamente aparecem em Q, mas, sobretudo dentro do marco de ditos de juízo e com advertência a Israel de que ele pode colocar em risco a sua posição de privilégio. Os profetas sabem que alguns não judeus já envergonharam Judeus durante o ministério do próprio Jesus. Um dos exemplos mais conhecidos é o de um centurião de Cafarnaum que assombrou Jesus e fê-lo exclamar: "Em verdade vos afirmo que nem mesmo a Israel achei fé como esta" (Mt 8.10).

De maneira semelhante, a conduta de uma mulher Cananéia o leva a exclamar: "Ó mulher, grande é a tua fé" (Mt15.28). Não admira, pois, que Gentios possam as vezes ser apresentados como convidados substituto no banquete escatológico. Pessoas virão do oriente e do ocidente e do norte e do sul e se assentarão para a festa, ao passo que "aqueles que nasceram para o reino" serão lançados para fora (Mt8.11-13, Lc 13.28).

Eles são na linguagem metafórica da parábola do grande banquete, os convidados que recusaram o convite com base em desculpas incrivelmente esfarrapadas e agora têm de observar os gentios tomarem seus lugares, não por causa de quaisquer mérito que tais gentios possam ter, mais simplesmente porque reagiram positivamente. Tais gentios talvez estejam per figurados nos cobradores de impostos e prostitutas que precedem os integrantes do establishment religioso do reino de Deus (Mt21.31) e na parábola do filho prodigo, que Jesus conta exatamente porque os fariseus ficam contrariados quando Ele acolhe cobradores de impostos e pecadores e come com eles (Lc15.1).

O que é que deu origem aos muitos ditos, parábolas e histórias que parecem no mínimo, acalantar a ideia que um dia, a aliança de Deus irá estender-se muito além do povo de Israel? Em minha opinião não pode haver dúvida: a inspiração primordial para todas essas histórias só poderia ter sido a natureza provocadora e rompedora de limites do ministério do próprio Jesus.

Durante muito tempo os pesquisadores do novo testamento tendiam a negar a dimensão missionária fundamental do ministério terreno de Jesus (muitas vezes com base no argumento que sabemos muito pouco sobre o Jesus histórico para fazer tal afirmação) e a atribuir todo o fenômeno da missão entre os Gentios após a Páscoa a várias circunstâncias sócias religiosas ou imputar quais exclusivamente a líderes cristãos individuais, como Paulo, por exemplo.

Embora tais opiniões ainda sejam ocasionalmente traduzidas a baila, seria, creio eu, correto dizer que as pesquisadoras estão muito mais dispostas a atribuir ao próprio Jesus a colocação dos fundamentos para a missão entre os Gentios.

3.3.1 A missão dos gentios em Lucas

Uma referência implícita a futura missão aos gentios transparece, entretanto, no chamado episódio de Nazaré (Lucas 4.16-30). Pelo menos três preocupações fundamentais de Lucas são expressas aqui: 1) a centralidade dos pobres no ministério de Jesus; 2) a exclusão da vingança; e 3) a missão aos Gentios. Por enquanto, volto-me apenas a este último aspecto.

Lucas retoma um acontecimento que Marcos relata muito mais tarde (Mc 6.1-6; Mt 13.53-58) e o apresenta como a história sobre o início do ministério público de

Jesus, modificando, ao mesmo tempo, a ponto de se tornar quase irreconhecível. fica claro, tanto a partir do contexto no qual Lucas situa esse acontecimento quanto a partir de seus conteúdos, que o evangelista considera este incidente como excepcionalmente significativo.

Ele representa um "prefácio" a todo o ministério público de Jesus, até mesmo uma versão condensada da história do evangelho como um todo. Trata-se de um discurso programático que cumpre, no evangelho de Lucas, a mesma função que o sermão do monte cumpre no evangelho de Mateus. As pessoas de Nazaré se recusaram a acreditar na pretensão de Jesus e o rejeitaram. Jesus, então, questionou a ética de eleição da congregação (Nissen 1984: 75). O que ele lhes comunicou, entre outras coisas, foi que Deus não era apenas o Deus de Israel, mais também, e de igual modo, o Deus dos Gentios.

Lembrou-os do fato de que o profeta Elias havia concedido o favor de Deus a uma mulher gentia de Sidon e de que Eliseu havia curado apenas um leproso, Naamã, um sírio. Deus, por conseguinte, não estava irrevogavelmente vinculado a Israel. Dupont salienta com razão, que esse incidente revela um paralelo notável com diversas histórias de Atos em que, repetidamente, o evangelho de Jesus é oferecido a Judeus que o recusam; como resultado disso, os apóstolos dirigem-se então aos gentios.

Portanto, não pode haver dúvida de que, na opinião de Lucas, o episódio de Nazaré tem uma orientação claramente voltada para a missão aos gentios e serve para destacar esse aspecto fundamental de todo o ministério de Jesus já em sua primeira aparição pública.

3.3.1.1 Aos judeus primeiro e aos Gentios depois

Igualmente significativo no relato de Lucas é o caráter incontestavelmente judaico de Jesus, das pessoas que o cercam e dos conversos judaicos em Atos. Os pais de Jesus são judeus fiéis a Toráh e as praticas judaicas tradicionais (Lucas 2.27-31). O templo de Jerusalém é o lugar apropriado de Jesus (2.49s) e ele participa do culto sinagoga (4.16-21).

Em atos, Lucas enfatiza que os primeiros cristãos em Jerusalém vivem como judeus piedosos: eles frequentam o templo, vivem na mais rigorosa observância da lei e de acordo com os costumes dos pais (sf.2.46;3.1;5.12;16.3;21.20). Muitos dos gentios que se tornam cristãos eram prosélitos ou "tementes a Deus", isto é, pessoas que estavam anteriormente relacionadas com Israel: são os gentios da sinagoga que aceitam o evangelho. A luz de tudo isso podemos compreender por que, ao longo de todo o livro de Atos, se enfatiza que o evangelho tem que ser proclamado primeiramente aos Judeus e só então aos gentios.

Isso não é meramente uma referência a uma sequencia histórica efetivamente acontecida. Tampouco é apenas uma questão de estratégia comunicacional, com base no argumento de que os judeus, particularmente os das sinagogas da diáspora, tinham maior probabilidade de se converter do que os pagãos. Não, isso se devia a razões teológicas, á prioridade dos judeus á luz da história da salvação. Isso explica por que, de acordo com atos, até mesmo Paulo, o apóstolo para os gentios, gasta tanto, se não mais, de seu tempo pregando tanto a Judeus quanto a Gentios, também esclarece porque, mesmo depois de ter declarado solenemente que, já que os Judeus rejeitaram o evangelho, ele agora

está se voltando para os gentios, Paulo continua, com uma repetição quase monótona, a ir primeiro na sinagoga em cada cidade na qual chega.

A ênfase na salvação para os Judeus e em sua prioridade teológica, entretanto, jamais é divorciada dos Gentios e de uma missão a eles. O Senhor ressurreto confiou aos apóstolos uma missão aos gentios (Lucas 24.47; Atos 1.8). Eles executam essa missão voltando-se primeiro para os Judeus! A missão aos Gentios não é secundária em relação a missão aos Judeus. Tampouco uma é meramente consequência da outra. Antes, a missão aos Gentios é coordenada a missão aos Judeus.

Por conseguinte, é incorreto, ou pelo menos insuficiente, dizer que a missão aos Gentios só se tornou possível depois que os Judeus haviam rejeitado o evangelho. Em sua forma mais extrema, essa concepção sugere que todo o propósito de Lucas era provar, sem qualquer dúvida, que os judeus haviam, por sua própria decisão, posto a perder qualquer esperança de salvação. De acordo com essa concepção, os judeus são, para Lucas, "Meros títeres teológicos", pessoas que são obstinadas e perversas e que só servem para justificar a missão aos Gentios e a formação de uma Igreja Gentílica.

3.3.1.2 A divisão de Israel

Não há dúvida que a resistência dos Judeus aos evangelhos constitui um tema importante e recorrente em Atos. O que muitos Judeus faziam com a proclamação dos apóstolos é, de fato, prenunciado no episódio de Nazaré no Evangelho (4.16-30) e na parábola das minas, em que a versão de Lucas nos diz

que os concidadãos do rei recém-nomeados recusaram-se a aceitá-lo como seu soberano (19.14). Em Atos, então, Lucas enfatiza repetidamente, que muitos Judeus rejeitaram Jesus.

Frequentemente depois de um episódio desses, o pregador Cristão diria que, em vista do fato de que os Judeus haviam rejeitado a mensagem, ele estava agora se dirigindo aos Gentios. Estranhamente, entretanto, os apóstolos continuam a pregar aos Judeus mesmo depois de um incidente desses, que só faz sentido se aceitarmos que os apóstolos estão advertindo seus ouvintes Judeus a não perderem a oportunidade de salvação a eles oferecida.

Mais importante é que os muitos incidentes por parte dos Judeus têm de ser vistos em relação com sua contraparte: as histórias sobre a aceitação do evangelho por Judeus. Jervell mostrou que sempre onde Atos fala sobre a rejeição da mensagem por Judeus o livro também relata que haviam aqueles que reagiram positivamente (Jervell 1972). Em seu evangelho, Lucas já indicou uma reação mais positiva de Judeus a Jesus mais do que fizeram os outros evangelhos. Atos revela uma tendência semelhante.

Conversões em massa de Judeus são relatadas reiteradamente, em particular de Judeus em Jerusalém, mas também de Judeus da diáspora. Há além disso, uma clara progressão nesses relatos: Em Atos 2.41, 3 mil Judeus se convertem; em 4.4 são 5 mil; em 5.14, acrescentam-se milhões tanto de homens quanto de mulheres; em 6.7, o número de discípulos em Jerusalém se multiplicou muito; em 21.20, Paulo é informado sobre muitos milhares de Judeus crentes.

Portanto, á luz desses relatos frequentes dificilmente se pode sustentar que foi a rejeição de Jesus pelos Judeus que precipitou a missão aos Gentios. O que Lucas quer comunicar é, antes, que é a combinação de aceitação e rejeição por

parte dos Judeus, ou, mais precisamente, é a divisão dentro do Judaísmo, entre os arrependidos e os não arrependidos, que abre o caminho para a missão aos Gentios.

A diferença na relação deles, e não apenas na estória de sua obstinação, é contada reiteradamente, até a última passagem de Atos. Israel não rejeitou o evangelho, mais ficou dividido em torno da questão.

Propus que Lucas desde o início de seu evangelho está interessado na restauração de Israel. Pode-se dizer agora, com certa dose de justificação, que a restauração aconteceu na conversão de uma parte significativa de Israel. Isso constitui o Israel purificado, restaurado e verdadeiro, do qual são expurgados aqueles que rejeitaram o evangelho. Por meio de sua reação negativa, esses últimos se excluíram de Israel.

Lucas não descreve a Igreja Cristã como uma espécie de terceira raça, que se somaria aos Judeus e Gentios. Para ele, antes, a comunidade Cristã, consiste dos Judeus convertidos, depois que os obstinados se excluíram conscientemente, e aos quais se acrescentam os conversos Gentílicos. A igreja Cristã não começou como uma entidade nova no dia de pentecostes.

Naquele dia muitos Judeus tornaram-se o que verdadeiramente eram, Israel. Subsequentemente, Gentios foram incorporados a Israel. Os cristãos Gentílicos são parte de Israel, não de um novo Israel. Não há ruptura na história da salvação. Não se converter significa ser expurgado de Israel; a conversão significa participação na aliança com Abraão. As promessas feitas aos pais foram cumpridas. A igreja nasce do seio do Israel Antigo, não como um intruso reivindicando as prerrogativas históricas de Israel.

3.3.1.3 Uma historia trágica

Acaso isso significa que a reação dos Judeus impenitentes não constitui um problema para Lucas que a luta por todo o Israel agora faz parte da História, que ele eliminou a possibilidade de uma missão adicional aos Judeus para a Igreja de sua época porque o Julgamento por parte dos Judeus e sobre eles foi irrevogavelmente pronunciado e a parte não crente de Israel está rejeitada para sempre? Pode a Igreja agora lavar suas mãos em relação a Israel? A narrativa sobre a infância de Jesus do evangelho de Lucas encontra-se em uma tensão não resolvida com o livro de Atos, particularmente com a conclusão deste; as expectativas levantadas no evangelho não são, em grande parte, cumpridas na narrativa subsequente.

Com o auxílio da repetição de palavras chaves, ou raízes de palavras, Lucas aponta para a trágica disparidade existente entre a grandiosa promessa dos primórdios de Israel e o fracasso de sua história posterior.

Já no evangelho, o elemento da tragédia é sublinhado por meio do recorrente despertar de esperança e do repetido não cumprimento,. Há, por exemplo, a tristeza dos viajantes a Emaús, que dizem: Ora, nós esperávamos que fosse ele que havia de redimir a Israel. Mais notáveis ainda são os quatro textos em Lucas que falam da rejeição de Jesus por parte de Jerusalém e de sua destruição vindoura.

Percebemos que, a despeito de todas as indicações em contrário, Lucas não desistiu de maneira absoluta e definitiva dos Judeus. Poder-se-ia talvez até dizer, que toda a sua obra em dois volumes é concebida com base de que a decisão final ainda não caiu e de que a resposta definitiva ainda não foi dada. Jesus chora por Jerusalém; Lucas faz o mesmo.

O anseio de Jesus pela salvação de Israel permanece não cumprido; o mesmo acontece com o de Lucas. Mas, "tempos de refrigério" e "restauração" poderão ainda vir, a despeito de todas as indicações em contrário. O completo desaparecimento dessa esperança deixaria Lucas com um problema teológico insolúvel, já que ele, de muitas formas diferentes, descreveu a salvação para Israel como um aspecto importante do propósito de Deus. Assim ele não abandona essa esperança. Jerusalém.

A luz do que foi dito acima, creio que Jervell e outros estão corretos ao atribuir um lugar central, na teologia de missão de Lucas, ao relacionamento histórico salvífico entre Judeus e Gentios. Entretanto, estaríamos indo longe demais insistindo que toda a teologia de missão de Lucas pode ser interpretada com um esforço para solucionar esse mistério.

Antes a guinada para os Gentios segue-se a rejeição por parte de Israel e a aceitação do evangelho por uma opção significativa por parte de Israel, mas não se explica inteiramente por elas. Evidentemente, Lucas não é um teólogo sistemático na acepção moderna deste termo. Ele tem diversos motivos missionários que se entremisturam. O primeiro é certamente o relacionamento entre a missão aos Judeus e a missão aos Gentios.

3.3.1.4 A lei, Israel, e os gentios.

A missão judaica parece ser por hora um empreendimento infrutífero. A missão aos Gentios, por seu turno, é singularmente exitosa. Paulo propõe que a salvação dos Judeus só pode ser lograda através de um vigoroso esforço missionário entre os

Gentios. É mister que se avance um passo, vinculando a missão apocalíptica de Paulo á sua compreensão da Lei Judaica e da relação entre Judeus e gentios.

4 A RELAÇÃO ENTRE LEI E GRAÇA

A relação entre lei e graça é vista num todo bíblico, ou seja, ambos estão presentes tanto no Antigo Testamento como Novo Testamento.

MEISTER, assim analisa esta relação:

Ensina-se com muita naturalidade que o Antigo Testamento é aquela parte da Bíblia que corresponde á lei e o Novo Testamento a parte que ensina sobre a graça de Deus. Posso dizer isto depois de ter testado vários grupos de pessoas, seja de aluno de escola dominical, aluno de seminário ou estudante de pós-graduação, com a seguinte questão: como associar lei, graça, Antigo Testamento e novo Testamento? A resposta, quase que invariavelmente, tem sido a seguinte relação: Lei é igual ao Antigo Testamento e graça igual a Novo Testamento. Essa resposta é sintomática: ela reflete um entendimento confuso do ensino bíblico a cerca da lei e da graça de Deus apresentada na Bíblia.⁷

Quando o crente no AT depositava a sua fé em lavé e naquilo que lavé havia ordenado e prometido no Tabernáculo, e estava dizendo que o seu Salvador era Cristo, que a sua redenção estava na obra do messias prometido. Ex; Hb. 10.1

Sob a lei foi apontado em linhas rudes e imperfeitas o que no evangelho é demonstrado em cores vivas e graficamente, distintas... Para ambos o mesmo Cristo é exibido, a mesma justificação, santificação e salvação; e a diferença esta apenas na maneira de pintar ou de demonstrar. Ex. I Cor. 10.4.

A compreensão da Bíblia afeta todo o modo de viver do crente. Por isso não basta apenas compreender, mas sim compreender corretamente. Temos de um lado grupos de crentes que dizem: eu vivo debaixo da graça, e ai se esquecem do propósito de Deus ao dar a lei para o seu povo. (libertinos)

Do outro lado, encontramos grupos que se apegam a lei de tal modo que parecem, literalmente, escravos dela (Legalistas). “Pode-se perfeitamente entender

⁷ MEISTER, Mauro. Lei e Graça. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. Pgs. 13,14.

o que significa estar preso pelo compromisso com seus atos e consigo mesmo; o nexo entre ação e decorrência tem sua lógica; porem totalmente incompreensível é o evangelho”.⁸

Os cristãos devem desfrutar de ambas as coisas: do beneplácito da graça e do auxilio da lei, cada uma de acordo com seu papel, conforme revelado na própria Escritura.

Ainda que a lei e a graça de Deus sejam distintas, são inseparáveis Lei e grã, não lei ou graça. De nossa visão sobre a lei depende a nossa visão sobre a graça. O perigo de se associar Lei ao AT e graça ao NT é que muitos textos podem ser mal compreendidos. Ex. João. 1.17 (... A lei foi dada por intermédio de Moises; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo).

A primeira conclusão tirada deste texto é que a graça de Deus só passa a operar depois da vinda de Cristo, ou graça e lei são excludentes.

Porem, essa interpretação não é sustentável diante do contexto e da teologia bíblica dentro de um todo. João contempla muitos contrastes existentes entre o período antes da vinda de Cristo (a antiga dispensação. Moises) e o tempo que agora é chegado (nova dispensação Cristo).

O texto diz que Cristo veio fazer o que a lei e Moises não podiam fazer. A lei era uma figura de Cristo, uma sombra, que agora é manifestada na sua verdade plena. Toda a expressão de graça do AT em Jesus atingiram sua plenitude.

Ex. Gálatas. 2-16. (... o homem não é justificado por obras da lei, e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois, por obras da lei, ninguém será justificado).

⁸ BAYER, Oswald. A teologia de Martin Lutero. São Leopoldo: Sinodal, 2007. Pg.165.

Um pré-entendimento que associa a lei ao AT e a graça ao NT, ira concluir que existe salvação somente depois da vinda de Cristo. Ao que Paulo se refere quando menciona obras da lei e fé em Cristo neste contexto? Aos períodos entre o AT e o NT? Não.

O texto ensina na relação lei e graça que sem fé em qualquer tempo, é impossível ser salvo e que pelas obras da lei ninguém foi ou será justificado. A única oportunidade meritória de viver pela lei foi dada a adão, que perdeu quando pecou depois disso ninguém jamais foi ou será justificado pelas obras da lei.

O que é justificação? Justificação é o ato pelo qual Deus declara justo em Jesus Cristo o pecador que nele crê. A justificação é um ato, trata-se de uma transação imediata entre Deus e o pecador que crê em Cristo. Se fossemos justificados pelas obras, teria de ser um processo gradual.

Podemos aprender que em qualquer tempo, aquele que crê em Cristo pode ser justificado, antes de sua vinda, crendo na promessa e, depois de sua vinda, na promessa já cumprida. Ex. Rm 6.14 (... o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça).

Uma leitura que divida os dois testamentos irá concluir que no AT não existiram santos, ou seja, Abel... Foram dominados pelo pecado. A interpretação que retira A Graça do AT faz com que a salvação fosse inoperante durante aquele período. O texto diz que uma vez que não estamos mais debaixo da lei, e sim da graça, o pecado perdeu seu poder. Ex. Rm.10.4 (... o fim da lei é cristo para a justiça de todo o crê).

O entendimento simplista dirá a graça se opõe a lei e termina com ela. O texto deve ser entendido a partir da polemica de Paulo contra o legalismo judaico.

Os judeus deveriam ter deixado de procurar estabelecer sua própria justiça pela prática da lei porque pela LEI ninguém será justificado, visto que todos judeus e gentios estão debaixo do pecado.

Antes eles deveriam ter se submetido a justiça de Deus crendo em Cristo, Cristo, sim, realizou aquilo que é impossível aos homens, para obter-lhes a justiça, a qual ele lhes oferece gratuitamente pela fé, a parte das obras da lei.

Guardar a lei tornou-se, um meio pelo qual colocavam Deus em obrigação com sua pessoa.

Por terem investido sacrificialmente em obras, mereciam, da parte de Deus, não só a vida eterna, mas também o reconhecimento e galardões divinos. Foi isso que Paulo e Jesus combateram. (A lei foi dada para revelar o pecado, não para redimir o pecador)

Os judeus deveriam ter compreendido que Cristo, para a aquele que crê, põe um fim a esta maneira errônea de buscar a justiça pelas obras da lei... Cristo, para o crente, é o fim do legalismo.

O vocábulo grego TELOS, traduzido por fim, tem um duplo sentido: por um lado, refere-se a finalidade ou ao objetivo a ser conquistado, por outro lado termino ou ponto final. Jesus corresponde a ambos, porquanto ele é o alvo da lei, como também o encerramento da lei como maneira de conquistar a salvação e as bênçãos de Deus.

Os judeus em vez de deixarem que a lei os conduzisse a Cristo, adotaram a lei e rejeitaram o salvador. A lei era uma placa de indicação para lhes mostrar o caminho, mas não era capaz de levá-los a seu destino. Ex. Rm 3. 31 (Anulamos, pois, a lei por causa da fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei)

Ex. Mt. 5.17. Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra.

Estes são apenas alguns exemplos de como uma leitura isolada de textos bíblicos pode levar uma pessoa a entender lei e graça como binômio de oposição. O crente faz uso da lei de Deus para compreender como viver e agrada-lo. Como saber o que agrada a Deus? Como viver de acordo com a sua soberana vontade? A resposta dada pelo próprio Senhor é: “aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, este é o que me ama” João 14.21.

O ritual que a lei de Deus impôs sobre Israel tinha a finalidade de salientar a santidade de Javé e a imperfeição do seu povo. Sem a graça de Cristo este homem nada é, senão um que está condenado ao castigo eterno.

A lei foi concedida por Deus para que busquemos a graça, e a graça nos é oferecida para que possamos cumprir a lei. Se a lei, sendo nosso aio, nos encerra debaixo dela, não é um adversário, mas um colaborador da graça. Mas se após a chegada da graça ela continua a nos subjugar, torna-se um adversário, porque restringe os que deveriam progredir para a graça.

Se a vela que a noite nos guardou, quando chegasse o dia, nos guardasse do sol, então ela deixaria de nos beneficiar; mais do que isso nos prejudicaria.

O fato é: a lei e a graça estão absolutamente e belamente entrelaçadas. O fato é: os mandamentos são maneiras de Deus dizer: “Eu amo você”.

Quando penso na minha falha em viver de acordo com a lei perfeita de Deus, sou levado para a verdade da cruz de Jesus Cristo e sua obra de salvação incrível a meu favor. Sou lembrado da minha própria pecaminosidade.

A triste verdade é que o evangelho de Jesus não é somente uma mensagem de amor e perdão. Ele também é uma indicação da nossa pecaminosidade. A cruz de Jesus Cristo é a opinião de Deus sobre nós. Ela diz que nossos pecados são uma afronta a ele.

Pelo fato da lei revelar nossa inabilidade em ser o que Deus nos chamou para ser, podemos admitir nosso fracasso, com alegria e confiança. Então todo nosso serviço será realizado para Deus a partir de um coração de amor e gratidão alegre pelo que Cristo fez por nós e não por decisão própria, que produz frustração e derrota.

4.1 O que é lei?

Gn.26.5 “ Porque Abrão obedeceu a minha Palavra e guardou os meus Mandados, os meus Preceitos, os meus estatutos e as minhas Leis.” O substantivo torah, é o termo mais usado no AT para falar de Lei. Seu sentido amplo é instrução e se refere às diversas formas de lei.

Em geral lei significa: Preceito emanado da autoridade soberana... Regra ou norma de vida. A lei de Deus são os preceitos emanados de Deus, regras ou normas de vida estabelecidas pelo soberano criador.

4.1.1 Mandados

Significa uma obrigação, principalmente quanto a rituais e festas que deveriam ser guardadas pelo povo. Ex. Lv.18.30; 22.9.

4.1.2 Preceitos

Refletem ordens ou instruções diretas de Deus para sua criação. Os dez mandamentos são referidos como mitsva. São carregados de autoridade e vem acompanhado da capacitação para cumpri-lo.

4.1.3 Estatutos

Refere-se à lei escrita gravada (normalmente em pedra). Daí a idéia de estatutos perpétuos, pois não pode ser modificado pela gravados.

4.1.4 A Lei

Refere-se ao ensino ou instrução. A torah é a forma de Deus instruir o seu povo, tanto no AT quanto no NT. Também representa a forma como um pai ensina um filho a viver no temor do Senhor. Dt. 6. Sl.78.10 (andar na lei) Podemos afirmar que a torah inclui todos os outros termos mencionados acima e alguns outros encontrados por toda a Bíblia. Ex. Prov. 3. Sl 119.

4.2 A função da lei

Devemos nos lembrar que lei nas escrituras tem muitos aspectos: Por isso ao identificar as leis que encontramos em nossa bíblia, devemos levar em consideração vários dos seus aspectos, como o ambiente no qual elas foram

trazidas ao povo, os motivos que levaram Deus a declarar a lei desta ou daquela forma e assim compreender a lei, e assim usar a essência do seu ensino.

A lei foi dada num contexto histórico específico, com um povo vivendo situações que lhe eram peculiar, em uma cultura específica, com costumes sociais definidos, vivendo em meio a muitas outras sociedades que também tinham suas próprias leis.

A nossa leitura deve estar atenta a cada um destes aspectos, buscando definir, de acordo com a própria Escritura, quais destas leis são aplicáveis, como e quando podemos e devemos fazê-lo.

Paralelamente aos escritos bíblicos encontramos leis sumérias, babilônias, hititas e egípcias. Temos o código de Hamurabi com 282 artigos.

A palavra lei é usada em dois sentidos distintos. 1ª- O termo lei é usada como sinônimo do AT. 2ª- O termo lei é usado como um mandamento direto expressando a vontade Absoluta de Deus sobre alguma coisa.

Existem alguns preceitos sobre a lei: 1ª- A lei é muito dura. Se a lei emana de Deus ela não pode ter um caráter diferente de seu criador. 2ª- Pensar que a lei demanda coisas impossíveis de fazer. A lei que exige também é a lei que providencia. Se a lei exigia a perfeição, ela mesma apontava para o sacrifício dos animais que representava o sacrifício de Cristo e o verdadeiro perdão. Assim, quando pela fé sacrificavam, tinham o mesmo perdão em Cristo que temos hoje.

Não devemos esquecer que as críticas de Jesus não eram a lei, mas ao que os fariseus faziam em sua interpretação da lei, tanto limitando seu entendimento ao ato externo como a expandindo fora dos parâmetros de Deus, multiplicando as ordenanças.

4.2.1 Refletir a Natureza de Deus

A bíblia nunca fala de Deus como um conceito meramente abstrato. Os dez mandamentos estão na base de nosso envolvimento com Deus. (relacionamento)

Êxodo - 20

Relacionamento implica em conhecimento. No relacionamento pastor igreja não se investiga, acredita-se. O que gera desconfiança, ou falta de conhecimento, ou conhecimento demais.

Eles revelam sua vontade, seus caminhos e seu coração gracioso, que são benéficos a nós pessoalmente e a sociedade de modo geral.

4.2.2 Promover o Temor a Deus

Prov. 1.7. O temor do Senhor é o principio do conhecimento. Um temor saudável e reverencial do Deus que criou os céus e a terra, o Eterno que nos deu vida e que pode tirá-la, é o fundamento da sabedoria. Num tempo em que os crentes, devido ao conhecimento superficial de santidade e majestade do nosso grande Deus e salvador, o tratam de maneira casual.

4.2.3 Revelar o nosso Crescimento com Deus

Os mandamentos servem como um padrão de medida para nossa caminhada espiritual. Deus é a medida de todas as coisas. Como medimos nossa vida diante

de Deus? João 14.21. De acordo com Jesus, a obediência aos seus mandamentos é um padrão de medida da verdadeira condição espiritual da nossa vida.

Embora a obediência a lei não produza a vida cheia do Espírito, sabemos que estamos vivendo no poder do Espírito até o ponto em que obedecemos aos mandamentos de Deus e experimentamos o poder, a alegria e a aventura da vida cristã.

4.3 O que é graça?

Teologicamente o significado básico é favor imerecido. Aquilo que traz o favor de Deus. Aplicação pratica da boa-vontade, um sinal de favor. “ no “concilio da graça divina” sobre a redenção do homem, o principal desígnio da encarnação foi proporcionar Cristo como uma oferta propiciatória pela redenção da humanidade”.⁹

4.4 tipos de graça

4.4.1 Graça Salvifica

É o meio usado por Deus para a salvação da sua Igreja, dos seus eleitos. Ex. (Gn. 6.8) Noé achou graça diante de Deus. A graça é a condição primaria para a salvação.

Porque é especial ou salvifica? Porque conduz às pessoas a salvação, move para o trabalho e para a efetivação do chamado cristão. Ou seja, somos justificados

⁹ WILEY, Orton H. A excelência da nova aliança em Cristo. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008. Pg.127.

pela graça, a eleição é pela graça, os dons são dados segundo a graça, o ministério nos é dado pela graça.

Não há nada positivo que o crente faça que não seja movido pela graça de Deus operando em sua vida; somos dependentes da graça em tudo. O crente em Jesus vive pela graça e sua salvação é pela graça

4.4.2 Graça Comum

É a manifestação da bondade de Deus sobre a criação em geral, sobre crentes e não crentes. É debaixo da graça comum que enxergamos o cuidado e providencia de Deus sobre toda a sua criação.

Surgem duas perguntas: 1ª- Há dois tipos de graça vinda do mesmo Deus? 2ª- Como pode Deus continuar a dar bênçãos a pecadores que merecem a morte? Não há dois tipos de graça. Mas sim que a graça de Deus se manifestou no mundo de duas maneiras diferentes. Então em que elas são diferentes: 1ª- A graça comum é diferente em seus resultados. (ela não conduz a salvação)

A graça comum não transforma o coração humano e nem conduz as pessoas ao genuíno arrependimento e a fé. 2ª- É diferente em seus receptores. (ela é dada igualmente a todos) 3ª- É ela é diferente em sua fonte. (Ela não flui diretamente da ação resgatadora de Deus em Cristo). Embora ela flua indiretamente da obra redentora de Cristo, visto que Deus não julgou o mundo imediatamente após o pecado.

A graça comum é a graça de Deus pela qual ele dá as pessoas inumeráveis bênçãos que não fazem parte da salvação. A palavra comum não é um conceito de qualidade (por causa do caráter de Deus), mas significa as coisas comum a todas as pessoas, não restrita. (credo, geografia, raças)

4.4.2.1 Razoes da Graça Comum

É debaixo da graça comum que enxergamos o cuidado e a providencia de Deus sobre toda a sua criação.

4.4.2.1.1 Redimir os que serão Salvos

4.4.2.1.2 Demonstrar a Bondade

A bondade e a misericórdia não são vistas apenas na salvação dos crentes, mas também nas bênçãos que ele concede aos pecadores indignos.

4.4.2.1.3 Demonstrar a Glória de Deus

A gloria de Deus e demonstrada de muitas maneiras através das atividades dos seres humanos em todas as áreas nas quais a graça comum atua. Embora estas atividades sejam maculadas por razoes pecaminosas, assim mesmo refletem a excelência do criador, embora não total e perfeita, mas de modo expressivo.

4.4.3.1 Exemplo de Graça Comum

4.4.3.1.1 O Domínio Físico

A terra não produz somente espinhos. Gn3.18 Há um equilíbrio nas estações. Gn.8.21,22- Mt. 5.44-45- At. 14.14-1. Alcança a todos. Gn.39.5- Sl.145.9,15,16.

4.4.3.1.2 O Domínio Intelectual

Todas as pessoas tem entendimento. Todas as pessoas tem um conhecimento sobre Deus. Rm.1.21. Todas as pessoas podem experimentar crescimento em conhecimento. Isso significa que todas as ciências e tecnologia executada por não cristãos é resultado da graça comum. Ex. todas as vezes que você anda de carro, avião, usa o computador e etc..Estamos experimentando os resultados da abundante graça comum que Deus derramou sobre toda a humanidade.

4.4.3.1.3 O Domínio Moral

Significa que a graça comum limita as pessoas a não serem tão más quanto poderiam ser. Deus intervém e põe freio sobre a sua conduta. Uma das restrições é a consciência. Ex. Rm 2.14,15.

O padrão moral das pessoas normalmente refletem os padrões da Escritura (criação das leis). Por isso nos lugares que a igreja prega o evangelho haverá uma influencia moral, mais forte do que em sociedades que ainda não tem o evangelho.

4.4.3.1.4 O Domínio Criativo

Significa Deus permitindo medidas significativas de talento nas áreas artísticas, musicais, arte culinária, literatura. Nesta área as bênçãos da graça comum são às vezes derramadas sobre os incrédulos com mais abundancia do que sobre os crentes.

Nem sempre foi assim, antes se ia a igreja aprender, mas, partir do final século XVIII a igreja passou a ir ao mundo copiar, imitar. (fundamentalismo), ou seja, paramos de pensar.

4.4.3.1.5 O Domínio Social

Vemos que Adão e Eva continuaram casados depois da queda. O governo humano também é resultado da graça comum. Rm.13.1,4. As instituições educacionais, ongs, fundações e etc..

4.4.3.1.6 O Domínio Religioso

A graça comum produz benção para o incrédulo. Mt.5.44 (se Deus responde nossas orações logo eles são abençoados) Ex. I Tm. 2.1-2
Jesus praticou a graça comum. Lc. 4,40.

4.4.3 Graça Barata

É um termo cunhado pelo teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer. Graça barata é a pregação do perdão sem exigir arrependimento, batismo sem disciplina, comunhão sem confissão, absolvição sem confissão pessoal.

Graça barata é a graça sem discipulado, graça sem cruz, graça sem o vivo e encarnado Jesus Cristo. Em sua essência é a graça sem uma entrega completa ao senhorio de Cristo.

4.4.4 Graça Preventiva

Termo desenvolvido por John Wesley. Ele cria que deus escolhera pecadores por prever quem teria fé em Cristo, que Cristo morreu por todos os homens, que a graça poderia ser resistida e que uns cristãos poderiam perder sua salvação.

A Graça preventiva era o meio de se vencer a incapacidade do homem natural, por causa da queda. Esta graça inclui a restauração da capacidade das pessoas de empregarem seu livre-arbítrio para crer ou rejeitar o evangelho.

Esta graça também inclui o perdão pelo pecado de Adão, de modo que cada pessoa somente é responsável pelos pecados que ela comete conscientemente. A graça preventiva providencia para que cada pessoa comece do zero, sem pecado.

Em princípio é Deus quem trabalha e só então, após ele ter começado seu trabalho, é que se torna possível a cooperação humana. A graça preventiva capacita à pessoa a se arrepender e crer, mas não garante que ela assim fará. O poder de escolha final permanece com a pessoa.

4.4.5 Graça Irresistível

Desde que estamos mortos por natureza no pecado. Nossa vontade precisa ser renovada para que possamos servir a Deus. A maneira como Deus regenera seu povo se apoia na afirmação de que a graça é irresistível. Cada pessoa eleita é levada a render-se e a admitir que Deus é Deus.

5 CRISTO NOS LIBERTOU PARA A LIBERDADE

“Para a liberdade Cristo nos libertou. Ficai firmes, portanto, e não vos prendais novamente ao jugo da escravidão” (Gl 5,1). As observações iniciais, feitas diante de uma primeira leitura da Carta aos Gálatas, levaram-nos a Gl 5,1. A nossa percepção é que tal versículo ocupa em todo o escrito um lugar central. Isso significa, num primeiro momento, que Gl 5,1 liga-se de forma estreita aos quatro capítulos que precedem a carta e os conclui. Nesse capítulo, nossa tentativa será a de demonstrar a forma pela qual o Apóstolo estabelece essa ligação, preparando assim a solene proclamação da liberdade cristã.

Inicialmente, notamos que o versículo é construído para destacar, de modo incisivo, o substantivo liberdade. “A palavra liberdade é realçada: É para a liberdade que., em si mesma a fórmula parece redundante. Tratar-se-ia de um hebraísmo em vista de reforçar o sentido do verbo principal. Assim: ‘Desejei com desejo’, significa ardentemente (Lc 22,115).

Ademais, a liberdade nos foi concedida, não como um bem que desvanece ou que traz a marca da contingência, mas sem dúvida, como um dom total, absoluto. Cristo tornou-nos livres para a liberdade. Não nos aliviou somente, por curto prazo, do jugo da servidão. Constituiu-nos em estado de liberdade. Estamos nela agora. ‘Possuímo-la em Cristo.

No entanto, a grande questão a ser levantada é de como situar Gl 5,1. Para a maioria dos autores esse versículo situa-se na assim chamada, seção parenética. É importante, porém, ressaltar inicialmente que paira uma certa dúvida na Epístola sobre a posição que esse versículo ocupa no corpo da mesma. Hesita-se a respeito

da pertença Gl 5,1. Será a conclusão da alegoria sobre os filhos de Agar e Sara, ou de fato a introdução aos capítulos 5 e 6?

Algumas traduções bíblicas conhecidas preferem a construção que situa o referido versículo, como aquele que funciona como versículo de abertura ou introdução aos capítulos 5 e 6, o que permitiria conferir ao versículo todo o seu peso como uma proclamação de vitória. É o caso também das principais traduções bíblicas: *Novum Testamentum*, Grécia: Nestlé-Aland, 1994; da TEB (Tradução Ecumênica da Bíblia) em edição portuguesa, 1994; *Novo Testamento Interlinear Grego-Português*, da Sociedade Bíblica do Brasil, 2004; *Bíblia Sagrada*, São Paulo: Ed. Pastoral/Paulus, 1990; *Bíblia Sagrada*, tradução da CNBB, 2001; *Bíblia Sagrada Ave-Maria*, 38ª ed., 1982.

Quanto à *Bíblia de Jerusalém*, São Paulo: Paulus, 2002, embora situe o versículo 1 do capítulo 5 de Gálatas, como versículo de abertura do capítulo, parece intuir que este mesmo versículo se liga de alguma forma ao(s) capítulo(s) precedentes, tendo em vista colocar como expressão inicial do capítulo, o termo “conclusão”. É esta a linha de pesquisa que queremos seguir e desejamos nos aprofundar, pois acreditamos, como foi dito, que tal versículo ocupa um espaço central, já que conclui uma série de argumentos e abre, ao mesmo tempo, uma nova seção na Carta, configurando-se como versículo de dupla função.

Visto de perto, o versículo escolhido forma um enunciado orgânico, coeso, revelando, de forma clara, uma unidade interna. Podemos perfeitamente identificar seu início e fim. Tal versículo caracteriza-se pelo emprego e pela insistência da palavra liberdade, aliás, é o Apóstolo Paulo quem mais utiliza o substantivo *liberdade* e seus derivativos no Novo Testamento. O dicionário registra que das 11 vezes em que ocorre o seu emprego, 7 devem-se a Paulo; já quanto ao emprego

de *livre*, das 23 vezes em que aparece, 16 são empregadas por ele. O verbo *libertar*, 5 das 7 vezes em que é utilizado, são atribuídas a Paulo.

No caso do versículo ora pesquisado, é facilmente identificado o esforço do Apóstolo em chamar a atenção para o substantivo “liberdade”, pelas repetidas vezes que emprega, expressando de modo intenso o seu significado como quem deseja fazer uma afirmação absoluta e não um mero enunciado. Ao mesmo tempo, esse versículo sugere um sabor de conclusão, não de toda a Carta, mas de sua primeira parte, na qual Paulo, para defender o Evangelho e sua idoneidade de Apóstolo, constrói uma longa fundamentação, cujo ápice desemboca em Gl 5,1.

Quais os indícios de ligação de Gl 5,1 com o capítulo que o precede? Vemo-lo justamente, no fato de o mesmo apresentar a conjunção grega $\kappa\alpha\iota$, *portanto*. A pergunta seria sobre a função gramatical ocupada por esta conjunção, dentro do versículo. Essa conjunção grega é partícula coordenativa consecutiva pós-positiva, cuja função é justamente tirar as consequências, principalmente de natureza lógica, daquilo que precede. Em um contexto mais próximo, fica clara a ligação do versículo 1º com o capítulo que o precede, mediante a presença dessa conjunção.

Além do uso da conjunção, portanto, que, por seu significado, nos remete diretamente à temática precedente, podemos ressaltar outras duas questões de caráter lingüístico que servirão como forte indício dessa ligação: o fato de Paulo encerrar o capítulo 4 com o adjetivo genitivo feminino singular *livre*, o que o aproximaria do substantivo dativo feminino singular *liberdade* e do verbo aoristo, que aparece na terceira pessoa do singular, *libertou*, os quais Paulo usa como termos imediatamente próximos do versículo seguinte. Outro dado lingüístico que ligaria Gl 5,1 ao capítulo precedente é o uso do adjetivo *livre*, ou seja, por cinco vezes notamos seu uso nesse capítulo (Gl 4, 22, 23, 26, 30, 31).

5.1 A alegoria de Sara e Agar

Sem dúvida, não precisamos fazer grande esforço para perceber a íntima relação temática de (Gl 5,1; 4, 21-31), em que Paulo constrói a aparentemente confusa e complexa alegoria, envolvendo as figuras de Abraão, Sara e Agar. A alegoria de Agar e Sara é a parte mais obscura da Epístola aos Gálatas.

Analisando a alegoria em suas oposições estruturais podemos afirmar que toda a sua tessitura literária se dá sobre dois binômios contraditórios: a escravidão e a liberdade. Esse, com certeza, é mais um forte indício ligado a Gl 5,1.

Tudo gira em torno da antítese escravo-livre. Do lado da escravidão: Agar e Ismael, nascidos segundo a carne, Sinai, aliança para a servidão, Jerusalém atual, Ismael perseguido e expulso com sua mãe. Do lado da liberdade: Sara e Isaac, nascidos segundo o espírito, em razão da promessa, Jerusalém celeste, Isaac único herdeiro.

Por outro lado, esse contraste temático, aqui assinalado como oposição estrutural, torna-se ainda mais evidente ao traçarmos, a partir da alegoria, o chamado paralelismo antitético, que pode ser representado da seguinte forma:

Agar, a escrava	Đ	Sara, a livre
Dá à luz segundo a carne	Đ	Dá à luz segundo o espírito
Um filho da escrava	Đ	Um filho da livre
Jerusalém atual, Sinai, escrava	Đ	Jerusalém celeste, livre e nossa
Aliança de servidão	Đ	Aliança de liberdade
Filho da escravidão	Đ	Filho da liberdade

Apontados todos os matizes lingüísticos, fica mais claro o sentido global da alegoria paulina que bem poderia levar o título de *uma alegoria da liberdade*. Para nós, o sentido reside no fato de que somente a partir do evento da salvação do Cristo ressuscitado é possível viver plenamente a liberdade; conseqüentemente, a lei não pode outorgar a nenhum cristão o verdadeiro sentido de viver livremente. Eis, portanto, as implicações que o Apóstolo levantou aos Gálatas caso acolhessem a visão judaizante: permanecer nos limites da aliança configurada por Agar/Lei é renunciar o Cristo libertador e, portanto, viver sob o alcance da lei, do pecado e da morte. Ora aceitar a circuncisão seria retornar à servidão e equivalentemente renunciar ao Cristo, como libertador, donde, a violência de Paulo contra os que convulsionam os gálatas (Gl 5, 1-12).

De fato, Paulo, num rasgo de inteligência irada, usando como base os textos da Torá, voltou-se contra os judaizantes, acusando-os de nem mesmo tê-la compreendido, pois estavam relativizando o que não poderia ser relativizado: a liberdade como dom de Cristo. Como poderia ser Paulo mais severo para com os judaizantes do que os colocando, como o fez aqui, no lugar dos israelitas? De que modo mais expressivo poderia ele ilustrar o contraste entre os resultados da escravidão à lei e os da liberdade cristã?

Ora, se nos referirmos ao caso de Abraão, veremos que a filiação carnal (a de Ismael) é a da escravidão, ao passo que a que resulta na promessa (Isaac), é a da liberdade. Logo, somente aqueles que são filhos de Abraão, segundo a fé, é que se tornam livres e herdeiros da promessa (Gl 4, 22-31).

5.2 A metáfora da redenção

“Cristo nos resgatou da maldição da lei tornando-se por nós maldição, porque está escrito: maldito todo o que é pendurado sobre madeiro” (Gl 3, 13).

Vemos que nesse versículo, um tanto violento na sua formulação, Paulo mais uma vez defendeu e professou a fé no Cristo ressuscitado, como sendo unicamente e, de forma definitiva, aquele que nos resgatou, nos libertou da dominação e da coação da lei sobre os crentes. Nesse sentido, propomos o estabelecimento de uma correlação temática entre Gl 5,1; 3,13, levando em conta que tal alinhamento de significado ajuda a demonstrar precisamente uma das imagens mais ricas e complexas da literatura do mundo antigo, a chamada lei da redenção.

Ao substantivo redenção é preciso começar observando que o Novo Testamento lhe confere vários outros termos. Temos, portanto, diversas expressões para uma só palavra. Há vários termos para redenção, dos quais sete são derivados da raiz *lyo* = ‘soltar, resgatar’; há também *agorazó* = ‘resgatar’ (comprando) e *eleutheroó* = ‘libertar. No trecho Gl 3,13 Paulo usa o verbo *agorazó*, que nessa passagem está no indicativo aoristo ativo da terceira pessoa do singular, “resgatou”.

Analisando mais demoradamente esse verbo, assinalamos que se trata da preposição posta sempre antes de vogal com o verbo denominativo *agorazó*, que significa frequentar o mercado: comprar algo para alguém ou de alguém com dinheiro, com o resgate. Por sua vez, a semântica da palavra *agorazó* nos remete ao substantivo *agorá*, que, além de significar assembleia dos cidadãos, também é sinônimo de praça de mercado e comércio.

Por outro lado, sabemos que nesses centros comerciais era natural encontrar, ao lado de produtos diversos para consumo, escravos comprados e vendidos diariamente. Temos vasta literatura atestando a existência da escravidão no tempo de Paulo. Por isso, acreditamos que tal expressão inspirou Paulo a retomar a idéia de redenção e a aprofundar-se em outras bases de significado. Numa sociedade escravocrata a imagem de alforria e libertação era imagem que dificilmente podia deixar de atrair o interesse dos proclamadores do Evangelho.

Dessa forma, compreendemos que em Gl 3,13, Paulo metaforizou, burilando em seu sentido mais profundo um termo oriundo do mundo jurídico-comercial da sociedade escravocrata do seu tempo, aplicando-o, como acima dito, ao evento salvífico do Cristo redentor. Paulo está empregando três metáforas: as metáforas do tribunal legal, dos sacrifícios e da alforria. Esta última, naturalmente, terá maior apreciação nos nossos apontamentos.

É preciso, portanto, analisarmos em que sentido empregava-se a redenção e seus correlatos, inclusive sua correspondência de significado com o Antigo Testamento e, de que modo, Paulo fez sua apropriação.

No que se refere à lei do resgate, constatamos que se tratava de um processo aplicado aos animais, propriedades ou pessoas, significando, justamente, o preço pago para libertar uma pessoa da escravidão ou os bens de família do poder alheio.

Sobre os processos de alforria, havia um, muito interessante, ligado ao culto chamado redenção, que acreditamos tenha inspirado os autores do Novo Testamento, especialmente Paulo. Nesse processo, a alforria era realizada tendo como mediação uma divindade qualquer. O escravo oferecia o pecúnio poupado, entregue ao seu senhor e esta transação era feita num templo, garantida por aquela

divindade. Desse modo, pensava-se no Deus como redentor e guardião do escravo, mantendo-o livre sob sua proteção. Ainda, dando prosseguimento a esse fio de leitura e buscando a autoridade da arqueologia.

Nas condições seguintes, Pátreas, filho de Adrônico, e Dariotimo, ambos em Delfos, venderam a Apolo Pítio uma escrava chamada Heracléia, pelo preço de três minas de prata – e receberam este preço em sua totalidade – em conformidade com a missão confiada ao Deus por Heracléia: Heracléia será livre e independente de todos para sempre, e poderá fazer o que quiser e ir para onde quiser (...) Se alguém quiser reduzir Heracléia à escravidão, que os vendedores Pátrias e Dariotimo garantam ao Deus a compra; se eles não garantirem ao Deus a compra, serão passíveis de sanções pecuniárias, em conformidade com a lei.

Essa forma de redenção de escravos por um Deus, não deixa de ser a mais curiosa e interessante, do ponto de vista dos estudos do Novo Testamento.

5.2.1 A redenção em Israel

Estudos nos dão conta de que a prática da alforria, pela redenção, também era costume entre os judeus. Dicionários apontam, que no hebraico, os termos correspondentes para o grego *agorazó* (resgate) são *padah* (resgatar, remir, livrar) e seu derivativo *pidyon* (dinheiro de resgate).

O sentido básico da raiz hebraica é o de conseguir a transferência de propriedade de uma pessoa para outra, mediante pagamento de uma quantia ou de um substituto equivalente. A raiz ocorre em assírio, com o sentido de ‘poupar’, e em ugarítico é usada com o significado de ‘resgatar’. A raiz e seus derivativos aparecem 69 vezes no Antigo Testamento.

Avançando um pouco mais sobre o emprego do verbo *padah* (resgatar, remir, livrar), notamos que este ocorre muitas vezes paralelamente a outras raízes, como, por exemplo, o verbo *ga'al* (redimir, resgatar, livrar, cumprir o papel de resgate).

O emprego de *padah* e seus derivados ocorre, às vezes, em paralelo com outras raízes. Deve-se destacar particularmente que *ga'al* é usado como sinônimo. As duas raízes dizem respeito à redenção mediante o pagamento de um resgate, embora seja sugerido que *ga'al* está basicamente associado à situação familiar e, dessa forma, dá a idéia da ação de um parente consangüíneo. Quanto ao substantivo masculino singular *pidyon* (dinheiro de resgate), é empregado somente em Êxodo 21,30 e Salmos 49,8.

A fim de exemplificar isso citamos três casos da Sagrada Escritura, os mais comuns, onde constatamos a aplicabilidade do processo de alforria pela redenção presente na vida de Israel. O primeiro, no caso de animais impuros que não puderam ser oferecidos a YHWH, o Levítico abre a possibilidade de resgate feito pelo ofertante. Segundo o texto: Em se tratando de animal impuro não se pode oferecer a YHWH, qualquer que seja, será levado ao sacerdote e este fará a avaliação do animal, declarando-o bom ou mal; e de acordo com a avaliação, tal será o seu preço. Porém, ao se desejar resgatá-lo, dever-se-á acrescentar à avaliação mais um quinto do seu valor (Lv 27,11-13).

O segundo caso se refere à propriedade. É o próprio Levítico que narra mais este caso, referindo-se a um homem que consagrou sua casa a YHWH, mas que deseja resgatá-la. Diz o texto: “Contudo, se o homem que fez voto da casa desejar resgatá-la, acrescentará à avaliação um quinto de seu preço e ela será dele” (Lv 27,15).

Um terceiro exemplo de redenção, agora envolvendo não propriedades, nem animais, mas pessoas, é o caso de Jônatas, que foi resgatado pelo povo de Israel, ao ser condenado por Saul. Diz o versículo: Porém o povo disse a Saul: Jônatas, aquele que alcançou esta grande vitória em Israel, vai morrer? De maneira alguma! Tão certo como vive YHWH, não cairá um só cabelo da sua cabeça, porque foi com Deus que ele fez hoje o que fez. Assim o povo libertou Jônatas e ele não morreu. (1 Sam 14,45).

Em torno da imagem de redenção, como assinalamos oportunamente, houve de fato um desenvolvimento semântico tecido na consciência de fé do povo hebreu, cujas raízes terão grande relevância para a teologia cristã. De início, um termo empregado apenas no restrito mundo jurídico-comercial recebe agora do judaísmo, aprofundado pelo cristianismo, uma elaboração literária mais sofisticada, mais refinada; este significado consiste num fato que marcaria para sempre a vida de Israel: a libertação do Egito.

Deus é por excelência o *go'el* (o redentor) que arrancou Israel da casa da escravidão. Se nos textos de Levítico, anteriormente citados, a idéia de resgate fundava-se especialmente num preço material a ser pago, em Dt 7,8; 9,26, o resgate passa a ter outro matiz em seu significado: o da atividade redentora de YHWH, que por seu poder, amor e fidelidade, redimiu Israel da casa da escravidão.

Podemos, enfim, notar que o processo de redenção, posto a serviço da linguagem teológica de Israel, sedimentará uma das imagens mais caras, marcando definitivamente o judaísmo e seus escritores: a imagem do Deus libertador, imagem esta, que favorecerá a convicção profunda da identidade de Israel como o povo da aliança.

Parece provável que as palavras *Gã'al* e *Pãdâh*, que tinham estreita ligação com a ideia de libertar escravos e resgatar pessoas e coisas, foram retomadas no vocabulário dos escritores de Israel como sendo os termos mais apropriados para descrever a libertação da escravidão daqueles que tinham sido conquistados pelo Egito e pela Babilônia, e a recuperação por Javé, para sua propriedade legal, do povo da sua possessão. Este desenvolvimento semântico não faz mais do que estender e ressaltar aquilo que já era o tema essencial de *Gã'al* e *Pãdâh*, no seu emprego especializado, a saber, o de trazer as pessoas para a liberdade.

5.2.2 Redenção/libertação: duas palavras para uma mesma imagem

Até aqui, nossos apontamentos demonstraram que o processo de alforria, chamado redenção, é um fenômeno conhecido dos dois Testamentos e que este termo, inicialmente oriundo do mundo jurídico-comercial, foi empregado para regular as transações comerciais, especialmente a compra e venda de escravos.

Paulo dele se apropria para fundamentar uma das tantas imagens cristológicas presentes no seu universo literário. No fundo, Paulo deu continuidade à leitura de fé por Israel no Deus libertador, vista agora sob uma perspectiva eminentemente Cristológica.

Há, porém, uma evidente observação no nosso estudo sobre redenção e que, de saída, nos remete à Gl 5,1; qual seja, em todas as formulações encontradas, quando da aplicabilidade do processo de redenção, quer para coisas, animais ou pessoas, persiste o substrato de significado da liberdade, pois redimir é,

invariavelmente, arrancar fora, deixar ir, libertar, soltar as amarras. Desse modo, não há como pensarmos em redenção, sem ter presente seu objeto correspondente: a libertação. Portanto, quando usamos redenção e seus correlatos, estamos inevitavelmente falando de liberdade, quer como um bem adquirido à custa de alguma compensação, quer como um dom que nos foi concedido pelo alto.

Por isso podemos, com segurança, traduzir Gl 3,13 como: “Cristo nos libertou da maldição da lei”, pois no fundo, estamos dizendo que Gl 3,13 é uma variação do mesmo tema proposto em Gl 5,1, isto é, a liberdade diante da lei que nos foi dada como um dom, mediante o resgate que a morte e ressurreição de Cristo nos oferecem, a preço do seu sangue.

Quanto a isso, foi Paulo quem disse em 1Cor 7,23: “Alguém pagou alto preço pelo vosso resgate; não vos torneis escravos dos homens”. Na carta aos Romanos, disse (Rm 3,24): “E justificados gratuitamente, por sua graça em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus”.

Desse modo, o Novo Testamento, e especialmente Paulo, compreendem que o preço do resgate e da aquisição foi o sangue de Cristo inaugurado na sua cruz. Assim sendo, podemos afirmar que uma vez resgatados pela cruz, somos livres. Cristo nos resgatou e, conseqüentemente, nos libertou.

5.3 Maldição/escravidão

Até aqui, o nosso esforço se deu no intuito de demonstrar a proximidade de significado entre redenção, termo posto em Gl 3,13, com a liberdade expressa em Gl 5,1, chamando a atenção para a profunda correlação entre esta e aquela.

Na medida em que afirmamos que ao usar *redenção*, Paulo teve diante dos olhos a imagem do homem que saiu do estado escravo para o estado livre, ele estava no fundo dissertando sobre a liberdade. Com igual clareza, podemos dizer que a maldição presente em GL 3,13 encontra ressonância e afinidade com a escravidão de Gl 5,1. Num certo sentido, podemos observar claramente a mútua relação entre os termos. Dito isto, é preciso estabelecer precisamente em que medida tal proximidade é feita, respondendo inicialmente às perguntas: Em que consistiu a expressão usada pelo Apóstolo: “maldição da lei”? Em que medida a lei se tornaria maldição?

Para responder a tais indagações, é importante compreendermos a complexa dialética que há em torno de lei/maldição. Paulo disse: “Os que são pelas obras da lei, esses estão debaixo de maldição, pois está escrito: maldito todo aquele que não se atém a todas as prescrições que estão no livro da lei para serem praticadas” (Gl 3,10).

Em outras palavras, para Paulo a maldição estava em que a lei cria nas pessoas um estado compulsório no qual são encarceradas, obrigadas a cumprir toda a sua carga de prescrições e proibições e, sendo obrigadas a cumpri-las por inteiro, tornam-se escravas da lei. Ao mesmo tempo, como sua restrita observância é impraticável, se fazem violadoras da lei, tornando-se malditas diante dela. Por isso, acreditamos que quando Paulo pensa em maldição da lei, igualmente pensa em escravidão da lei. É precisamente nesse sentido que Gl 3,13; 5,1 constitui um claro paralelismo.

Há um outro aspecto importante observado por Paulo. A lei lança as pessoas num estado de maldição/escravidão na medida em que a lei tem por seu papel e sua natureza a função única de manifestar as transgressões feitas, revelando

pecados cometidos, sem conceder a estas o poder de superá-los. É o que o Apóstolo afirmou em Gálatas, quando disse: “Por que então a lei? Foi acrescentada para que se manifestassem as transgressões...” (Gl 3,19a). Idéia que se encontra também em Rm 7,7.

Diante desse quadro, a pergunta que se impõe é: Como romper com esse círculo de maldição imposto pela lei? O capítulo quinto responde que é possível somente pela liberdade com que Cristo nos libertou. Em outras palavras, somente pelo caminho da fé, unindo-nos a Cristo e recebendo dele o Espírito, fonte de liberdade.

Devemos chamar a atenção para outro aspecto não menos importante, sobretudo visto no contexto geral da Carta aos Gálatas com relação à maldição e à salvação oferecida aos gentios. Ao considerarmos a bênção como mistério de eleição e a maldição como mistério de rejeição devemos concluir que, Paulo fez voltar a maldição sobre aqueles que amaldiçoavam, no caso, os judaizantes, que impediam os gentios de serem considerados fidedignos partícipes da família dos filhos de Deus, do número dos eleitos, por não cumprirem a lei.

Nesse caso, a pregação judaizante e suas exigências seriam na prática, uma pregação excludente por não considerar a participação e a entrada dos pagãos na Igreja. A lei de Moisés, sancionada por maldições, operava realmente maldição (Gl 3, 10,13). Mt 27,25 não significa uma culpa ou maldição coletiva de Israel, e sim, no contexto da interpretação da catástrofe do ano 70 d.C., como julgamento, à entrada da igreja aos gentios na herança de Israel.

Por último, para melhor visualizar nossa tentativa de ligar Gl 3,13 a Gl 5,1 apresentamos, graficamente, o paralelismo sintético existente entre os termos abordados nos dois textos e que de algum modo se relacionam:

Cristo	Ð	Cristo
Redenção	Ð	Libertação
Maldição	Ð	Escravidão
Lei	Ð	Rejeição
Benção	Ð	Eleição

5.3.1 A liberdade em sentido absoluto

Somos convidados agora, como num retrovisor, a olharmos para o que foi dito, procurando compreender nosso objeto de pesquisa (Gl 5,1), a partir do seu antecedente (Gl 2,4). Aquilo que se diz no passado e que, em seguida, quase se repete, toma um significado muito importante porque figura como expressão inaugural daquilo que posteriormente será retomado e aprofundado. Portanto, quando vemos Paulo afirmar: “Para a liberdade Cristo nos libertou...” (Gl 5,1), estamos interpretando este versículo, em ordem de significado, em parte, como decorrência e síntese natural daquilo que o Apóstolo dissera anteriormente: “Nós temos a liberdade em Cristo Jesus” (Gl 2,4).

Antes de tudo, precisamos situar (Gl 2,4), dentro do contexto geral de (Gl 2,1-10). Estamos na chamada Assembléia de Jerusalém, fato também mencionado por Lucas 15. Aqui, temos os personagens que compõem este evento: Paulo, Tito e Barnabé; os intrusos ou falsos irmãos, como os adjetiva Paulo (Gl 2,4) e os chamados notáveis de Jerusalém: Tiago, Cefas e João (v. 9). Esse texto suscitou, ao longo dos tempos, variadas e discutidas questões sem qualquer unanimidade. Quando Paulo diz: “Em seguida, catorze anos mais tarde...” (Gl 2,1), esse número

refere-se aos anos posteriores à sua conversão ou à visita que o Apóstolo menciona em Gl 1,18?

Outra questão refere-se à motivação de fundo deste evento quando Paulo foi à Jerusalém em primeiro lugar por ordem divina, “em virtude de uma revelação...” (Gl 2,2). Já para Lucas, Paulo teria sido escolhido por uma delegação oficial. Sendo assim, nos perguntamos: A quem dar razão? Quem seriam esses intrusos não nomeados por Paulo e, onde teria ocorrido tal infiltração? Os conservadores de Jerusalém teriam se infiltrado em Antioquia ou o inverso?

Foram essas questões que alimentaram grandes debates entre os exegetas. Entretanto, sem entrar no mérito dessas discussões, o objetivo deste estudo consiste em anotarmos a importância diríamos quase central, que a liberdade toma nesse texto, quando Paulo afirmou, “a liberdade que temos em Cristo Jesus” (Gl 2,4).

Pela primeira vez Paulo defendeu na Carta aos Gálatas, de forma aberta, o Evangelho como liberdade dos gentios em relação à lei, aliás, é a primeira vez que ocorreu o emprego do substantivo *liberdade*. Por isso, propomos em todo o texto um corte epistemológico de Gl 2,4, como tentativa de compreendermos a liberdade e sua posterior ligação com Gl 5,1.

Assim, a fim de esclarecermos essa categórica afirmação de Paulo sobre a liberdade (Gl 2,4), é interessante notarmos que num texto por vezes truncado, enxuto, nervoso, polêmico, há duas afirmações importantes: temos em Cristo a liberdade (Gl 2,2) e, Deus não faz acepção de pessoas (Gl 2,6). No entanto, precisamos perguntar: De que tratava a Assembléia de Jerusalém? Qual era a temática da discussão? Afinal, qual foi o assunto sobre o qual as partes divergiram? A resposta a essas questões, para além das dificuldades que o texto

apresenta, goza de unanimidade entre os exegetas como, por exemplo, A controvérsia em Jerusalém dizia respeito à circuncisão dos pagãos convertidos.

Não é sem importância que a circuncisão apareça pelo menos cinco vezes ao longo do texto. Portanto, se pudéssemos resumir o *status questionis* da Assembléia de Jerusalém com a pergunta: Os gentios convertidos ao Evangelho deveriam ser circuncidados? A proclamação do Evangelho aos gentios deveria passar necessariamente pela circuncisão? Alguns diziam que sim; Paulo, porém, afirmava que não.

Tendo tomado a circuncisão como objeto da controvérsia de Gl 2,1-10 se faz necessário darmos um passo adiante; ora, se afirmamos como a maioria dos autores que a circuncisão figura como a questão central de Gl 2,1-10 o que significa precisamente nesse contexto a afirmação paulina da liberdade? Como situá-la, visto que no mesmo capítulo, Paulo a estende também às questões alimentares?

A primeira observação a ser feita é a de que Paulo não define propriamente o que é liberdade, exceto quando faz um contraponto com as leis alimentares (Gl 2,12) e, especialmente, com a circuncisão (Gl 2,3), que juntamente com a observância do calendário de festas (Gl 4,10) constituíam, para os judaizantes, os pontos fundamentais da lei. Lei que o Apóstolo tanto em Gl 2,4, como em Gl 5,1, adjetiva como escravidão.

Temos, portanto, do ponto de vista literário, a antítese perfeita elaborada por Paulo: de um lado, a liberdade dada por Cristo, de outro, a escravidão imposta pela lei. Nesse quadro, é mera decorrência afirmarmos: compreender o significado de liberdade significa, ao mesmo tempo, procurar relacioná-lo com o objeto que se lhe configura como sua oposição, ou seja, a lei. Estamos, portanto, no universo

teológico-judaico e é dentro deste que devemos procurar entender o significado de liberdade.

5.3.2 A liberdade no Antigo Testamento

Por outro lado, ao admitimos que a ideia de liberdade paulina, além de outras influências, deita raízes no entendimento de liberdade judaica e, ao mesmo tempo, vai além dele, antes de procurarmos compreender a questão do Apóstolo, a da liberdade diante da lei, faz-se mister perguntar: Como a liberdade aparece no Antigo Testamento? Qual a compreensão judaica de liberdade e que lugar esta ocupa na vida de Israel? Se de fato ela está presente, qual o seu pensamento último? Paulo simplesmente a repete ou a redimensiona em bases mais profundas? Os judaizantes a compreenderam?

5.3.2.1 (Uma) aliança para a liberdade

A primeira e importante observação a ser feita é a de que, no Antigo Testamento, não encontramos maiores considerações a respeito do conceito de liberdade. Não há formulações sobre essa palavra; ela, a rigor, não existe. Ademais, quando Israel fala de liberdade o faz através de verbos como “soltar”, “redimir”, “salvar”, “arrancar” e semelhantes. Em Israel os aspectos políticos, sociais e religiosos formam uma unidade. O que nos leva a concluir que pelo fato da ausência do conceito de liberdade, não significa que esta não esteja presente na vida de

Israel, pelo contrário, sua história é marcadamente uma história de liberdade e a vida de Israel é testemunho disso.

Ao tratar do tema liberdade no Antigo Testamento, os autores, em sua maioria, nos remetem imediatamente ao acontecimento fundante, que marcou para sempre a vida de Israel: a libertação do Egito, da casa da servidão; é esse sem dúvida, o marco político-social sobre o qual Israel passou a assentar toda a sua convicção existencial e de fé, e que recebeu, ao longo da história da salvação, por parte de juízes, profetas, sábios e evangelistas, um significativo desenvolvimento teológico. Portanto, na percepção da esmagadora maioria dos escritores bíblicos, não há como falar da liberdade em Israel sem partir do que aconteceu no episódio do Êxodo.

Devemos concluir, pelo fato da ausência da palavra que os israelitas não tinham o senso da liberdade? Sua história dá testemunho do contrário. O acontecimento fundador é a libertação da Casa da Servidão onde os antepassados eram submetidos a duros trabalhos forçados.

A liberdade de Israel, e a de seus membros individuais, não era considerado assunto independente dos atos redimidores e salvadores de Deus. Para Israel, a liberdade significava ser libertado por Javé, como E. G. da escravidão no Egito. Sendo assim, identificava-se com a redenção.

Os acontecimentos que marcaram a liberdade do Egito – os sinais e prodígios do Mar Vermelho e do deserto, a revelação de Deus, os atos fundadores da aliança – fornecem uma referência permanente para que o povo de Israel pudesse compreender julgar e orientar todos os acontecimentos da História. O Êxodo era a norma, o modelo, a imagem ideal.

Assim, tantos quantos pudéssemos nomear, diriam que de fato o acontecimento básico que marcou a origem de Israel como povo eleito foi, sem dúvida, a libertação do Egito. Esta lembrança nunca está ausente da consciência do israelita. Ela é a tela de fundo de toda a sua representação de Deus, do mundo de si próprio.

A essa altura, ao situarmos a liberdade judaica ligando-a ao acontecimento do Êxodo, diríamos que a liberdade para Israel e seu entendimento foi percebida e sentida como um dom de Deus. A liberdade não era outorgada pela natureza, pelo contrário, sempre era experimentada como dádiva preciosa da parte de Deus.

A liberdade aconteceu na vida do povo israelita, por pura misericórdia e graça de Deus, que resolveu escolher Israel como povo de sua herança. Quando falamos de escolha, estamos falando de um dos componentes que formam o conjunto de postulados da aliança, justamente a eleição. Deus revelou-se a Israel mediante suas intervenções em favor deste povo, e resolveu escolhê-lo como sua herança. Nesse horizonte, devemos olhar a liberdade judaica, sempre sob da perspectiva da aliança estabelecida por Deus.

Ao olharmos a liberdade sob o prisma da aliança e, portanto, da eleição, jamais poderíamos considerá-la como uma construção meramente humana, mas algo dado pelo alto, bênção ligada ao pacto, algo que Deus prometeu manter enquanto seu povo for fiel. Assim, para Israel, a liberdade veio de Deus e para ele se dirige no sentido de que somente podemos vivê-la verdadeiramente se estivermos a serviço de Deus.

A liberdade conforme concebida pelo Antigo Testamento significa, por um lado, livramento de forças criadas que impedem o homem de servir e de desfrutar de seu criador; e, por outro, significa a felicidade positiva de viver em comunhão

com Deus, sob sua aliança no lugar onde ele achou por bem se manifestar e abençoar aos que lhe pertencem.

Essa consciência de povo eleito, agraciado com a liberdade por YHWH, jamais deixará de estar presente na vida de Israel, mesmo nas graves crises internas e externas; sobretudo, nesse contexto, irá aflorar, ainda com mais intensidade, a imagem de YHWH como o libertador, o resgatador. A extensão, o alcance desse acontecimento viverá como que nas entranhas dos israelitas e, tanto individualmente, estão os salmistas a cantar esta liberdade, quanto socialmente, tendo em vista os profetas que não deixam o povo esquecer a história subsequente de Israel, a qual é um prolongamento do que aconteceu no Egito.

Sobre a permanente e viva memória de YHWH, na vida do povo, alguns autores revelam uma feliz percepção, quando falam de “prolongamentos pessoais e sociais” dessa liberdade: No plano pessoal, a libertação operada por Deus em favor do seu povo se prolonga e se renova de certo modo na vida de cada fiel (CF. 2-5 4,9: ‘Pela vida de Javé que livrou de toda aflição’), e este é um tema freqüente na oração dos salmos.

No plano social, a própria legislação bíblica está marcada pela lembrança da primeira libertação de Israel, sobretudo na corrente deuteronomista. O escravo hebreu devia ser posto em liberdade no sétimo ano, em recordação ao que Javé tinha feito pelos seus (Dt 15, 12-15; cf. Jr 34,8-22). A lei, de resto, não era sempre respeitada e, mesmo depois do retorno do exílio Neemias teria que se insurgir contra as exações de certos compatriotas que não hesitavam em reduzir à escravidão os seus irmãos resgatados (Ne 5,1-8) e não obstante, ‘dar liberdade aos oprimidos, quebrar todos os jugos, é uma das formas do jejum que agrada a YHWH’ (Is 58,6).

Até aqui, procuramos compreender a questão da liberdade na vida de Israel, situando-a no interior do contexto da aliança, mostrando em que bases originalmente se encontra e quais os seus impactos na vida do povo de Deus. Queremos agora, retornar aos três aspectos importantes dessa consequente liberdade na vida do povo e, posteriormente, precisar de que modo estes influenciaram o Novo Testamento, especialmente, a visão do Apóstolo.

O primeiro aspecto, repetidamente lembrado e que perpassou a vida do povo eleito em todas as suas fases históricas, é o de que a liberdade não teria sido algo merecido, não teria sido uma conquista humana.

Todos os debates, em se tratando da vida de Israel, e naturalmente de sua liberdade, partem do pressuposto de que Israel é o povo eleito por Deus e que, por isso mesmo, poderia contar sempre com a fidelidade desse mesmo Deus à aliança, aliança que se deu unicamente por meio da atividade redentora, amorosa e gratuita de YHWH. Isso significaria dizer que: não corresponder a esta graça e a este amor de YHWH seria certamente trilhar o caminho mais próximo da perda dessa liberdade.

A dádiva da liberdade continuava vinculada ao doador. Abandonar Javé tinha como consequência necessária a perda da liberdade. Esse fato é demonstrado pela era dos juízes, uma época de apostasia de Javé, de escravidão, de arrependimento e de libertação (Jer 2:1 e s.). A história dos reinos do norte e do sul foi semelhante. A conquista pelos assírios foi a consequência da impiedade do reino do norte (2Rs 17:7-23). Assim como o cativeiro na Babilônia foi consequência da impiedade do

reino do su (2R 21:10-15; 22:19-20; 23:25 e seg.). O fim da liberdade política de Israel achou expressão intensamente comovedora nas lamentações de Jeremias.

Um segundo, e não menos importante aspecto a considerarmos, mais adiante retomado por Paulo, é o fato de a liberdade para o povo bíblico ser considerada como um projeto coletivo. Em outras palavras, não encontramos aí o modo de definir a liberdade como o faz a modernidade, ou seja, como a possibilidade de escolher entre duas coisas contrárias, ou mesmo o poder decisório de fazer o que bem se deseja.

Para Israel a liberdade consiste em estar submisso à Torá, o que não deve ser confundido com escravidão, mas como caminho para se conservar a verdadeira liberdade. A ação de Deus não se dirige a um indivíduo em particular, nem sua aliança é outorgada a um pequeno grupo, mas a toda a comunidade.

O próprio Decálogo é dado em vista do aperfeiçoamento das relações, e com isso, da garantia de se viver livremente na comunidade. Falando nessa linha, encontramos Zenger (1989) para quem: Os Dez Mandamentos são como pedra preciosa na qual, mediante a atuação do espírito, se cristalizaram as muitas experiências que Israel fez ao aceitar a vida oferecida por Javé no deserto da sua história.

Desse modo, ao compreendermos a atuação de Deus dirigida à coletividade, devemos também entender, que somente na comunidade, a liberdade poderia ser vivida de modo autêntico garantida pela lei que gera a vida.

As narrativas dos Dez Mandamentos não querem comprovar que Javé revelou em algum momento no deserto do Sinai estes mandamentos, mas que Javé quis, nesses Mandamentos, estar perto do seu povo como aquele Deus que

impede a destruição ameaçadora. Através dos Dez Mandamentos Javé quis mostrar-se como Deus que pode fazer do deserto um lugar de vida.

Portanto, a liberdade seria, antes de tudo, fruto, bênção, dom de Deus que suscita a vida no meio do povo, mediante seus ensinamentos, suas instruções.

Os atos de Deus são fundamentais para a vida humana em comum. Conforme o Decálogo, a liberdade, a vida (Ex 28:13), o casamento (20:13), a honra (20:16) e as posses (20:17), pertencem aos direitos básicos do homem, que Javé concede ao povo da sua aliança e mantém para ele.

Um terceiro e último aspecto reside no fato de que a ação do Deus que liberta o seu povo no Egito é a mesma que está presente na vida dos profetas. No fundo todos os profetas, ao seu modo, e no seu tempo devido, fazem com que Israel não se esqueça de que toda a sua missão está no esforço de conservar a liberdade que recebeu de YHWH.

Mediante tais fatos, podemos dizer que todo profeta é um intérprete da liberdade, dada pela graça e pelo amor de YHWH. Este liberta e, ao mesmo tempo, pelos profetas, indica o caminho de como conservar esta liberdade.

Israel conheceu a Deus em sua obra de libertação. 'Conhecê-lo' implica, desde então, viver a libertação e libertar os outros; para o rei, fazer 'justiça' aos humildes. Efetivamente ele representa Javé. Oprimir equivale a desconhecer o Deus que deu a liberdade.

Temos, portanto, as dimensões básicas sobre as quais se apóia a compreensão de liberdade judaica: a liberdade como uma dádiva dos céus, o entendimento de que esta só é possível como projeto coletivo, autenticamente

vivida no meio da comunidade, e ao mesmo tempo, a perene necessidade de conservá-la, por seus profetas.

Agora, ao acreditarmos que esse arcabouço de entendimento influenciou e inspirou Paulo no seu conceito de liberdade, resta-nos saber como e precisamente em que medida e, até que ponto isso ocorreu.

5.3.2.2. Jesus: o livre e o libertador

No Novo Testamento, especialmente nos sinóticos, não encontramos maiores destaques a respeito da palavra liberdade, exceto como anteriormente assinalamos, nas cartas paulinas, especialmente na Carta aos Gálatas e na Carta aos Romanos.

Jesus não usa a palavra liberdade, mas fala dela de modo indireto. Como toda a tradição grega, bíblica e judaica, ele supõe a liberdade quando convoca a seguir sua pessoa e sua mensagem. Também concretamente, ele vive e possibilita liberdade tornando-se síntese de uma nova existência dada por Deus.

Isto implica dizer que toda obra salvífica de Cristo tem como fundamento o ato redentor e libertador de sua morte e ressurreição. “É de Cristo redentor que partem o seu pensamento e a sua ação, quando diante dos dramas que dilaceram o mundo, ela reflete sobre o significado e os caminhos da libertação e da verdadeira liberdade”. E mais: A verdade, a começar pela verdade sobre a redenção, que está no âmago da fé, é, pois, a raiz e a regra da liberdade, fundamento e medida de qualquer ação libertária.

Quando consideramos, com todo o Novo Testamento, o evento salvífico de Cristo na cruz redentora como ato fundante de onde emana a verdadeira liberdade estamos aludindo a um argumento central, a uma premissa fundamental da teologia cristã e paulina: Jesus tornou-se, e assim ele se auto-compreendia, a revelação definitiva da vontade de Deus para a salvação de todos os homens. Vontade de Deus, que o Novo Testamento acredita expressa, já na Torá, em forma de promessa. Nesse sentido, podemos compreender Jesus como aquele que veio, não para destruir a Torá, mas dar-lhe pleno cumprimento, acabamento, já que esta tinha a função de anunciar a sua chegada.

Lucas diz claramente em seu texto: “E, começando por Moisés e percorrendo todos os profetas, interpretou-lhes em todas as escrituras o que a ele dizia respeito” (Lc 24,27). Portanto, cumprindo plenamente a Torá, ele a ultrapassou, a superou, pois agora o seu corpo ressuscitado e glorificado teria se tornado o centro do verdadeiro culto espiritual, irradiando a verdade profunda sobre o sentido da verdadeira liberdade.

Mateus, por sua vez, também percebeu claramente os dois movimentos contidos na missão e na realização da obra de Cristo: o de realizador da esperança de Israel e o de revelador da salvação aos gentios, quando, no capítulo do Sermão da Montanha, disse: “Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento” (Mt 5,17). Dar pleno cumprimento significa realizar, levar a cabo a promessa contida na lei, estendendo-a agora para todas as nações. Nesse sentido, Jesus não poderia ser acusado de antinomista, pois não havia negado a função da lei como anunciadora da promessa, tampouco poderia ser acusado de heteronomista, porque ao se tornar revelação definitiva do Pai para a humanidade, teria superado a Lei.

Jesus, respondendo à insinuação (*mè nomisate*) de que ele é antinomista, está dizendo que sua tarefa não é a dissolução da Torá, mas sua complementação. A tradução de *ósope* ('acrescentar') por *plerôsai*, no grego, expressa adequadamente que o propósito da 'complementação' é atingir a medida completa. Temos aí a idéia da medida escatológica, que Jesus usa em outros lugares, *Plerôsai* é, portanto, termo tecno-escatológico.

Em outras palavras, com o *lógion* de (Mt 5,17) Jesus está a reclamar para si ser o mensageiro escatológico de Deus, o profeta prometido igual a Moisés (Dt 18,15. 18) que é o portador da revelação definitiva e que, por isso, exige obediência absoluta. De fato, esta pretensão de Jesus, de ser o portador da revelação consumada de Deus pelas suas palavras, é especialmente clara no esquema antitético de Mt 5,21-48, que, por envolver uma inaudita contraposição à Torá, aos ouvidos do tempo, faz parte da rocha original da tradição. Jesus está a proclamar que a vontade divina na Basiléia se sobrepõe à vontade divina expressa na era veterotestamentária (Mc 10,1-12).

Portanto, vemos com Jesus à volta do Espírito de Deus trazendo o tempo da misericórdia e salvação para todo aquele que nele crê. O Espírito do Senhor, que conforme a escritura se apagara da vida dos homens que pecaram contra Deus, retorna agora na encarnação do filho, restituindo a comunicação plena com o Pai.

A presença do Espírito é sinal da irrupção do tempo salvífico. Seu retorno significa o fim do julgamento e o começo do tempo da graça. Deus se debruça novamente sobre o seu povo. Como portador do Espírito, Jesus não é apenas um elo na série dos profetas, mas o último e definitivo mensageiro de Deus. Sua

pregação é evento escatológico. Manifesta-se nela a aurora da consumação do mundo. Deus está a falar sua última palavra.

Diante do acima exposto, a pergunta fundamental é: Porque falando de liberdade no Novo Testamento e em Paulo, a insistência em considerar Jesus Cristo como revelação derradeira do Pai para os homens? Ou seja, por que, necessariamente, partir da cruz de Cristo como imperativo categórico, para falarmos da liberdade em Paulo? Que matizes trouxeram ao discurso de liberdade paulina a morte e ressurreição de Cristo? As respostas a estas indagações nos parecem simplesmente determinantes para a compreensão, não somente da liberdade em Paulo, mas de todo o seu pensar teológico.

5.4 Revelação, comunidade e missão

Quando direcionamos as dimensões sobre as quais se assenta a liberdade para Israel, e que estas apontam inevitavelmente para a pessoa de Jesus como a revelação definitiva da salvação para judeus e gentios, presente já no Antigo Testamento, estamos ao mesmo tempo afirmando que devemos agora buscar, em Jesus, a fonte e a raiz da verdadeira liberdade.

Em segundo lugar, queremos reiterar que a idéia da liberdade como um projeto que se vive coletivamente, permanece e, é fonte de inspiração no pensamento paulino: é em torno da liberdade concedida pela cruz de Cristo que a comunidade se origina. Jesus gera e vivifica a comunidade dos crentes. Sobre ele esta comunidade existe e se desenvolve.

Finalmente, queremos mostrar que a missão confiada aos profetas como defensores da liberdade também apresentou influência na vida de Paulo, que por

vocação, alinhou-se ao chamado do Pai, sentindo-se em Cristo, herdeiro deste mandato.

5.4.1 Jesus: fonte de liberdade

Se anteriormente dissemos que, para Israel, a liberdade é bênção do alto, dom de Deus, não podendo, portanto, ser atribuída ao esforço meramente humano, e que Jesus tornou-se, pela vontade do Pai, o centro de toda a salvação, devemos concluir, num raciocínio lógico, que para o Novo Testamento, especialmente para Paulo, a liberdade passou a ser obra e graça do filho de Deus. Portanto, o sacrifício de Cristo na Cruz passou a ser o gerador da verdadeira liberdade.

Agora, devemos encarar a liberdade, não como um esforço da humanidade, mas como dádiva do filho de Deus e de sua redenção. A nossa liberdade é vivida no filho de Deus, a Ele somos devedores: devemos compreender que, nesse sentido, a idéia de liberdade e sua origem no Antigo Testamento influenciaram diretamente São Paulo.

A idéia de liberdade no Novo Testamento, portanto, segue aquela do Antigo Testamento. A dádiva da liberdade é vinculada ao doador. 'Porque tudo é vosso... e vós sois de Cristo, e Cristo de Deus' (1 Cor 3:21, 23). Essa sujeição é, ao mesmo tempo, uma aliança. Seu âmbito até se estende aos poderes e dominadores sobrenaturais que são despojados de sua autoridade absoluta, porque foram conquistados por Cristo, e já não podem fazer separação entre o homem e Cristo (Rm 8: 38; Gl 4:3, 9; 1Cor 15:24). O horizonte impenetrável torna-se transparente à luz desta liberdade.

Ainda, como já mencionado Deus atua para a comunidade, não para o indivíduo. Sua aliança, em primeiro lugar, é com o coletivo, não com o individual. É dentro desse contexto que deveria ser vista a liberdade. No Novo Testamento essa idéia continua presente, agora sob uma perspectiva cristológica. Se no Antigo Testamento a lei garantia uma vida autêntica e livre para a comunidade, no Novo Testamento a fé e o batismo passam a autenticar uma vida sinceramente vivida na comunidade. Em torno da cruz de Cristo se origina a comunidade que se dirige para esta salvação.

É para frisar este ponto que Paulo emprega uma variedade de expressões, visando evocar a natureza comunitária da existência autêntica: 'em Cristo', 'vos vestistes de Cristo', 'ser de Cristo' e do modo mais dramático, todos vós sois um só homem em Cristo Jesus.

Ademais, ao contrário dos cultos da religião de mistério dirigidos ao indivíduo que acreditava incorporar parte do poder do Deus adorado pela ingestão de um alimento sagrado, o corpo de Cristo ressuscitado em torno do qual os fiéis se unem, produz necessariamente, em cada indivíduo, abertura para construir a comunidade no amor, na solidariedade e, sobretudo, na liberdade.

Finalmente, atentemos para o fato de os Profetas representarem os guardiões da liberdade. Eles são os fiéis intérpretes da lei de Deus, que assegura uma vida livre para todos. São chamados e separados por Deus para essa missão.

Nesse sentido, podemos dizer que é inequívoca a inspiração do Antigo Testamento na vida do judeu Paulo, especialmente, no relato de sua vocação, pois Paulo acredita que seu chamado é obra do Senhor, como o fora o dos Profetas. Sua vocação encontra-se na mesma linhagem.

Além disso, para falar do seu chamado, Paulo utilizou-se do mesmo quadro dos elementos das aparições dos Profetas no Antigo Testamento, tanto que suas palavras em Gálatas não deixam dúvidas: “Mas quando aquele que me pôs à parte desde o seio de minha mãe e me chamou por sua graça, houve por bem revelar em mim o seu filho, a fim de que eu anuncie aos pagãos” (Gl 1,15-16).

Tais palavras evocam duas conhecidas vocações: a de Jeremias e a de Isaías. Para ficar com o primeiro, lembremo-nos das palavras que ele usou no seu chamado: “Antes mesmo de te modelar no ventre materno, eu te conheci; antes que saíesses do seio, eu te consagrei. Eu te constituí Profeta para as nações” (Jer 1,5). A repetição das três palavras-chaves não é coincidência. Como no caso dos dois grandes predecessores, Paulo via sua conversão como obra de um plano que Deus arquitetou muito antes. Dessa maneira, Paulo considerava-se como os outros Profetas: intérprete e defensor da liberdade concedida por Cristo.

Portanto, as dimensões presentes no sentido de liberdade do povo da Antiga Aliança, se revelam, de algum modo, presentes no pensamento paulino, agora sob uma ótica eminentemente cristológica: “O que deu a si mesmo pelos nossos pecados, para que libertasse a nós do presente século mau, segundo a vontade do Deus e Pai nosso” (Gl 1,4).

Com essa introdução, de tom mais seco e duro, Paulo passou a anunciar na Carta os principais temas que seriam por ele desenvolvidos: a defesa de sua missão como Apóstolo do Senhor e a liberdade cristã, cujo fundamento encontrava-se na boa nova da salvação, pela fé, em Cristo Jesus.

Em primeiro plano, vemos aqui, o começo de uma série de enunciados: afirmações que vão num crescente significado, cujo sentido é a preparação e fundamentação da grande verdade, a afirmação central de Paulo aos gálatas: “Para a liberdade Cristo nos libertou...” (Gl 5,1). Ora, se entendemos Gl 1,4 e 5,1 ligados entre si, há necessidade de estabelecermos, precisamente, onde se encontra tal relação, e que significado comporta.

Há dois conceitos presentes nesses versículos, os quais acreditamos possibilitarão estabelecer a ligação acima proposta: o verbo subjuntivo aoristo 2º médio, 3ª pessoa do singular □□□□□□□□ e a expressão/ aivw/noj tou/ evnestw/toj ponhrou/, um substantivo e outro adjetivo, ambos no genitivo masculino singular.

5.4.2 Sobre a etimologia

O termo presente em Gl 1,4, é um verbo composto, formado por uma preposição vinda antes de vogal, que significa *de, fora de*, e o verbo , cujo significado é *pegar, agarrar, levar embora, conquistar, tomar para si*.

Como podemos ver, aqui já se revela, ainda que preliminarmente, a verdade fundamental sobre a qual Paulo, ao longo da Carta deita toda uma gama de argumentos.

O Cristo Ressuscitado, que é o mesmo Cristo Crucificado, nos arrancou, nos livrou. Devemos atentar para a profunda intensidade de sua ação, expressa no verbo: por um ato livre arrancou- nos dos nossos pecados, tomando-nos para si. “Uma vez livres, nos libertou para a liberdade” (Gl 5,1). Tudo isso como uma resposta obediente ao Pai. Temos, portanto, revelado o fundamento da nossa justificação.

O Pai, fiel a si mesmo, estabelece na cruz redentora de Cristo, uma aliança definitiva de amor para com a humanidade, libertando-a do pecado e do seu poder, assim como diz Erdman (1930): O propósito último de Deus é libertar-nos, não apenas da culpa do pecado, mas do seu poder.

O pronome “nos” junto ao verbo “livrar”, precedido da conjunção “a fim de...” compõem, com o todo do versículo, uma perfeita unidade, na qual se entrelaçam visivelmente as três grandes verdades teológicas no pensamento paulino: o amor do Pai, a ação salvífica do Filho e o dom da Liberdade para o Homem. Nesse versículo, tido como saudação, também vemos o Apóstolo resumir todo o credo fundamental da fé apostólica professado pela Igreja primitiva.

Paulo expressa o mistério da redenção com o verbo composto *do,ntoj e`auto.n* (dar, entregar, transmitir). O mesmo verbo se repete em Gl 2,20: “entregou-se a si mesmo”.

É a redenção vista sob a ótica da graça, do dom. O Filho agiu livremente, entregando-se a si mesmo. Sua decisão foi em primeiro lugar, um ato de amor. Nesse sentido, a fórmula de Gálatas tem a vantagem de colocar o mistério sob o sinal do dom. O dom e a graça provêm do mesmo registro, muito longe de qualquer transação ou compensação.

Devemos perceber como a ação expressa pelo verbo “que se deu a si mesmo”, e que revela a gratuidade e o dom da salvação, que chegou até nós, está ligada diretamente à liberdade, também como dom, pois é somente na gratuidade do gesto do Filho que adquirimos a liberdade. A linha argumentativa nos parece concatenada numa perfeita proposição lógica: a entrega de si mesmo, o dom revelado, a liberdade adquirida.

Portanto, ao verbo “livrar” liga-se diretamente a afirmação “entregou-se a si mesmo”, deixando patente a verdade profunda defendida em Gálatas: é Cristo que nos liberta e longe do alcance da sua ação não se pode compreender o dom da liberdade. Desse modo, Paulo lançou as bases argumentativas daquilo que iria afirmar adiante: “Para a liberdade Cristo nos libertou” (Gl 5,1). Assim sendo, Gl 1,4 e 5,1 se tocam perfeitamente num claro paralelismo teológico.

Contudo, há outro aspecto importante nesse versículo, quando Paulo usa a expressão “o que se deu”, pois está respondendo, inicialmente, de forma clara, que a nossa justificação e, portanto, a nossa liberdade encontra o seu fundamento não na lei ou em qualquer forma de rito, mas tão somente no evento salvífico de Cristo.

É uma resposta direta aos seus inimigos e para alguns da comunidade gálata, que porventura tenham se deixado seduzir pelo discurso judaizante. Este seria o aporte específico da Carta aos Gálatas, querer justificar-se pelas obras da lei simplista, mudando uma justificação verdadeira por uma falsa, porque a lei em si é incapaz de justificar ninguém.

Portanto, nesse primeiro momento, a nossa tentativa consistiu em demonstrar de que forma as passagens Gl 1,4 e 5,1 se ligam mutuamente, precisamente por meio do verbo (*livrar, arrancar*). O Apóstolo preparou assim a afirmação conclusiva sobre a liberdade contida no capítulo 5.

Queremos agora concentrar a nossa atenção justamente na expressão (*mundo mau*), para em seguida verificarmos o paralelismo estabelecido pelo Apóstolo entre esta e a imagem utilizada em Gl 5,1, precisamente “jugo de escravidão”. Está claro que Paulo usou ambas as expressões quando se referiu à

força da lei e ao poder que esta exercia sobre os gálatas e os judaizantes. A pergunta fundamental a ser respondida é: Que elemento(s) a lei traria consigo que a tornasse um mundo mau? Dizendo de outro modo: na sua constituição, de que forma a lei poderia se configurar como mundo mau? E, portanto, jugo de escravidão?

A primeira observação que salta aos nossos olhos é o adjetivo que acompanha o conceito mundo, *mau*, lançando sobre este um juízo moralmente negativo, seguindo assim Paulo, a linguagem do Evangelho de João. Aliás, é em Paulo e João que se registra com mais frequência no Novo Testamento este conceito.

No Novo Testamento, é nos escritos joaninos que o conceito de cosmos se encontra com mais frequência (Jo 78 vezes; 1 e 2Jo, 23 vezes); nas Cartas Paulinas (46 vezes). Este conceito costuma, com raras exceções, apresentar um aspecto negativo: corruptibilidade e morte caracterizam o mundo.

Ora, se afirmamos costumeiramente que o mundo ou “este mundo”, “esta era”, como aparece em Paulo, tem geralmente um aspecto negativo, a pergunta que se segue é: Não traria Paulo uma visão pessimista sobre a criação e, por conseguinte, sobre o criador? Para responder essa questão é preciso retornar ao conceito judaico de mundo, do qual Paulo é devedor.

O Antigo Testamento não tem o conceito mundo, em lugar disso, a Torá fala de “céu e terra”, ou “o todo”. Diz o texto que “Deus criou o Céu e a Terra” (Gn 1,1), ele é o Senhor absoluto da criação, e segundo a tradição sapiencial, “o mundo foi criado do nada e está nas mãos de Deus” (2 Mc 7,28).

Tudo é feito pelo divino. A terra não é produto de uma substância primordial, como no caso do *Enuma Elish* Babilônico, onde a Terra é formada a partir do cadáver do deus Tiamate caído e morto. Trata-se de uma esfera que está totalmente sob o controle da soberania divina. A Terra é do Senhor (SI 24,1). Ele é o seu Rei (SI 47, 2 [3]), e o seu Senhor (SI 97,5). Como tal, o mundo é bom, e não deve ser descrito como intrinsecamente mal, como obra do demiurgo; nem mesmo um mínimo sinal de ‘mentalidade escapista’ é encontrado no Antigo Testamento.

Portanto, a criação é obra do Altíssimo e é posta a serviço do homem para que dela disponha e nos seus sinais honre o Deus Criador, reconhecendo por meio dela o amor incomensurável de Deus e sua justiça. Mesmo no relato do Gênesis, sobre a primeira destruição, fica claro sempre o desejo de aliança eterna de Deus para com o seu povo.

Contudo, no final das contas, o nosso Deus justo não tem prazer no simples juízo, porque isto apenas destrói o ímpio. É o oposto de criar. A última palavra a respeito da justiça não é nem ‘des-criar’, nem voltar atrás no tempo. É a justiça redentora que é a justiça final. Esta é a razão porque temos a aliança do arco-íris. A intenção de Deus é estabelecer um novo céu e uma nova Terra.

Ora, se como acabamos de ver, o Antigo Testamento tem uma visão positiva sobre a criação, assim como o Apóstolo Paulo, em que precisamente consistiria a maldade no mundo? Que elemento desagregador, divisor, negativo pesa no mundo?

Para o Antigo Testamento e Paulo este elemento é o pecado. Ademais, de acordo com o segundo, os homens se afastaram de Deus: “com efeito, a tristeza segundo Deus produz arrependimento que leva à salvação e não volta atrás, ao

passo que a tristeza segundo o mundo produz a morte” (2Cor 7,10). Por isso, o mundo é pecaminoso e mal.

Os homens são réus, dignos de castigo e condenação: “Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, é para os que estão sob a lei que o diz, a fim de que toda boca se cale e o mundo inteiro se reconheça réu em face de Deus” (Rm 3,19). Paulo recorre à figura de Adão para falar do pecado que entrou no mundo, tornando a humanidade toda pecadora: “Eis porque, como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado a morte, assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5,12).

Desse modo, Paulo entende que o pecado separa o mundo de Deus para mais adiante acontecer, pela morte de Cristo, a reconciliação do mundo com Deus: “pois era Deus que em Cristo reconciliava o mundo consigo, não imputando aos homens suas faltas e, pondo em nós a palavra de reconciliação” (2Cor 5,19).

Portanto, devemos compreender o mundo no Novo Testamento e em Paulo como “o mundo organizado”, o espaço habitado pelos homens e todas as formas de Leis, de diretrizes que o regem, quer socialmente, quer politicamente. O lugar onde os homens nascem, crescem e formulam o modo de como nele proceder. Nesse contexto, o mundo como Terra habitada, e tudo o que ele contém é limitado, provisório e até contrário a Deus, ao Senhor, ao Espírito, à Liberdade.

É nesse sentido que Paulo contrapõe a sabedoria de Deus à sabedoria “deste século” (1Cor 1,20). O mundo, enfim, é concebido em relação ao seu contrário, isto é, Deus. O mundo é temporalidade, breve espaço inserido ‘entre’ o hoje e a parusia, e contém em si a soma de todas as coisas que ameaçam o homem, oprimem-no e tornam-no escravo.

5.4.3 A nova criação

Sem dúvida, quando Paulo falou do mundo presente, desta era, deste século, o fez contrapondo-o ao mundo do Messias; mesmo quando o Apóstolo combateu as religiões de mistério, como era comum no seu tempo, como, por exemplo, o caso dos colossenses (Col 2,15), não pretendeu produzir um tratado sobre cosmologia ou a influência dos espíritos sobre os homens, mas deixar claro que com a morte e a ressurreição de Cristo, todas as potências, forças e espíritos foram a ele submetidos: “[...] na qual despojou os principados e as autoridades, expondo-os em espetáculo em face do mundo, levando-os em cortejo triunfal” (Col 2,15).

Assim Paulo ressaltou que anjos, Moisés e a própria lei eram meramente intermediários, mediadores, ao passo que a promessa era emanada tão somente de Deus e do seu Cristo. Nesse sentido, o significado do versículo em questão se impõe: no centro de tudo figura Cristo, morto e ressuscitado, cuja ação salvífica opera uma ruptura e uma passagem, arrancando-nos do mundo antigo e conduzindo-nos a uma nova criação, cuja cabeça é o próprio filho de Deus. O Apóstolo Paulo disse isso de forma categórica: “Ele nos arrancou do poder das trevas e nos transportou para o reino de seu filho amado, no qual temos a redenção – a remissão dos pecados” (Col 1,13).

Por outro lado, se podemos anotar, aqui ou acolá, em Paulo, algum conceito do gnosticismo, ou da apocalíptica judaica é para simplesmente tornar claro o papel definitivo da ação de Cristo na história da salvação, por vontade unicamente do Pai. O conceito de ‘mundo’, que faz pensar em céu e Terra, universo, cosmo, era, princípio e fim, que está ligado com temas filosóficos (gregos), sapienciais, apocalípticos e gnósticos, procura em última análise explicar Deus como sendo o

criador. Diante dele todo criado continua finito, e também a vitória sobre o fim, por um novo começo, será obra sua. A jovem Igreja expressou isso pela estrutura do Cânon da Bíblia, que começou com a criação do céu e da Terra e encerra com a promessa de um novo céu e uma nova Terra (Ap 21,1 ss).

Dito isso, podemos compreender agora o alcance da crítica de Paulo ao utilizar a expressão “mundo mau”, especialmente, no que se refere à lei. Ora, ao aceitarmos o sentido de lei na perspectiva judaizante, teríamos que enfrentar graves implicações. Em primeiro lugar, esta esvazia completamente a eficácia redentora da cruz de Cristo, tornando-se o instrumento de salvação por excelência. A lei perde seu verdadeiro sentido de transição, de pedagoga, para tornar-se absoluta. Ao contrário, para o Apóstolo a lei desempenha apenas uma ação passageira, educativa, até que venha o prometido. Esse é o sentido da lei em Gálatas.

O tempo da lei tal como apresentado na Epístola aos Gálatas, é como um tipo de parêntese; ela desempenhou um papel pedagógico no acesso do povo de Deus eleito à fé; mas esta situação não estava destinada a durar (Gl 3, 24, 25). Ademais, o pedagogo, na civilização greco-romana, era um escravo. Ele próprio estava privado de liberdade; e Paulo repassa a falta de liberdade do escravo pedagogo à falta de liberdade do adolescente que ele estava encarregado de educar. Ser submisso à lei é como estar no cativeiro (Gl 3, 23).

Mas em Cristo chegou a libertação, como a maturidade sucede à adolescência, sem que haja mais nenhuma razão para permanecer submisso a esse pedagogo, nem prolongar essa escravidão.

Outra importante crítica de Paulo aos judaizantes é que, uma vez encerrando-se na lei, os inimigos de Paulo davam a ela um poder fascinante e misterioso, comparada à consciência mítica presente em muitos movimentos religiosos de seu tempo, transformando-a num poder asfixiante e retirando, do homem, a condição de liberdade, de ser mais, de co-participe da criação, cuja tarefa de fazedor e continuador da criação a ele foi confiada.

O homem entregue a esse mundo mau, cheio de anjos e demiurgos, renuncia sua capacidade criativa e submete-se à mitologização de tudo e de todos, tornando-se, ele e a natureza, um brinquedo na mão dos deuses: “Outrora, é verdade, não conhecendo Deus, servistes a deuses, que na realidade não o são” (Gl 1,4,8).

Dessa maneira, o mundo mítico, que é um mundo mau, que retira a possibilidade da liberdade humana, submete-o a um jugo de escravidão. O paralelo, assim, de “mundo mau” (Gl 1,4), com jugo de escravidão (Gl 5,1) é evidente.

5.4.3 O homem bíblico

Ao contrário da visão de mundo mítico, o que acontece com o mundo hebraico? A diferença para os israelitas está justamente na ideia de Deus como criador do mundo (Gn 1,1), e, portanto, como um Deus que está acima do mundo e cuja existência independe do cosmo. A marca de Israel é justamente adorar um Deus, independentemente da natureza, que está acima dos outros deuses. Esta percepção faz toda a diferença, pois ao contrário da visão mítica do mundo, Deus não se confunde com o mundo, nem se transforma nele. O mundo, ao contrário, é o lugar do homem. O homem não precisa se associar aos ritmos do cosmo, para

beber o sagrado. Deus, distinto do mundo, se manifesta nos acontecimentos da história.

Ora, na medida em que Deus não é o mundo, nem se transfigura nele, é permitido ao homem resguardar seu papel de construir a sua história e desenvolver suas potencialidades. A relação Deus-Homem já não é cósmica, mas dialógica no seio de uma historicidade em que o homem é responsável por um destino, mas em que é também interpelado pelo Profeta e pelo Evangelho.

Por fim, compreendemos a crítica de Paulo aos judaizantes, pois, amoldando-se à Lei, o Messias não passaria de um mero cumpridor da lei, e o que é mais grave, enredando-se na lei não teria o poder de nos comunicar a liberdade. O que Paulo estaria dizendo aos judaizantes é que estes não se encontravam muito distanciados das religiões de mistérios e suas superstições.

6 A LIBERDADE CRISTÃ.

Levando em conta que a partir do Capítulo 5, Paulo teria iniciado o segundo movimento da Epístola: o de abertura dos Capítulos 5 e 6, a pergunta a ser feita seria: O que, precisamente, nos levaria à afirmação de que Gl 5,1 teria aberto a segunda parte da Epístola concluindo, como tal, a primeira parte da Carta aos Gálatas e, concomitantemente, dando abertura aos dois capítulos finais?

Para nós está claro o grande tema que permeia os Capítulos 5 e 6: o tema da liberdade cristã.

Podemos, aliás, afirmar que entre os temas predominantes, nestes dois capítulos, encontram-se os temas da liberdade e da caridade. No recorte que segue, Paulo abriu solenemente o trecho (Gl 5,1), anunciando a origem da liberdade a que todo homem foi dotado:

Sua fonte é precisamente Cristo Jesus, graças a ele nós a possuímos. Esta declaração é feita seguida de uma advertência: A liberdade que agora tendes e que é verdadeira, deveis cultivá-la não vos expondo ao risco de perdê-la, pois a esta altura, uma volta à circuncisão seria renunciá-la. Diz Paulo: E daí? Pecamos, porque não estamos mais debaixo da lei, mas sob a graça? De modo algum! Não sabeis que, oferecendo-vos a alguém como escravos para obedecer, vos tornais escravos daquele a quem obedeceis? (Rm 6,15ss).

Paulo segue reiterando em Gl 5, 2-3, o peso, a intensidade de sua afirmação, prendendo ainda com mais força a atenção dos gálatas e despertando nestes, a gravidade do dilema a que foram expostos: ou Cristo ou a lei. Na verdade, podemos perceber em Gl 5,1-12 dois claros movimentos: a proclamação, o anúncio posto no v.1, ou seja, a liberdade e a chamada de atenção para os perigos em que

incorreriam os gálatas, caso renunciassem à liberdade. Isso tudo ele o faz por meio de expressões de confiança (v.1), de confronto (v.v. 7b. 8s), de investidas contra os adversários (v.10b. 12), de elementos de autodefesa (v.11b) e, até, do recurso da ironia (v.12).

Por outro lado, encontramos nesse capítulo entremeado por frases densas e cortantes, afirmações dogmáticas incisivas, polêmicas, surpreendentes, afáveis como toda a Carta. No fundo, Gl 5 poderia ser considerado uma micro-visão do que vem a ser toda a Epístola, com suas mais ricas e complexas expressões literárias e teológicas.

O que interessa, no entanto, é respondermos à principal questão sobre Gl 5,1, como tema de abertura dos dois capítulos finais de Gálatas. Para este fim, somos chamados a nos deter mais demoradamente em Gl 5,13, pois acreditamos que este versículo pode nos oferecer o suporte teórico da resolução da problemática ora levantada.

Gl 5,13 faz parte das, assim chamadas, exortações éticas. Depois de proclamada a condição de livres, o Apóstolo passaria a esclarecer a consistência de tal condição: “Vós, pois para a liberdade fostes chamados, irmãos. Somente não (se torne) a liberdade em oportunidade para a carne, mas mediante o amor, servir uns dos outros” (Gl 5,13). Antes de mais nada é importante notarmos que na estrutura literária da Carta ou, melhor dizendo, do Capítulo 5, o versículo 13 situa-se, num conjunto de 26 versículos, exatamente no centro do capítulo, o que lhe confere certa importância.

Outro aspecto e, este é o que nos interessa de perto, é a retomada do tema inicial em Gl 5,13, cujo tema é a “liberdade”. “O tom severo e até mesmo mordaz reaparece também nos versículos 13-15, ligados aos precedentes, inclusive pela temática. O v. 13 bate na mesma tecla da liberdade, já enunciada em 5,1 e confirmada com força dogmática e polêmica nos vv. 2-12.

Ora, ao divisarmos claramente o v. 13 como aquele que nos remete ao seu texto inicial, logicamente Gl 5,1 passaria a ter a importância de um versículo de abertura, visto que o v. 13 repete a temática de Gl 5,1 aprofundando-a, e não o inverso. Assim, o que tornaria possível a afirmação no v.13 de que somos “chamados à liberdade” seria a certeza de que “Cristo nos libertou verdadeiramente”. : A proclamação do v. 13 retoma a do v.1, mas apresenta a Liberdade como um apelo, uma vocação.

6.1 Justiça da lei ou da fé?

A partir de Gl 5,2-5 Paulo retomou ainda com mais vigor o tema da justificação, alertando os gálatas cristãos sobre as profundas implicações e riscos que representaria uma adesão de cristãos à lei. Para tanto, iniciou o v. 2 com um enfático pronome singular na primeira pessoa: “Eu, Paulo”, fazendo soar, desse modo, o peso da afirmação remetida claramente ao seu poder de autoridade apostólica, outorgada e confirmada diretamente por Cristo (Gl 5,1).

Ocorre que Paulo era movido, na sua dura crítica aos gálatas e aos judaizantes, não por meras questões casuísticas ou formais, mas por algo que definia suas próprias vidas de fé como cristãos, questão essa capaz de produzir efeitos que os empurravam para fora do processo de salvação. Quem como cristão entrar pela circuncisão no caminho da justiça da lei, não rejeita somente o auxílio de Cristo e se entrega à maldição, mas também se desliga de Cristo. Rompe com Cristo, sai de Cristo no qual se encontrava desde que foi batizado (3,27s).

Esse comentário é tanto mais verdadeiro quando observamos o peso do verbo empregado por Paulo: *katarguéo* (anular, aniquilar, abolir, fazer desaparecer). Portanto, o que estava em jogo era o próprio Cristo, como enviado de Deus, e a eficácia de sua missão redentora. Nesse sentido, Paulo usou duas categorias, que lhe foram recorrentes, para reforçar mais ainda a sua posição: a justiça na lei e a justiça que vem da fé, categorias importantes para a compreensão do universo teológico paulino, presentes na Carta aos Gálatas e, especialmente, na Carta aos Romanos.

Dessa forma, podemos afirmar, sem dúvida, que boa parte da controvérsia paulina com os judaizantes parece ter sido radicada em torno da compreensão do que vem a ser justiça de Deus, sobretudo quando vista sob uma perspectiva cristológica.

O substantivo *dikaiosyne* (justiça) encontra-se 49 vezes nas Cartas autenticamente Paulinas e 7 vezes no Evangelho de Mateus; o adjetivo *dikaios* respectivamente 10 vezes e 17 vezes. Tanto em Paulo como em Mateus, o conceito de justiça ganhou um sentido característico, de acordo com a teologia de cada um nos demais escritos do Novo Testamento (por exemplo, Lc/At 5 vezes o substantivo, 17 vezes o adjetivo; Hb 6 vezes o substantivo, 3 vezes o adjetivo).

6.2 Justiça de Deus

Sobre o conceito de justiça, que aparece com frequência nos escritos paulinos é importante assinalarmos, inicialmente, que o Apóstolo segue e aprofunda muito mais o entendimento do significado hebraico do que propriamente a sua forma grega. Justiça é idéia ou ideal em relação ao qual pode ser medido o indivíduo ou a ação individual. O uso inglês (e também português) contemporâneo reflete esta mentalidade antiga quando continua a usar expressões tais como: A justiça precisa ser feita.

Nessa linha, justiça de Deus seria o julgamento de Deus correspondente à ação praticada por cada indivíduo isoladamente. Tal concepção não ultrapassaria o sentido meramente jurídico ou forense de aplicar a justiça, exigir como direito, castigar, dar a cada um o que lhe é devido. Ao contrário, na concepção hebraica, se é possível anotar aqui ou acolá alguma influência do direito sobre o entendimento de justiça, ela é muito mais que isso. Para o pensamento hebraico, justiça “é um conceito mais relacional: justiça como o cumprimento de obrigações impostas ao indivíduo pela relação da qual faz parte”.

Justiça denota o cumprimento da parte de Deus das obrigações que se impôs a si mesmo ao criar a humanidade e particularmente ao chamar Abraão e escolher Israel como seu povo. Portanto, fundamental para esta concepção da justiça de Deus é o reconhecimento da iniciativa anterior de Deus, tanto na criação como na eleição.

Fica, pois, claro que com a concepção de liberdade paulina, devemos buscar ou compreender a concepção de justiça do Apóstolo, ligada profundamente à fé na aliança de Deus com Israel.

Desse modo, a justiça poderia ser compreendida a partir do relacionamento de amor e misericórdia com que Deus amou Israel, ainda que este viesse a fracassar na correspondência do gesto salvífico de Deus. Podemos assim compreender que tanto para os judeus, quanto para Paulo, Deus, ao fazer aliança com Israel e, para o Apóstolo, mais ainda com a humanidade, não condicionou a salvação ao comportamento deste ou daquele indivíduo, mas a estabeleceu por pura graça. Aliás, ao falar da justiça em Gálatas, Paulo não o faz sem antes relacioná-la à graça ao dizer que os judaizantes, na sua defesa das obras da lei, caíram fora da graça (Gl 5,4).

Até aqui, devemos ressaltar dois aspectos que nos parecem fundamentais para o entendimento de justiça: Paulo estaria em acordo com os judeus ao tratar a aliança como dom de Deus para o homem.

A teologia deuteronomista, no contexto de Dt 9, 1-8. 22-24 permite a conclusão de que os dons salvíficos de Deus, independentemente da justiça de Israel, são outorgados tão somente na base da justiça de Deus. Na teologia sacerdotal da expiação (Lv 16), é tornada possível à Israel, pela justiça de Deus, mesmo quando fracassar no cumprimento da vontade de Deus, uma vida diante de Deus. Is 53, vai mais longe e chega a pensar que alguém poderia sofrer, de modo vicário as conseqüências da infidelidade de Israel e com isso abrir para o povo um novo caminho para a vida. Paulo adiantou-se, ainda mais, ao dizer que a justiça de Deus realizava-se plenamente no ato redentor de Cristo, ao escrever:

Deus o expôs como instrumento de propiciação por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria assim manifestar sua justiça, pelo fato de ter deixado sem punição os pecados de outrora, no tempo da paciência de Deus; ele queria manifestar sua justiça no tempo presente para mostrar-se justo e para justificar aquele que apela para a fé em Jesus (Rm 3, 25-26).

Por outro lado, ao falar de justiça como fidelidade ao próprio desígnio salvador de Deus, temos que, em nada esta salvação dependeu do esforço de Israel. Nada houve que fizesse Israel merecer a sua escolha e eleição, mas tudo se deveu, primeiramente, à iniciativa de Deus, ao seu amor e ao juramento que fizera a seus pais, como tão insistentemente repete o livro do Deuteronômio (Dt 4,32-40; 6,10-12.20-23; 7, 6-8). Justiça era simplesmente o cumprimento da sua obrigação de aliança como Deus de Israel em libertar, salvar e vingar Israel, apesar de sua falta”.

Por tudo isso, mais do que um conceito puramente legal de justiça, falamos em justiça salvífica, dando a esta um caráter eminentemente relacional que paira acima das faltas deste ou daquele indivíduo. É interessante notarmos o mesmo entendimento presente na teologia de Qumrã cuja visão certamente seria confirmada por Paulo:

Quanto a mim, se tropeçar, as misericórdias de Deus serão minha eterna salvação. Se vacilar por causa do pecado da carne, minha justificação (MSHPTI) será pela justiça de Deus que permanece para sempre. Ele me aproximará pela sua graça e pela misericórdia trará a minha justificação (MSHPTI). Ele me julgará na justiça da sua verdade e na grandeza da sua bondade perdoará (YKIPPER) todos os meus pecados. Pela sua justiça ele me lavará de toda a impureza do homem e dos pecados dos filhos dos homens (Vermes).

Portanto, podemos vislumbrar três elementos no conceito de justiça de Deus, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento: dom, promessa e fidelidade, que no Apóstolo Paulo assume um viés marcadamente cristológico, pois para Paulo, Deus é justo, mas também é aquele que justifica todos os que têm fé em Cristo Jesus (Rm 3,26). Vemos, portanto, o Apóstolo partir do conceito de justiça como cumprimento da lei (Rm 2,13), para em seguida, aprofundar e romper com esta visão, ao elaborar a antítese obras da lei-fé em Jesus Cristo (Gl 2,16; Rm 3,20. 21- 24).

A justiça de Deus, revelada no Evangelho, efetua assim o perdão dos pecados, a paz com Deus, a reconciliação; ela mostra ser idêntica ao seu 'amor', mediado e experimentado por obra do Espírito Santo que é dado à quem crê (Rm 5,5) e esta justiça de Deus leva finalmente ao domínio universal da 'graça', destruindo o mortal império do pecado (5,21).

Com isto, os que crêem são chamados a seguir a justiça, em sua vida, serviço este em que se manifesta e se comprova a 'liberdade' alcançada em Cristo (6,18- 20). A atuação da justiça divina em Jesus Cristo funda assim, para os que crêem, uma ética da obediência, que se expressa de maneira abrangente pelo 'oferecimento de seus corpos' (12,1-2) e pelo mandamento do amor ao próximo (13,8-10).

6.3 A justificação sob a ótica paulina

A esta altura é importante ressaltarmos, com relação aos elementos postos sobre o significado de justiça de Deus, alguns aspectos muito importantes: Paulo seguiu de perto a doutrina da justificação veterotestamentária, para a qual,

justificação é uma prerrogativa eminentemente divina. Só Deus poderia justificar, porque somente Ele consiste na verdade. Segundo o Apóstolo: “Deus é veraz enquanto todo homem é mentiroso” (Rm 3,4) e, ainda, citando a LXX (Sl 50,6): “para que sejas justificado nas tuas palavras e triunfes quando fores julgado”.

A condição de justo, do homem, vem de Deus. O seu direito é o direito de Deus. Em litígio contra Deus, o homem só encontra seu direito, se vier da parte de Deus; para isso ele tem de reconhecer o direito de Deus, a prova de sua verdade. É esta a afirmação básica da doutrina da justificação no Antigo Testamento.

Existem outros momentos, nos quais percebemos a compreensão do Antigo Testamento na teologia paulina, quando para afirmar que “não há justo, nenhum sequer”. Paulo cita o Sl 14,1 ao lado de Rm 3,10. E, da mesma forma, Rm 3,20 que é acompanhado do Sl 143,2. Em síntese, Paulo está de acordo com a religião de seus pais, quando a acolhe como religião da graça. No entanto, dá um passo mais adiante, como foi dito, ao aprofundar a teologia da justificação, sob uma perspectiva cristológica.

6.3.1 Justificação e batismo

Além da influência da herança judaica, por meio da qual Paulo foi inspirado nos fundamentos de sua teologia da justificação, o Apóstolo também se inspirou na compreensão de justificação professada pela Igreja primitiva presente, especialmente, na teologia do batismo. Nela, a justificação é vista como a graça de Deus ao pecador, dada mediante o batismo, por meio do perdão dos pecados. Em 1Cor 6,11 Paulo disse que “fomos lavados e justificados em nome de Cristo Jesus”.

Justificação (ser tornado justo) é o dom de Deus ao pecador; esse dom é dado no batismo, isto é, baseia-se na relação com Jesus Cristo, e é operado pelo Espírito Santo.

A Carta aos Romanos como aquela na qual aparece a ligação feita pela tradição cristã anterior a Paulo, entre justificação e batismo: justificação é a libertação do domínio do pecado; seu fundamento é Jesus Cristo, isto é, sua morte e ressurreição. E, por conseguinte, o batismo como assimilação sacramental à sua morte (6,5).

Na interpretação cristã antiga, a base da justificação está no sacrifício redentor de Cristo. Na morte vicária de Cristo fomos justificados e tivemos acesso à graça. A justiça dada por Deus, que opera como perdão dos pecados, tem sua base na morte de Cristo, caracterizada pela palavra expiação, que vem do contexto cultual do Antigo Testamento (Lv 16,14-15; cf Hb 2, 17; 9,5). É sob esta ótica que Paulo se expressou ao dizer: “Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé” (Rm 3,25).

6.3.2 Justificação em Gálatas

O tema da justificação que aparece em Gl 5,4-6 surge pela primeira vez no Capítulo 2, no contexto da Assembleia de Jerusalém, marcadamente tensa na qual Paulo chamou seus inimigos de falsos e intrusos espiões (Gl 2,4). É nesse momento que o Apóstolo resumiu o seu pensamento, ao afirmar: “sabemos, entretanto que o homem não se justifica pelas obras da lei, mas pela fé em Jesus Cristo” (Gl 2,16).

Outro dado a ser observado no Capítulo 2 é que, em apenas um único versículo, (v. 16) o Apóstolo repete, por quatro vezes, o verbo justificar, afirmando acirradamente a sua posição diante dos inimigos, o que se explica pela situação de conflito e provocação daquele momento.

O fato é que toda vez que Paulo, na Carta aos Gálatas, sai em defesa da doutrina da justificação, esta é posta como antítese em relação às obras da lei, colocando-se assim o centro da discussão na lei mosaica. Podemos resumir a questão na pergunta: os cristãos são obrigados, pela sua fé, a validar a lei mosaica e, por conseguinte, estão obrigados a cumpri-la? Dizendo de outro modo: como cristão, para ser considerado ou reconhecido membro da comunidade dos fiéis seguidores de Jesus, é preciso observar a Torá, tornando-se antes judeu, para ser justificado e adquirir a salvação? Esta é a questão que marca e envolve o debate de Paulo com os judaizantes, cujo foco é o tema da justificação.

A pergunta feita anteriormente revela o conteúdo em torno do qual desenrolou-se a discussão da justificação na Carta aos Gálatas. Os judaizantes ligam a observância da lei como caminho para se obter a salvação e, nesta defesa, por parte dos judeu-cristãos, toda a lei mosaica, especialmente o mandamento da circuncisão, revestia-se de grande importância. Embora alguns críticos modernos coloquem que a circuncisão, em Gálatas, não teria status de caminho de salvação, mas apenas de perfeição cristã, a verdade é que a maioria compreende de fato, aquilo que se observa em Gálatas: a necessidade da lei mosaica, especialmente, da circuncisão, como atestado de pertença ao povo eleito. Assim é que compreenderam os leitores antigos dessa carta, tanto latinos quanto gregos.

Paulo disse com veemência e sem medo, que alguns procuravam corromper o Evangelho de Cristo (Gl 1,7), que se apoiavam e mantinham sua fé não no

Espírito, mas nas obras da lei (Gl 3,2) obrigando os gálatas a seguirem o judaísmo (Gl 6,12). Aceitando o discurso dos judaizantes, estavam os gálatas retrocedendo no caminho da maturidade da fé como cristãos (Gl 4,8).

Verdade é que os gálatas pensam poder conservar a sua fé em Cristo, mas Paulo demonstra que a sua atitude implica - sem que eles o percebam - em que Cristo deixa de ser, para eles, o único redentor, o único por meio do qual o homem seja ele gentio ou judeu, pode ser salvo (At. 4,12).

Daí o questionamento do Apóstolo: Se vocês receberam o Evangelho como dom do Espírito, na gratuidade de Deus, por que desejam voltar às obras da lei? Obras da lei que, na Carta aos Gálatas, é sempre oportuno repetirmos, significa procurar no velho caminho da lei mosaica, o caminho da salvação, desconsiderando o novo caminho da salvação em Jesus Cristo.

No que diz respeito aos gentios, este é o sentido típico de obras da lei, já que também é tipicamente paulina a relação estabelecida entre obras e lei; somente em Gálatas a expressão se repete por seis vezes. Isto aponta para o fato de que, a lei que deveria ser a expressão do amor de Deus misericordioso na aliança tornou-se, para os judaizantes, a própria aliança, e como sabemos, a lei era um aspecto da aliança. A lei passou a significar um instrumento atuante no processo de amadurecimento histórico da salvação.

A esta defesa dos judaizantes, privilegiando as obras da lei como caminho excelente de salvação, deixando de lado os gentios, Paulo respondeu com a justificação pela fé em Jesus Cristo. Primeiro, recordando que, verdadeiramente, é o caminho da fé a justificação de todo homem. Assim foi com Abraão (Gn 15,6). Paulo cita Hababuc, ao dizer: “o justo viverá por sua fidelidade” (Hb 2,4b), fazendo da fé o fundamento escriturístico de sua doutrina da justificação.

Em segundo lugar, esta fé é a fé no filho de Deus que pela redenção, realiza plenamente a promessa do Pai, tornando-se o único caminho através do qual devemos ser salvos.

Paulo deixou claro que, ao se enredarem nas obras da lei, os judaizantes, para dizer o mínimo, relativizavam o papel de Cristo na história da salvação, coisa que para um cristão representaria uma contradição de per si, pois Cristo, neste modo de entender, não teria passado de um mero cumpridor da lei; daí compreendermos toda a força e o peso da sua antítese fé em Cristo – obras da lei.

Ainda, o Apóstolo ligou, claramente, a fé ao ato redentor de Cristo, como ato salvífico do Pai para a humanidade. A fé em Cristo Jesus seria a fé no Deus que salva. Esta verdade, para Paulo, significava a base da justificação.

A razão disso é o modo como ele entende a Deus, indissoluvelmente ligado à sua fé em Jesus Cristo. Em Jesus Cristo, Deus se revelou como o Deus que se mantém fiel às promessas feitas aos patriarcas e, na soberania que lhe compete como Deus único de judeus e gentio (Rm 3,29s), as torna realidade, desde já e ‘sem a lei’ (Rm 3,21), isto é, livre da estreita interpretação judaica da lei, que antes impede a vontade salvífica universal de Deus do que a medeia, pondo-se à sua disposição.

É importante ressaltarmos, na complexa discussão do sentido da lei em Paulo que, de um modo geral, o Apóstolo não a rejeitou completamente, tendo sob certo aspecto, uma acolhida para com a lei. Em sua afirmação: “toda a lei está contida numa só palavra; amarás a teu próximo como a ti mesmo” (Gl 5, 14). Em Romanos, afirmou o seguinte: “de fato, os preceitos: não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e todos os outros se resumem nessa sentença: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Rm 13,9). Na verdade, Paulo considera a Lei desnecessária na admissão dos gentios ao cristianismo, o que significa dizer que a justificação não se dá pelas obras.

Assim, sempre que Paulo se contrapõe aos missionários cristãos com o discurso sobre as obras da lei, não pretende condenar o judaísmo, mas refutar a opinião de que os gentios devem aceitar a lei como condição ou como exigência básica para a sua entrada no cristianismo. O argumento de Paulo não é em favor da fé nem contra as obras propriamente. É muito mais particular: é contrária a que se exija dos gentios a observância da lei mosaica para poderem ser verdadeiros filhos de Abraão.

A tese paulina relativa à escravidão, sob a lei, não se pode compreender, senão em razão de sua descoberta do Cristo, único salvador, e da urgência da missão: seria errôneo utilizá-la sem matizes, a fim de prestar contas da experiência religiosa do judaísmo.

6.3.3 Justificação e liberdade

Outra ideia que aparece em Gálatas, defendida pelo Apóstolo com muita paixão, é a dimensão da justificação como liberdade, que segundo Paulo, é estendida aos pagãos. Pelo sacrifício redentor de Cristo, aqueles que estavam longe sem Deus, seriam incorporados ao povo de Deus e, passariam a ter acesso, pela justificação, à liberdade dos filhos de Deus. A posição dos judaizantes era excludente, porque com a defesa das obras da lei, deixavam de fora aqueles que não as praticavam.

O seu senhor, ao contrário dos fariseus, dos zelotes e da comunidade de Qumrã, não quis tornar as pessoas mais piedosas: ele foi ao encontro dos publicanos e pecadores isto é do mundo sem Deus. Os piedosos em geral ficaram contra ele e, se é verdade o que narram os evangelhos, acabaram por levá-lo à cruz.

Isto, com certeza, é válido para Paulo, na medida em que este levou o Evangelho ao encontro dos sem lei, dos afastados do povo de Deus. Nesse sentido, com a sua doutrina da justificação, Paulo acabou produzindo uma teologia de inclusão, pois o Deus de Paulo, Pai de Jesus Cristo tornou-se o “Deus dos que estão longe de Deus”. devemos compreender que a morte e a ressurreição de um escravo sobre a cruz (Fl 2,8) representa a morte e a ressurreição de todo escravo, de todo aquele que vive sob o peso asfixiante de alguma forma de escravidão, seja espiritual, social, política ou econômica.

Assim, na cruz de Cristo, todos, especialmente os pecadores, são arrancados do domínio da escravidão para viver o dom da verdadeira liberdade.

Dessa maneira, Paulo intuiu que a morte de Cristo na cruz implica na ação de Deus, cuja justiça se dá em favor dos deserdados, dos afastados de Deus. A cruz de Cristo é a aniquilação de toda forma de separação e exclusão. A doutrina de Paulo sobre a cruz é, portanto, doutrina da justiça e parcialidade de Deus para com os oprimidos.

6.3.3.1 Da carne à liberdade

Depois de lembrar aos irmãos o chamado de Deus à liberdade (Gl 5,13a), retomando Gl 5,1, o Apóstolo seguiu desenvolvendo e aprofundando a temática da liberdade em Gl 5,13b, na medida em que, lançando mão da partícula negativa “não”, opôs liberdade à carne, aproximando-a da caridade.

Vimos, anteriormente, que a liberdade flui como um dom de Deus, que para nós foi concedido no ato salvífico e amoroso de Cristo. Ora, se a liberdade é, em última instância, um ato de amor do filho para conosco, acreditamos que não haja outro meio de se viver a verdadeira liberdade, senão como um dom. A resposta de todo homem livre deve ser amorosa e fraterna, como o foi a do Filho ao Pai, e deste para com a humanidade. É por isso, que tratando do tema liberdade, Paulo, nos lembra que o coração da lei é o mandamento do amor: “pois toda lei está contida numa só palavra: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Gl 5,14). Nesse sentido, a raiz da liberdade verdadeira se encontraria no amor, ou dizendo de outro modo, o exercício da liberdade paulina tenderia sempre a desembocar no amor e no serviço.

Podemos compreender então que, para o Apóstolo, a vivência da liberdade-caridade consiste no apelo constante de superação das obras da carne, no sentido de fragilidade, de debilidade do homem e, sobretudo, a sua estreita solidariedade com o pecado, ou seja, “comportamo-nos no mundo, e mais particularmente em relação a vós, com a simplicidade e a pureza que vem de Deus, não com a sabedoria carnal, mas pela graça de Deus” (2 Cor 1,12). É nesse sentido que, Paulo usando uma forma antitética, convocou, na sua Carta aos Romanos, os cristãos a usarem seus membros não a serviço da escravidão, mas a serviço da justiça, para a santificação (Rm 6,19).

6.3.3.2 Da liberdade como servidão

É importante notarmos que Paulo acabou produzindo no Capítulo 5 um desenvolvimento teológico, especificamente no que diz respeito ao substantivo escravo. Em Gl 5,1 o substantivo escravidão aparece em flagrante antítese com o substantivo liberdade. Nesse contexto, a servidão é posta como um elemento extremamente negativo, pois significa a servidão das obras da lei, renunciando, ao mesmo tempo, a liberdade dada por Cristo. Liberdade e servidão não se tocam; servir a uma é renunciar à outra.

Em Gl 5,13b vemos, ao contrário, Paulo de forma paradoxal, fazendo uma aproximação entre o substantivo liberdade e o verbo servir, no imperativo, que passa a ter um significado positivo. A servidão não é uma resposta afirmativa à carne, mas é, sobretudo, estar a serviço uns dos outros. Aliás, não nos esqueçamos que, logo no princípio da Carta, Paulo apresentou-se como escravo, servo de Cristo

(Gl 1,10). Ademais, como recorda Cothenet (1984), Paulo tinha em mente o significado do verbo *abad* do Antigo Testamento, que significa servir.

Em suas palavras: a noção de serviço conota tanto a dependência absoluta em relação ao Senhor, quanto à obrigação de consagrar toda a sua atividade a seu serviço.

6.3.3.3 Da liberdade como fruto do espírito

No desenvolvimento que se segue, especificamente na perícope de Gl 5,16-25, o tema dominante é de que maneira deveríamos nos deixar conduzir pelo Espírito. Como nos tópicos precedentes, o vemos intimamente ligado à Gl 5,1 agora sob o enfoque Espírito- liberdade.

De qualquer modo, Paulo continuou aprofundando o dom da liberdade por ele proclamada no início do capítulo. Sua tentativa foi a de responder o que seria, propriamente, viver na liberdade dada pelo Espírito.

Antes de tudo, Paulo compreendia o seu Evangelho como Evangelho da Liberdade, sendo que a presença do Espírito atestaria esse dom recebido, pois segundo o Apóstolo: “o Senhor é o Espírito e, onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade” (2Cor. 3,17). Por isso mesmo, Paulo insistiu junto aos gálatas, que a liberdade adquirida não se daria mediante a letra da lei, mas pela experiência no Espírito, que os havia arrancado da escravidão para conduzi-los à graça. Acrescenta o Apóstolo: “e porque sois filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: *Abba, Pai!*”(Gl 4,6).

Portanto, uma vez dotados do Espírito, os gálatas deveriam viver sua conduta pautada pelo Espírito. No Espírito, eles são filhos de Deus e, assim os verdadeiros herdeiros (Gl 4,6s, 3,26); no Espírito aguardam o produto da esperança da justiça (Gl 5,5) e, por viverem no Espírito, eles também andam no Espírito e realizam os frutos do Espírito (Gl 5, 22).

Em Gl 5,19-23, o Apóstolo passou a definir, por meio de uma lista de vícios e virtudes, o que seria concretamente viver uma vida segundo a liberdade no Espírito, e o que seria levar uma conduta sem a presença do Espírito. Se bem notarmos, Paulo tentou explicar de maneira diversa o significado de viver, na prática, o resumo da grande lei, da lei do amor. Devemos atentar para o fato de que a maioria dirige-se contra a comunidade. Com isso, o Apóstolo queria, talvez afirmar que somente na comunidade seria possível comprovar a vida autêntica da verdadeira fé e liberdade.

A seguir, Paulo passou a descrever o que seria o fruto do Espírito: “amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio” (Gl 5,22). Essa seria a nova lei, aquela que passaria a reger toda a comunidade dos fiéis, aquela que não aponta para um catálogo ou manual de erros e acertos, mas que exige dos fiéis uma resposta criativa e responsável para se viver a liberdade no meio dos irmãos. Disso resultaria o seguinte: se o Espírito é liberdade e os seus frutos são estes mencionados pelo Apóstolo, conclui-se, evidentemente, que o critério para que se pudesse dizer que o fiel e, por conseguinte, a comunidade, viviam a verdadeira liberdade seria, sem dúvida, o esforço de viver o amor, a alegria, a paz e todos os frutos advindos do Espírito.

Sem dúvida, a linha argumentativa de Paulo para com os gálatas foi a de recordar-lhes que a liberdade ora possuída por eles era fruto da experiência do

Espírito. O Espírito era o responsável por torná-los filhos da liberdade, de modo que tudo dependeria de conseguir a liberdade fundamentada no evento crístico, oferecida na doação pneumática e corroborada pela escritura, e não convertida em seu contrário pela observação da Torá.

O Espírito seria contrário à lei, porque teria possibilitado aos gálatas, mediante afé, serem alcançados pela salvação. No Espírito, os gálatas que antes eram mantidos distantes da salvação e longe do número dos eleitos, poderiam participar, igualmente, da grande família dos filhos de Deus.

As múltiplas chamadas da crítica paulina à lei em Gl recebem sua unidade e marca decisivas apenas da pneumatologia! Pelo dom do espírito torna-se desnecessária e, ao mesmo tempo, impossível a submissão à lei (Gl 5,18). Visto que os cristãos não receberam o decisivo dom da salvação do espírito pelas obras da lei, mas tão somente pela mensagem da fé (Gl 3,2. 5), deixam de fazer sentido a circuncisão e a observância do calendário, pois estas convertem, novamente, em seu contrário, a liberdade conferida no pneuma.

6.3.3.4 Liberdade e lei de Cristo

No Capítulo 6, Paulo seguiu aprofundando o sentido de liberdade posto em Gl 5,13 no qual a liberdade é estar a serviço uns dos outros. Por mais de uma vez, o Apóstolo disse que o cristão livre é aquele que a exemplo de seu Mestre, faz da sua vida um caminho de solidariedade e serviço. Nesse capítulo, Paulo reforçou ainda mais que o exercício da liberdade desabrocha na ajuda mútua.

Por meio de exortações como: “carregai o peso uns dos outros” (Gl 6,2), da exortação para que “aquele que está sendo instruído na palavra partilhe

seus bens com aquele que o instrui” (Gl 6,6), do conselho para que não desanimemos na prática do bem (Gl 6,9), ou mesmo, do bem que devemos ter “para com todos” (Gl 6,10), o Apóstolo insiste em que a liberdade não implica na busca dos próprios interesses, mas, necessariamente, em testemunhar o amor de Cristo no meio da comunidade humana (Rm 12,17).

Paulo que até agora tinha dado à lei um sentido negativo e que tanto a combatera, passa a usar a expressão “lei de Cristo”. Evidentemente, o Apóstolo compreendeu, nessa expressão, a lei não como uma lista de preceitos, como havia se transformado a lei mosaica para os judaizantes, mas como o ideal de amor vivido e proposto por Jesus, sintetizado na crucificação e na ressurreição.

Mais ainda, a liberdade alcançada por essa nova criatura seria estendida não a um indivíduo ou a um pequeno grupo, mas a todo aquele que, pela fé, participasse da vida em Cristo, tanto no sofrimento, quanto na alegria. Por isso, como resposta aos judaizantes, Paulo não poderia encerrar sua Carta com frase mais certa e completa: “Ademais, nem a circuncisão é alguma coisa, nem a incircuncisão, mas a nova criatura” (Gl 6.15)

7 CONCLUSÃO

7.1 Lições e provocações de Gálatas

Há uma importante lição, profundamente atual, no discurso teológico de Paulo presente na Carta aos Gálatas, sobretudo no que tange à liturgia, ou seja, ao nosso modo de celebrar a fé.

Acreditamos que Paulo não teve a pretensão de desenvolver ou enquadrar o comportamento dos fiéis, muito menos impor um sistema novo a fim de ordenar aos neo-convertidos regras de como viver a fé, além de algumas orientações gerais. Não teve também a intenção de criar qualquer código disciplinar, tampouco inventar uma cartilha de como deveria agir o novo crente. Ao contrário, esperava que cada comunidade encontrasse a forma de viver criativamente o Evangelho, fundado, sobretudo, na lei maior do amor.

A questão que se coloca é se, por medo do relativismo e de outros males advindos da modernidade, não impedimos o florescimento da criatividade nas nossas celebrações? Não engessamos nossa vida de fé num formalismo religioso maior talvez, do que aquele que o Apóstolo combateu em sua Carta, quando introduzimos em nossos documentos pequenas e incontáveis regras litúrgicas, e até mesmo o modo de como os cristãos devem se aproximar da Eucaristia? Não acabamos por suprimir um culto alegre e sincero que expresse honestamente o sentido maior de estarmos reunidos? Quando determinamos que até mesmo a indicação de um ministro da eucaristia deve passar pelo crivo do bispo local, não anulamos a capacidade da Assembleia de viver maduramente a fé e de tomar decisões?

7.2 Liberdade e modernidade

Outra importante discussão encontra-se exatamente no sentido do que representa a verdadeira liberdade. Como notamos repetidamente na Carta aos Gálatas, a liberdade é, antes de tudo, um dom que nos leva, pelo Espírito, a reconhecer a condição de filhos de Deus revelada no amor e na entrega livre e obediente do Filho na cruz. A marca dessa liberdade é, portanto, a vivência autêntica do serviço mútuo na comunidade. Ser livre, nesse caso não é fazer o que queremos, mas colocar-nos constantemente na defesa da vida e da esperança. É promover o bem superando toda forma de egoísmo.

Por isso perguntamos: Esse sentido paulino de liberdade não escapa ou é ignorado pelo homem do nosso tempo? Não promovemos uma concepção excessivamente individualista de liberdade? Desconhecendo a liberdade como dom do alto, não abrimos espaço para toda forma de auto-suficiência, de autoritarismos e de exagerada confiança na força do homem? Acaso estaríamos sendo anacrônicos ao afirmar que o entendimento de liberdade para o homem de hoje está indissociavelmente ligado ao seu poder econômico, imaginando que, quanto mais temos, mais livre somos?

7.3 A lei

Na defesa da fé em Jesus Cristo contra o discurso dos judaizantes, Paulo acabou criando uma teologia libertadora. Os gentios, que para o Apóstolo não precisavam se judaizar, foram alcançados pela salvação na medida em que passaram a acreditar em Jesus Cristo e na sua eficácia redentora realizada na cruz.

Os judaizantes, ao contrário, ainda que cristãos, colocavam a Lei como pedra de toque de salvação, como conjunto de normas irrefutáveis que deveria guiar todo homem. Faziam da Lei a esperança última e única de salvação para toda criatura humana.

Paulo desconfiava da Lei como princípio básico e universalmente válido para tudo e todos. Tal postura dialética do Apóstolo não deveria ser um princípio válido com relação a toda espécie de lei? Especialmente àquelas tradicionalmente sedimentadas e que não mais contribuem ao desenvolvimento humano? Esse posicionamento paulino não seria extremamente atual na medida em que acabou lançando, por exemplo, um dramático questionamento ao estado moderno burocrático que acaba criando uma intrincada teia de leis, códigos, expulsando para longe os pobres, os novos gentios, que não têm como ter acesso aos seus “serviços”? Essa provocação paulina não poderia ser dirigida especialmente ao Poder Judiciário, tenha este um toque religioso ou não, que no dito Estado democrático de direito legisla para os fortes em detrimento dos pequenos? Não teria se tornado o Estado moderno e sua máquina de fazer leis um Estado de exclusão?

7.4 Ecumenismo

Na crítica de Paulo aos judaizantes, em nenhum momento o Apóstolo se erigiu em julgador do judaísmo, tampouco teve a pretensão de revisar a religião de seus pais. Como fizemos questão de sublinhar, Paulo carregou grande parte de sua herança judaica, especialmente seu jeito de argumentar. Toda a mudança nele ocorrida só se deu em razão do seu encontro com o ressuscitado em Damasco.

Nesse sentido é sempre importante repetirmos que a discussão travada por Paulo na Carta aos Gálatas teve a intenção de direcionar-se de cristãos para cristãos e não de um cristão tentando desqualificar uma religião.

Sendo assim, nos perguntamos: Nesse momento em que Ocidente e Oriente são varridos por uma onda violenta de todo tipo de proselitismo, Paulo não nos teria ensinado, a partir de Gálatas, o valor fundamental da tolerância? Quando em nome de uma religião somos até capazes de destroçar milhares de vidas inocentes, Paulo não teria provocado ao apresentar a imagem de um Cristo que está em todos e que em vez de Senhor é servidor? Retomando e proclamando ainda com mais força a centralidade do amor no coração de todo aquele que crê não estaria o Apóstolo questionando profundamente a raivosa intolerância de algumas religiões do mundo de hoje? A universalidade da salvação defendida por Paulo não seria, por si só, uma crítica radical a toda forma de sectarismo?

7.5 Sobre o sentido da fé

Na Carta aos Gálatas, Paulo defendeu incansavelmente a fé no Deus de Jesus Cristo como elemento central da vida do cristão e, porque não dizer, da vida de todo homem. Nesse contexto, a fé representaria, de fato, a única e verdadeira dimensão capaz de provocar uma autêntica e radical mudança no coração do homem, lançando-o num contínuo processo de conversão e santificação. Isso significa dizermos que toda a atividade humana, política, social, econômica deveria se deixar iluminar pela fé no Deus de Jesus Cristo, Deus que revela na aliança seu amor incomensurável e sua misericórdia infinita, a partir da cruz de Cristo.

Contudo, a grande questão a ser posta é: Uma vez privatizando a fé, encarando-a como uma questão meramente individualista, especialmente depois da revolução francesa, a modernidade e, a pós-modernidade não teriam incorrido numa auto-ilusão, imaginando que o tecno-cientificismo nos salvaria de todos os nossos males? Não seria esta a raiz da crise do mundo contemporâneo, ao imaginar que a vida, sem a dimensão da fé, poderia ser tão somente fruto da construção humana? Nesse caso, a grande e mordente indagação feita pelo Apóstolo era: teria o homem do nosso tempo compreendido em profundidade a fé no Deus de Jesus Cristo ao acusar que esta mesma fé retira-lhe a liberdade de viver, aprisionando-lhe a capacidade de vir a ser? Não seria justamente o oposto? A presença da divindade teria a capacidade de nos garantir uma vida livre?

7.6 Porque os cristãos não guardam a lei

1o – A lei de Moisés foi dada aos filhos de Israel (Êx.19,3,6). Nós, cristãos gentios, não somos filhos da nação Israel.

2o – Jesus cumpriu a lei cerimonial. Tal cumprimento significa não apenas sua obediência, mas a satisfação das exigências da lei cerimonial através da obra de Cristo.

Precisamos entender que os mandamentos da lei mosaica se dividem em vários tipos. Vamos, basicamente, dividi-los em mandamentos morais, civis e cerimoniais: Os mandamentos morais dizem respeito ao tratamento para com o

próximo: Não matarás; Não adulterarás; Não furtarás etc. Tais ordenanças estão vinculadas à palavra amor.

Os mandamentos civis são aqueles que regulamentavam a vida social do israelita. São regras diversas que se aplicam às relações da sociedade. Um bom exemplo é o regulamento da escravidão.

Os mandamentos cerimoniais são aqueles que se referem estritamente às questões religiosas. São as ordenanças que descrevem os rituais judaicos.

A classificação de um mandamento dentro desses tipos nem sempre é fácil. Algumas vezes, uma lei pode pertencer a dois desses grupos ao mesmo tempo, já que a questão religiosa está por trás de tudo. A sociedade israelita era essencialmente religiosa. O Estado e o sacerdócio nem sempre se encontravam separados. Contudo, tal proposta de classificação já serve para o nosso objetivo.

A lei moral se resume no amor a Deus e ao próximo, como é dito em Gálatas 5.14 “Porque toda a lei se cumpre em um só preceito, a saber: Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Os princípios morais permanecem válidos no Novo Testamento. Hoje, não matamos o próximo, mas não por causa da lei de Moisés e sim por causa da lei de Cristo (Gálatas 6.2) “Levai as cargas uns dos outros e, assim, cumprireis a lei de Cristo” à qual os gálatas deviam obedecer. A lei de Cristo é a lei do amor a Deus e ao próximo.

As leis civis do povo de Israel não se aplicam a nós. Além dos motivos já expostos, nossas circunstâncias são bastante diferentes e temos nossas próprias leis civis para observar. O cristão deve obedecer as leis estabelecidas pelas autoridades humanas enquanto essas leis não estiverem ordenando transgressão da vontade de Deus (Rm.13.1) “Todo homem esteja sujeito às autoridades

superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas”.

As leis cerimoniais judaicas foram abolidas por Cristo na cruz (o significado de cada uma delas se cumpriu em Cristo). Por esse motivo, mesmo os judeus que se convertem hoje ao cristianismo estão dispensados da lei cerimonial judaica. Por isso, não fazemos sacrifícios de animais, não guardamos o sábado, não celebramos as festas judaicas, etc.

Se alguém quiser observar algum costume judaico, isso não constituirá problema, desde que a pessoa não veja nisso uma condição para a salvação e nem prometa através destas coisas tornar alguém mais espiritual. (Rm 14. -8) “Acolhei ao que é débil na fé, não, porém, para discutir opiniões. Um crê que de tudo pode comer, mas o débil come legumes; quem come não despreze o que não come; e o que não come não julgue o que come, porque Deus o acolheu. Quem és tu que julgas o servo alheio? Para o seu próprio senhor está em pé ou cai; mas estará em pé, porque o Senhor é poderoso para o sustentar. Um faz diferença entre dia e dia; outro julga iguais todos os dias. Cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente.

Quem distingue entre dia e dia para o Senhor o faz; e quem come para o Senhor come, porque dá graças a Deus; e quem não come para o Senhor não come e dá graças a Deus. Porque nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si. Porque, se vivemos, para o Senhor vivemos; se morremos, para o Senhor morremos. Quer, pois, vivamos ou morramos, somos do Senhor.

O problema é justamente a conotação dada a essas festas e aos costumes judaicos por pessoas de movimentos judaizantes. Por exemplo, dizem que se não celebrarmos as festas estaremos sendo devedores ao Senhor e que celebrar seria

repreender o “espírito de Roma” da Igreja, que o Evangelho estaria de volta a Jerusalém, etc.

Celebrar uma festa judaica na igreja como representação simbólica do período vetero-testamentário nada tem de mais, no entanto, colocar isso como obediência de mandamento é certamente abandonar a graça de Deus e voltar a Lei.

Já há gente se vestindo de pano de saco e banhando-se de cinzas para mostrar arrependimento. Em certos ambientes, para se aproximar do púlpito é preciso que os crentes tirem os calçados, pois estariam pisando em “lugar santo”. Com isso, a obra de Cristo estará sendo colocada em segundo plano, como algo incompleto e insuficiente, como fica claro em Gálatas 5.4-6 “De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei; da graça decaístes. Porque nós, pelo Espírito, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé. Porque, em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão têm valor algum, mas a fé que atua pelo amor”.

“Além de tudo isso, é bom que citeemos as palavras de Paulo:”... Não estais debaixo da lei mas debaixo da graça.” (Rm.6.14). “ Quando Paulo declara que o evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crer. Isso significa que, não fosse o poder de Deus conferido a traves do evangelho, ninguém teria forças, em si mesmo, para voltar-se para Deus”.¹⁰

A rejudaização do evangelho tem um lado comercial e outro teológico. "O comercial se vê nas propagandas para visita à "Terra Santa". O judaísmo girava ao redor de três grandes verdades: um povo, uma terra e um Deus. No cristianismo há um povo, mas não mais como etnia. A Igreja é o novo povo de Deus, herdeira e sucessora de Israel, composta de "homens de toda tribo, e língua e povo e nação"

¹⁰ LUTERO, Martinho. Nascido Escravo. São Jose dos Campos: Fiel, 2009. Pg19

(E cantavam um novo cântico, dizendo: Digno é de tomar o livro, e de abrir os seus selos, porque foste morto, e com o teu sangue compraste para Deus homens de toda a tribo, e língua, e povo, e nação Ap 5.9).

Há também um Deus, que se revelou em Jesus Cristo, sua palavra final (“Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falo-nos nestes últimos dias pelo filho, a quem constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo Hb 1.1-2”). Mas não há uma terra santa. No cristianismo não há lugares e objetos santos. O prédio onde a Igreja se reúne e que alguns chamam, na linguagem do Antigo Testamento, de "santuário", não é santuário nem morada de Deus. É salão de cultos.

O Eterno não mora em prédios, mas em pessoas. Elas são o santuário (At 17.24, 1Co 3.16, 6.19 e Hb 3.6). Deus não está mais perto de alguém em Jerusalém que na floresta amazônica, nos condomínios, favelas e cortiços das grandes cidades. No cristianismo, santo não é o lugar. São as pessoas. Não é o chão. É o crente. E Deus pode ser encontrado em qualquer lugar. Não temos terra santa, e sim gente santa.

A propaganda gera uma teologia defeituosa. Pessoas vão à Israel para se batizar nas águas onde Jesus se batizou. Ora, o batismo é único, singular e sem repetição. Ele segue a conversão e mostra o engajamento da pessoa no propósito eterno de Deus. Uma pessoa que foi batizada, após conversão e profissão de fé, numa igreja bíblica, não se batiza no rio Jordão. Apenas toma um banho. E, sem o sentido filosófico do ser e do vir a ser de Heráclito, aquele não é o Jordão onde Jesus foi batizado porque as águas são outras. As moléculas de hidrogênio e oxigênio que compunham aquele Jordão podem estar hoje em alguma nuvem. Ou

na bacia amazônica. Ou no mar. Até no Tietê. É mero sentimentalismo e não identificação com Jesus.

Pastores com sal do mar Morto, azeite do monte das Oliveiras (há alguma usina de beneficiamento de azeitonas lá?) e até crucifixos feitos da cruz de Jesus (pastores evangélicos, sim!). Há um fetichismo com terra santa, areia santa, água santa, sal santo, folha de oliveira santa, etc. No cristianismo as pessoas são santas, mas as coisas não.

A rejeição caminha paralelamente com a superstição e feitiçaria. É parente da paganização. Não estou tecendo uma colcha de retalhos. Tudo isto é produto de uma hermenêutica defeituosa, que não compreende as distinções entre os dois Testamentos, os critérios diferentes para interpretá-los, a pompa e liturgia do judaísmo em contraposição à desburocratização do cristianismo e que a palavra final de Deus foi dada em Jesus Cristo. É o NT que interpreta o AT e não o AT que interpreta o NT.

Outro fator observado é a tal “restauração do sacerdócio”. O pastor visto como um intermediário da relação do homem com Deus. Sabemos que no NT o sacerdócio universal do crente fica claro, nem um filho de Deus precisa de sacerdotes humanos para ter acesso ao Pai. Temos a Cristo como o nosso Mediador.

Entretanto, a incidência do uso do termo "leigo" para os não consagrados aos ministérios é reveladora. Todos nós somos ministros, pois todos somos servos. E todos somos leigos, porque todos somos povo (é este o sentido da palavra "leigo", alguém do povo). Não temos clero nem laicato. Somos todos ministros e somos todos povos.

Mas cada vez mais as bases ministeriais são buscadas no Antigo Testamento e não no Novo. Usamos os termos do Novo com a conotação do Antigo. O pastor do NT passa a ter a conotação do sacerdote do AT. É o "ungido", detentor de uma relação especial com Deus que os outros não têm. Só ele pode realizar certos atos litúrgicos, como o sacerdote do AT. Por exemplo, batismo e ceias só podem ser celebrados por ele. Assumimos isto como postura, mas não é uma exigência bíblica.

Na batalha espiritual isto é mais forte. Os pastores tornam a igreja dependente deles. Só eles têm a oração poderosa, a corrente de libertação só pode ser feita por eles e na igreja, só eles quebram as maldições, etc.

O sentido teológico do sacerdote hebreu parece permear fortemente o sentido teológico do pastor neotestamentário na visão destas pessoas. Este conceito convém ao pastor que prefere ser chamado de "líder". Ele se torna um homem acima dos outros, incontestável, líder que deve ser acatado. Tem uma autoridade espiritual que os outros não têm. O Antigo Testamento elitiza a liderança. O Novo Testamento democratiza. Para os líderes destes movimentos, o Novo Testamento, a mensagem da graça e a eclesiologia despida de objetos, palavras e gestual sagrados não são interessantes. Assim, eles se refugiam no AT.

Por isso há igrejas evangélicas com castiçais de sete braços e estrelas de Davi no lugar da cruz, bandeira de Israel, guardando festas judaicas, e até incensários em seus salões de cultos. Há evangélicos que parecem frustrados por não serem judeus. A liturgia pomposa do judaísmo é mais atraente e permite mais manobra ao líder que se põe acima dos outros. Concluindo, a atração pelo poder é maior do que o desejo de servir.

A perniciosidade da influência judaica na Galácia estava no fato de atentar contra a essência do evangelho. Os judeus queriam acrescentar a circuncisão como condição para a salvação. Se assim fosse, o cristianismo seria apenas mais uma seita do judaísmo. Então, Paulo vem reforçar o ensino de que a salvação ocorre pela fé na suficiência da obra de Cristo. Para se conhecer a suficiência é preciso que se entenda o significado.

Em sua exposição, Paulo toma Abraão como exemplo, assim como fez na epístola aos Romanos, afirmando que o patriarca foi justificado pela fé e não por obediência à lei. Tal exemplo era de grande peso para o judeu que lesse a epístola. Na sequência, o apóstolo expõe diversos aspectos da obra de Cristo e do Espírito Santo na vida do salvo sem as imposições da lei.

A lei mosaica se concentrava em questões visíveis, embora não fosse omissa com relação ao espiritual. “O relacionamento entre Iahweh e o grupo de Moises foi constituído definitivamente pela “aliança”, que, segundo a tradição, foi concluída na montanha de Iahweh”.¹¹ Os pecados ali proibidos eram, principalmente, físicos. Assim também, a adoração era bastante prática. Seus preceitos determinavam o local, a postura, a roupa, o tempo apropriado, etc.

No Novo Testamento, Jesus vem transferir a ênfase para o espiritual, embora não seja omissa em relação ao físico. Ao falar com a mulher samaritana, Jesus observa que ela estava muito preocupada com os aspectos exteriores da adoração a Deus. Isso era característica da ênfase do Velho Testamento. Jesus lhe disse: “A hora vem e agora é em que os verdadeiros adoradores adorarão ao Pai em espírito e em verdade” (João 4.23). Vemos nisso a ênfase do Novo Testamento: que é espiritual.

¹¹ FOHRER, Georg. Historia da religião de Israel. São Paulo: Academia Cristã, 2008. Pg.100.

Existem várias igrejas e denominações espalhadas pelo mundo, estas Igrejas têm seus ritos e dogmas proeminentes de suas formações, sejam elas ortodoxas ou não.

7.7 Perversões Judaicas que ainda causam discussões na Igreja

Algumas perversões judaicas que ainda causam discussões na igreja, já foram citadas neste livro. Mas, existem outras dificuldades que precisam ser analisadas como a preparação que a igreja precisa ter para receber as pessoas que o Senhor está acrescentando em seu seio (At.3.47; Rm.15.5-11).

Atualmente, às igrejas tem se aperfeiçoado nos louvores, nas danças, enfim, tem buscado meios de atrair o maior número de pessoas a seus cultos, mas é preciso que a igreja também se aperfeiçoe na busca de metodologias claras, para tratar dos novos membros que não param de chegar e precisam de uma estrutura para ajudá-los a permitir que Deus transforme não só seu caráter, mais também toda sua vida. Os valores que uma comunidade Cristã passa para seus adeptos é algo que transcende as questões que norteiam o mundo: 1. A importância da família, pelo fato de ser uma instituição Divina. 2. a necessidade do homem, receber Jesus para ter comunhão com Deus. 3. a importância do próprio homem para Deus.

Por outro lado, o choque na vida do indivíduo que vive em um mundo prostituído e cheio de pecado, lhe causa dificuldades em muitas áreas como: família destruída, caráter forjado etc...

Quando este indivíduo chega a igreja, traz consigo toda esta carga e precisa da ajuda em todos os aspectos, e uma orientação que na verdade, não deixa de ser

uma reeducação para viver uma realidade maravilhosa, e muito diferente da que ele estava acostumado viver, exigir do catecúmeno um comportamento exemplar sem antes ajudá-lo a ser transformado pelo Senhor.

O que acontece em muitos casos é que a igreja por está despreparada no contexto de novos convertidos, requer desta pessoa um comportamento parecido ou igual ao de pessoas que nasceram em berço cristão, ou que já estão na igreja a muito tempo.

A igreja do Senhor Jesus Cristo, vive um momento como tantos outros que já aconteceram em sua história, de muita importância porque precisa buscar métodos para tratar com esses novos membros (Gentílicos). Porque verdadeiramente a igreja não está totalmente preparada para tratar de vidas que não estão contextualizadas com os valores da igreja hoje.

O apóstolo Paulo em sua carta aos Gálatas precisou opor-se a um falso evangelho (para refutar os seguintes erros, que eles ensinavam: 1. Que a obediência a lei misturada com a fé é necessária à salvação; 2. que o crente é aperfeiçoado guardando a lei, 3. Para restaurar os Gálatas que haviam caído da graça).

O fato que levou o Apóstolo a precisar voltar para impedir que os Gálatas caíssem da graça foi a falta de discipulado, que nos faz aprender que a necessidade de discipular é muito importante para se obter crentes firmados na palavra.

Contudo, se faz mais necessário a preparação da igreja visto que esse problema entre judaizantes e gentílicos é uma realidade presente na igreja atual. A igreja não pode viver só de louvores espetaculares, mega cultos, e continuar a ter

em seu seio pessoas que ainda padecem de dificuldade de se adaptarem em todo o contexto da igreja.

Penso que a igreja com todo o potencial que tem concedido pelo espírito Santo de Deus é capaz de quando preparada, a ser verdadeiramente uma bomba nas mãos do Senhor, visto que, quanto mais preparada à igreja estiver, com certeza continuará sendo um instrumento poderoso nas mãos do Senhor para a salvação de muitas e muitas vidas.

A grande pressuposição da história do dogma parece ser que o dogma da igreja é mutável e de fato tem passado por muitas modificações durante seu desenvolvimento histórico. O que é imutável não é passível de desenvolvimento e nem de história. A teologia protestante sempre manteve a posição de que o dogma da igreja, posto que caracterizado por alto grau de estabilidade, está sujeito a modificações e no curso da história vem sendo enriquecido por novos elementos, recebendo formulação mais cuidadosa, e até certas transformações.

Uma segunda pressuposição da história do dogma é a de que o desenvolvimento do dogma da igreja se deu ao longo d linhas orgânicas, pelo que foi, sobretudo um crescimento contínuo, a despeito do fato que líderes eclesiásticos, nos seus esforços de apreender a verdade, com frequência se desviaram para becos sem saída, q que a própria igreja, no seu todo ou em parte, algumas vezes errou na sua formulação da verdade. A revelação especial de Deus é o desdobramento gradual do conhecimento estereotipado de Deus e da idéia redidora ligada a Cristo Jesus.

A igreja, em suas tentativas para apreender a verdade, simplesmente tenta pensar os mesmos pensamentos que Deus pensa. Ela faz isso sob a direção do espírito Santo, que é o espírito da verdade e, como tal, garante que ela irá vendo

crescentemente a verdade como um organismo inteiramente estruturado. “O povo de Deus apresenta-se visivelmente sob liderança do Espírito na festa de Pentecoste, sendo que esse evento não se apresenta como um começo totalmente novo, mas como o cumprimento espetacular das promessas veterotestamentária”.¹²

A história do dogma, talvez, não seja mera crônica, registrando a história extrema dos vários dogmas da igreja. É a história de um crescimento orgânico, bem como das operações internas da mente da igreja, pelo qual também pressupõe um desenvolvimento contínuo do dogma eclesiástico.

Se a igreja do passado houvesse agido sobre a pressuposição, agora advogada por muitos, de que as condições mutáveis da vida religiosa de vez em quando requerem um novo dogma, e de que cada época deve formular seu próprio dogma, desfazendo-se do velho e substituindo-o por outro que melhor se harmonize com a condição espiritual do momento, então teria sido perfeitamente impossível escrever uma história do dogma no sentido orgânico do termo.

Teremos de prosseguir baseados na pressuposição de que a igreja, apesar de melancólica aberração que caracteriza sua busca da verdade e que com frequência a tem levado a caminhos errados, mesmo assim vai gradualmente avançando em sua apreensão e formulação da verdade. Teremos de supor que nem mesmo uma tremenda reviravolta religiosa como foi a reforma, constituiu rompimento completo com o desenvolvimento doutrinário do passado.

Apesar de que muitos erros foram desmascarados e corrigidos, os reformadores buscaram apoio para seus pontos de vista nos pais da igreja primitiva, não hesitando mesmo em adotar algumas das posições que foram moldadas durante a idade média.

¹² SCHNELLE, Udo. Teologia do Novo Testamento. Santo Andre: Paulus, 2010. Pg 665.

O fato que história do dogma aborda primeiramente os dogmas da igreja, não quer dizer que ela não deva interessar-se por aqueles desenvolvimentos doutrinários que ainda não tinham sido incorporados nos credos oficiais e que talvez nunca fossem. Seria equívoco supor que poderia começar com o Concílio de Nicéia e terminar com a adoção da última das confissões históricas.

A fim de descrever o gênese dos mais antigos dogmas da igreja, o ponto inicial dela tem que ser o fim do período de revelação especial no estudo dos Pais Apostólicos. Ela terá de levar em conta àquelas formações prévias dos dogmas da igreja que resultaram das discussões teológicas da época e que receberam aprovação quase geral, embora não tenham gozado do selo oficial da igreja, assim como aquelas verdades periféricas que necessariamente se derivaram do dogma central e controlador, embora não tivessem recebido sanção eclesiástica especial, e finalmente aqueles desenvolvimentos posteriores da verdade doutrinária que preveem e preparam o caminho para formulações adicionais de dogmas teológicos.

Já que o dogma da igreja não é fruto de construção mecânica, e sim de crescimento orgânico, o estudo da história dele não pode pensar em limitar sua atenção aos resultados claramente definidos que foram obtidos em diferentes épocas, mas também deve considerar os estágios intermediários com sua promessa de frutos ainda melhores e mais ricos.

Segue-se disso que, no que concerne à história externa, a história do dogma não pode negligenciar as grandes controvérsias doutrinárias da igreja, as quais foram às dores de parto de novos dogmas e que com frequência exerceram influencia determinadora sobre sua formulação.

Nessas controvérsias tornaram-se patentes às diferenças de opinião e, em alguns casos, isso deu origem a diferentes linhas de desenvolvimento, tendo

surgido formulações doutrinárias que não combinavam com a consciência unida da igreja em geral ou de alguma denominação específica. Entretanto, até mesmo tais desvios da linha principal de pensamento, são importantes na história do dogma, visto que com frequência levaram a mais clara e aguda formulação da verdade”.

Mas se a história do dogma não pode ignorar qualquer dos fatos externos que estão vinculados ao desenvolvimento do dogma, jamais deveria perder de vista o fato que ela se importa, primeiramente, com o desenvolvimento do pensamento teológico na consciência da igreja, razão por que deveria acompanhar o desenvolvimento da ideia inerente à revelação feita pelo próprio Deus.

Vale ressaltar também, que a palavra “dogma” se deriva do termo grego *dokein*, o qual, expressão *dikein moi* significa não só “parece-me” ou “agrada-me”, mas também definidamente algo de modo que para mim é fato estabelecido. Dogma chegou a designar uma firme resolução ou um decreto, especialmente de forma pública. Era termo aplicado a verdade indiscutíveis da ciência, a convicção filosóficas que são tidas como válidas, a decretos governamentais e a doutrinas religiosas oficialmente formuladas.

Se um dogma religioso é uma verdade baseada sobre autoridade, oficialmente formulada por qualquer assembleia eclesiástica, porque não formular métodos para obter um melhor preparo no ensino dos novos crentes (gentílicos), uma vez que pode ser formulado mediante assembleia com a presença da autoridade pastoral.

É fato que a igreja do Senhor Jesus Cristo, verdadeiramente precisa cada vez mais se preparar para uma realidade nova, seja nos cânticos, seja nas danças, ou em trabalhar essa realidade entre crentes novos ou crentes de berço, porque

tudo que fazemos devemos fazer com todas as nossas forças e bem, como diz o Salmo 33:3.

NICODEMOS assim comenta:

“Acredito que qualquer modelo de espiritualidade deve estar estribado no Novo Testamento. E nele não acho qualquer fundamento para viver, por exemplo, uma vida de contemplação. A espiritualidade Bíblica é muito mundana, ou seja, coloca-nos como gente nesse mundo, onde temos de fazer a diferença como sal e luz. É claro que tiramos tempo com o senhor, para orar, meditar e estar com deus, mas é só um tempo, não a vida toda. Há muito a ser feito.”¹³

Portanto, a igreja do Senhor precisa cada vez mais entender sua história para poder desenvolver estratégias que venham auxiliá-la a tratar com o cristão de berço e os tantos que Deus está acrescentando à igreja. “A igreja receberia poder de permanência e, apesar de todas as adversidades, prevaleceria. Nem mesmo o adversário conseguiria derruba-la”.¹⁴

Ao concluirmos este trabalho podemos considerar que fui impossível esgotar o assunto, primeiro pelo sua profundidade e complexidade teológica e segundo porque esta não era e nem podia ser a nossa intenção, mas nos foi possível tirar algumas conclusões.

Se a igreja tinha uma interpretação equivocada sobre a graça de Deus e as obras da lei, ela corria sérios riscos de perverter o evangelho da verdade. Por esse motivo ele insistentemente corrigia, exortava e doutrinava os cristãos a não se desviarem do verdadeiro evangelho.

¹³ NICODEMOS, Augusto. O que estão fazendo com a Igreja. São Paulo: Mundo Cristão, 2008. Pg.84

¹⁴ SWINDOLL, Charles R. A igreja desviada. São Paulo: Mundo Cristão, 2012. Pg. 27

. Rogamos a Deus que a Igreja consiga se adequar a realidade iminente e urgente que é o preparo dos crentes para um bom entendimento da graça sem a perda da importância da lei entendendo que em Cristo não há Judeus, nem gregos e nem gentios todos são um em Cristo.

8 REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

- 1- Bíblia Sagrada: **Nova Versão Internacional**, São Paulo; Vida 2000.
- 2- ALMEIDA, João Ferreira. **Bíblia Revisada e Atualizada**. São Paulo: SB, 1999.
- 3- ALMEIDA, João Ferreira. **Bíblia de Referência Thompson**. São Paulo: SB, 1999.
- 4- ALMEIDA, João Ferreira. **Bíblia de Estudo Pentecostal**. São Paulo: CPAD, 1995.
- 5- ALMEIDA, João Ferreira. **Novo Testamento Interlinear Grego-Português**. Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.
- 6- ARCHER, Gleason. **Enciclopédia de Dificuldades Bíblicas**. São Paulo: Vida, 1997.
- 7- BAYER, Oswald. **A teologia de Martin Lutero**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- 8- BALANCIN, Euclides Martins. **História do Povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 1990.
- 9- BALLARINI, T. **Introdução à Bíblia**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1974.
- 10- BAUER, J. B. **Dicionário bíblico-teológico**. Tradução de Fredericus Antonius Stein. São Paulo: Loyola, 2000.
- 11- BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- 12- BORGER, Hans. **Uma historia do povo Judeu**. São Paulo: Sêfer, 1999.
- 13- BORNKAMM, Gunter. **Paulo: Vida e Obra**. Santo Andre: Academia cristã, 2009.
- 14- BROWN, C.; COENEM, L. **Dicionário de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Paulinas, 2000.
- 15- BOSCH, J. S. **Escritos paulinos: introdução ao estudo da Bíblia**. v. II. Tradução de Alceu Luiz e Jaime Sanchez. São Paulo: Ave-Maria, 2002.

- 16- BRUCE, F.F. Paulo: **o apóstolo da graça, sua vida, cartas e teologia**. São Paulo: Shedd Publicações, 2003.
- 17- CALVINO, João. **Gálatas, Efésios, Filipenses e Colossenses**: Série Comentários Bíblicos. São José dos Campos: Editora Fiel, 2010, p. 22-23.
- 18- _____ **As Institutas da Religião Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, vol.1 e 2, 2006.
- 19- _____ **As Institutas da Religião Cristã**: São Paulo: Cultura Cristã, vol2, 2006.
- 20- _____. **Gálatas, Efésios, Filipenses e Colossenses**: Série Comentários Bíblicos. São José dos Campos: Editora Fiel, 2010.
- .21- _____ **Instrução na Fé: princípios para a vida cristã**. Goiânia: Editora Logos, 2003.
- CARREZ, M. et al. **As cartas de Paulo, Tiago, Pedro e Judas**. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1987.
- 22- COMBLIN, J. **A liberdade cristã**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 23- COTHENET, E. **A epístola aos gálatas**. Tradução de Monjas Dominicanas. São Paulo: Paulinas, 1984.
- 24- _____ **São Paulo e o seu tempo**. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1984.
- 25- CROATO, S. **Êxodo: uma hermenêutica da liberdade**. Tradução de José Américo de Assis. São Paulo: Paulinas, 1981.
- 26- DOUGLAS, J. D. (org.) **O novo dicionário da Bíblia**. Tradução de João Bentes. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- 27- DRANE, J. Paulo: **um documento ilustrado sobre a vida e os escritos de uma figura-chave dos primórdios do cristianismo**. Tradução de Alexandre Macintire. São Paulo: Paulinas, 198

28- DUNN, J. D. G. **A teologia do Apóstolo Paulo**. Tradução de Edwino Royer.

São Paulo: Paulus, 2003.

29- _____ **A nova perspectiva sobre Paulo**. Santo André: Academia

Cristã, 2011.

30- ELLIOT, N. **Libertando Paulo**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo:

Paulus, 1998.

31- ERDMAN, C. R. **Comentário à epístola de São Paulo aos gálatas**. Tradução de Jorge César Mota. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1930.

32- FOHRER, Georg. **Historia da religião de Israel**. São Paulo: Academia Cristã, 2008.

33- FRIES, H. et al. **Dicionário de teologia: conceitos fundamentais de teologia atual**. v. III. São Paulo: Loyola, 1970.

34- GIAVINI, G. **Gálatas: liberdade e lei na igreja**. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Loyola, 1987.

35- GINGRICH, F. Wilbul; **DANKER, Frederick W. Léxico do N.T Grego/Português**. São Paulo: Vida Nova, 1986.

36- HARRIS, R. L. et al. **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. Tradução de Márcio Loureiro Redondo; Luiz A. T. Sayao e Carlos Oswaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

37- HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: Gálatas**. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

38- HIEBERT, Paul. G. **O evangelho e a diversidade das culturas**. São Paulo: Vida Nova. 2009

- 39- HODGE, A. A. **Confissão de Fé de Westminster comentada**. São Paulo: Editora Os Puritanos, 1999.
- 40 -HURLBUT, Lyman Jessé. **História da Igreja Cristã**. São Paulo: Vida, 1967.
- 41-JEREMIAS, J. **Teologia do Novo Testamento**: a pregação de Jesus. v. 1. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1977.
- 42_____. **Jerusalém no Tempo de Jesus**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- 43- KÄSEMANN, E. **Perspectivas paulinas**. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Teológica, 2003.
- 44- LÉON-DUFOUR, X. et al. **Vocabulário de teologia bíblica**. Tradução de Frei Simão Voigt. Petrópolis: Vozes, 1972.
- 45- LEONARD, Émile G. **O Protestantismo Brasileiro**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Aste, 1963.
- 46- LOPES, Hernandes Dias. **Paulo, o maior lidar do cristianismo**. São Paulo: Hagnos, 2009.
- 47- LOPES, Augustus Nicodemus. **A Nova Perspectiva sobre Paulo: um estudo sobre as “obras da lei” em Gálatas**. In: Fides Reformata XI, nº1, 2006.
- 48- LUTERO, Martinho. **Nascido Escravo**. São Jose dos Campos: Fiel, 2009.
- 49_____ **Obras Selecionadas**: Os primórdios escritos de 1517 a 1519. São Leopoldo: Editora Sinodal, Porto Alegre: Concórdia Editora, vol.1, 1987.
- 50_____. **Obras Selecionadas**: O Programa da Reforma Escritos de 1520. São Leopoldo: Editora Sinodal, Porto Alegre: Concórdia Editora, vol.2, 1989.
- 51- MACKENZIE, J. L. **Dicionário bíblico**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Paulinas, 1993.
- 52- MEISTER, Mauro. **Lei e Graça**. São Paulo: Cultura Cristã. 2003.

- 53-MULLINS, A. G. **Nova enciclopédia católica**. v. II. Rio de Janeiro: Renes, 1969
- 54- NICODEMOS, Augusto. **O que estão fazendo com a Igreja**. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.
- 55- O'CONNOR, J. M. **Antropologia pastoral**. Tradução de Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1994.
- 56-_____. **Paulo: biografia crítica**. São Paulo: Loyola, 2000.
- 57-PACKER, J. I. **Vocábulos de Deus**. São José dos Campos: Editora Fiel, 1994. 58
_____. **Teologia Concisa: síntese dos fundamentos históricos da fé cristã**. Campinas: Luz Para o Caminho, 1998.
- 59- PEARLMAN, Myer. **Através da Bíblia Livro por Livro**. São Paulo: Vida. 1977.
- 60- PFEIFFER, Charles F. (Org.). **Comentário Bíblico Moody**. São Paulo: I.B.R., 2001.
- 61- QUESNEL, M. **Paulo e as origens do cristianismo**. Tradução de Paulo Valério. São Paulo: Paulinas, 2004.
- 62- RIENECKER, Fritz; ROGERS. **Cleon. Chave lingüística do Novo Testamento Grego**. São Paulo: Vida Nova, 1988.
- 63- ROBERT, A.; FEUILLET, A. **Introdução à Bíblia**. São Paulo: Herder, 1968.
- 64- RUSCONI, C. **Dicionário grego do Novo Testamento**. Tradução de Irineu Rabuske. São Paulo: Paulus, 2003
- 65- SAYAO, Luiz Alberto. **Paulo e sua teologia**. São Paulo: Vida, Org. Lourenço Stelio Rega, 2009.
- 66- SANDERS, E. P. **Paulo, a lei e o povo Judeu**. São Paulo: Paulus, 2009.
- 67-_____. **Paulo, a lei e o povo judeu**. Tradução de José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulinas, 1990.

- 68- SCHNEIDER, G. **Epístola aos gálatas. Coleção Novo Testamento, Comentário e Mensagem.** Petrópolis: Vozes, 1967.
- 69- SCHNELLE, U. **A evolução do pensamento Paulino.** São Paulo: Loyola, 1999.
- 70__ SCHNELLE, U. **Teologia do Novo Testamento.** Santo Andre: Paulus, 2010.
- 71- SENIOR, Donald. **Os fundamentos bíblicos da missão.** São Paulo: Academia cristã, 2010.
- 72- SHEDD, Russell. **Lei, graça e santificação.** São Paulo: Vida Nova. 2008.
- 73- STOTT, Jhon. R .W. **A mensagem de Atos.** Santa Catarina: ABU, 1990.
- 74__ **A mensagem de Gálatas.** . São Paulo: ABU Editora, 1989.
- 75- SWINDOLL, Charles R. **A igreja desviada.** São Paulo: Mundo Cristão, 2012.
- 76- VAN DEN BORN, A. (org.) **Dicionário enciclopédico da Bíblia.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 77- WILKINSON, Bruce; BOA, Kenneth. **Descobrimos a Bíblia.** São Paulo: Candeia, 2000.
- 78- ZENGER, E. **O Deus da Bíblia.** Tradução de F. Glenk. São Paulo: Paulinas, 1989.
- 80- WILEY, Orton H. **A excelência da nova aliança em Cristo.** Rio de Janeiro: Central Gospel, 2008.
- 81- WUEST, Kenneth S., **Joias do Novo Testamento Grego.** São Paulo: I.B.R., 1979.